



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO

**ENTRE FOLHAS E BRINCADEIRAS: EXPERIÊNCIAS INFANTIS COM A
NATUREZA EM CONTEXTO RURAL AMAZÔNICO**

**MANAUS – AM
2025**



LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO

**ENTRE FOLHAS E BRINCADEIRAS: EXPERIÊNCIAS INFANTIS COM A
NATUREZA EM CONTEXTO RURAL AMAZÔNICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre(a) em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais.

Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque

**MANAUS – AM
2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- E85e Eto, Larissa Tsumie Takashima
Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico / Larissa Tsumie Takashima Eto. - 2025.
109 f. ; 31 cm.
- Orientador(a): Dayse da Silva Albuquerque.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Manaus, 2025.
1. Infância. 2. Natureza. 3. Amazônia. 4. Desenvolvimento infantil. 5. Psicologia ambiental. I. Albuquerque, Dayse da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título
-

ETO, L.T. T. **Entre Folhas E Brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico.** 108f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

Aprovado em 07/07/25

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Profa. Dra. Christiana Cabicieri Profice
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Profa. Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Profa. Dra. Gleice Virginia Azambuja Elali
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha filha, Lara Katsumi, que, com seus olhos curiosos e perguntas cheias de sentido, me conduziu — sem saber — ao caminho mais bonito que já percorri além da maternidade em si: o de estudar e buscar compreender a infância em outros contextos e vivências.

Foi ao te observar crescer, brincar, sentir, questionar e se encantar com o mundo que percebi o quanto a infância é território sagrado — e o quanto ela merece ser cuidada, valorizada e protegida.

Durante o tempo de escrita desta dissertação, em meio a livros, anotações e silêncios, nem sempre pude estar tão presente quanto você merecia. Mas cada linha escrita carregava você em pensamento — como motivação e promessa.

A ausência em alguns momentos foi, na verdade, um gesto de amor expandido: o desejo de transformar o conhecimento em algo que possa ecoar para outras infâncias, para outras mães, para a sociedade. Que este trabalho, nascido da sua presença e da minha escuta, possa devolver em forma de contribuição o que por instantes lhe foi tomado em tempo.

Você me fez revisitar minha própria criança, despertar a pesquisadora que existe em mim e acreditar que, por trás de cada teoria e cada dado, existe uma história viva e pulsante como a sua.

Obrigada por me ensinar todos os dias sobre amor, leveza e humanidade. Este trabalho é, antes de tudo, uma homenagem a você — minha maior inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me sustentou em cada etapa deste percurso com sua presença constante. Foi Ele quem me deu fôlego nos dias de cansaço, sabedoria nos momentos de dúvida e coragem para seguir mesmo quando tudo parecia distante.

Aos meus pais, Verônica e Leonardo por sempre acreditarem na educação como caminho de transformação e por me incentivarem a trilhar com dignidade e esperança a estrada do conhecimento. Obrigada por plantarem em mim a certeza de que aprender é um ato de amor.

Ao meu esposo, Kazuo Eto companheiro de todas as horas, que foi essencial para suprir minha ausência com nossa filha durante os períodos mais exigentes deste mestrado. Obrigada por ter se tornado meu assistente de campo, por ter apoiado cada passo dessa pesquisa e, sobretudo, por não medir esforços para que tudo fluísse da melhor forma.

À minha filha, Lara Katsumi, cuja existência motivou toda esta iniciativa e alimentou em mim o desejo de compreender mais profundamente a infância. Que este trabalho um dia seja para você uma inspiração, assim como você é e sempre será para mim.

À minha orientadora, professora Dayse Albuquerque, registro minha mais profunda gratidão pela orientação firme, comprometida e generosa ao longo deste percurso. Agradeço por sua escuta atenta, por cada palavra de incentivo e por conduzir este processo com ética, sensibilidade e rigor acadêmico. Sua atuação como orientadora expressa, de forma exemplar, o verdadeiro sentido da docência no âmbito da pós-graduação. Sinto-me honrada por ter feito parte do início de sua trajetória como orientadora de mestrado e admiro profundamente a lucidez e a inteligência que permeiam seu trabalho. É meu desejo sincero alcançar, um dia, parte da luz que emana de sua condução acadêmica.

Aos colegas que encontrei nessa jornada, que me ofereceram apoio, escuta e leveza nos momentos em que eu mais precisava, com quem compartilhei anseios, angústias, ansiedade e boas risadas. Vocês tornaram esse percurso mais leve e significativo.

Um agradecimento especial às minhas amigas Monique Caldas, que me abriu a mente para a possibilidade de um mestrado, me auxiliou em todas as etapas do processo e, inclusive, sugeriu a orientadora Dayse — você foi luz. À Jovana Nogueira, que me inspira todos os dias e teve um papel fundamental para que eu não desistisse: obrigada por me apoiar com tanto carinho, por me lembrar da minha força quando eu não a enxergava e por tornar esse processo mais humano, mais afetuoso e mais verdadeiro.

Às crianças que participaram desta pesquisa, minha gratidão mais sincera por compartilharem, com brilho nos olhos e espontaneidade, suas experiências com a natureza. Cada fala, cada gesto, cada olhar me ensinou mais do que muitos livros. Às mães, que acolheram essa proposta com generosidade e confiaram em mim ao abrirem as portas de suas casas e de suas histórias, meu muito obrigada. E à comunidade da Cachoeira do Leão, na figura de seus representantes, que não mediram esforços para viabilizar esse estudo e mediaram, com respeito e compromisso, um processo tão sensível e desafiador — minha profunda admiração e reconhecimento. Sem vocês, esta pesquisa não teria sido possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM).

Mais do que uma contribuição científica para a Psicologia, este mestrado foi para mim um aprendizado profundo sobre a importância da rede de apoio, dos vínculos afetivos e da potência coletiva. Esta caminhada me ensinou que ninguém constrói nada sozinho e que o saber só ganha sentido quando compartilhado com empatia e propósito.

A todos e todas que fizeram parte deste percurso, o meu mais sincero obrigada.

ETO, L.T. T. **Entre Folhas E Brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico.** 109f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

RESUMO

A relação entre crianças e ambientes naturais tem se tornado um tema emergente diante da crescente urbanização e do conseqüente afastamento das novas gerações da natureza. No contexto amazônico, onde a biodiversidade e a cultura local oferecem oportunidades únicas de interação com o meio natural, ainda são escassos os estudos que exploram, sob a ótica das crianças, como esses vínculos se estabelecem e quais os sentidos atribuídos à natureza no cotidiano. Esta dissertação se insere nesse cenário investigativo ao buscar compreender, por meio de uma abordagem qualitativa e multimetodológica, as experiências e percepções de crianças residentes em um contexto rural amazônico. A pesquisa foi desenvolvida na comunidade Cachoeira do Leão (AM-010), envolvendo entrevistas semiestruturadas com crianças e mães, observação naturalística e caminhadas guiadas (*walkthroughs*) com registros audiovisuais. A investigação está vinculada à linha de pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM) e dialoga com o macroprojeto da docente orientadora, centrado na promoção do desenvolvimento humano em interface com a Psicologia Ambiental. A análise dos dados revelou que as crianças constroem vínculos afetivos, simbólicos e funcionais com o ambiente natural, percebendo-o como espaço de liberdade, criatividade e bem-estar. As mães, por sua vez, reconhecem os benefícios do contato com a natureza, mas também apontam limitações estruturais que impactam o cuidado com a infância em zonas rurais. Os resultados da pesquisa reforçam o papel do ambiente natural como fator de proteção para o desenvolvimento infantil, destacando a importância de políticas públicas e práticas profissionais que considerem a natureza como um direito da infância. Em um momento histórico marcado pelo excesso de telas, pelo empobrecimento das experiências sensoriais e pela padronização das infâncias, este estudo propõe uma escuta ativa das crianças amazônidas e a valorização de espaços onde a infância ainda se entrelaça com elementos bióticos e abióticos da natureza. As evidências apontam que não é apenas a quantidade de natureza que importa, mas as possibilidades de interação significativas que ela propicia — e que são mediadas culturalmente por valores, práticas e modos de vida próprios da região. Ao lançar luz sobre essas relações, a dissertação contribui para o fortalecimento de ações intersetoriais voltadas ao bem-estar infantil e à sustentabilidade socioambiental no contexto amazônico.

Palavras-chave: infância; natureza; Amazônia; desenvolvimento infantil; Psicologia Ambiental; ruralidade.

ETO, L.T. T. **Between Leaves and Play: Children's Experiences with Nature in a Rural Amazonian Context.** 109f. Dissertation. Federal University of Amazonas. Advisor: Dayse da Silva Albuquerque Manaus. Manaus – Amazonas.

ABSTRACT

The relationship between children and natural environments has become an emerging topic in light of increasing urbanization and the resulting disconnection of new generations from nature. In the Amazonian context—where biodiversity and local culture offer unique opportunities for interaction with the natural world—there is still a lack of studies exploring, from the children's perspective, how these bonds are formed and what meanings are attributed to nature in everyday life. This dissertation contributes to this field of inquiry by seeking to understand, through a qualitative and multimethod approach, the experiences and perceptions of children living in a rural Amazonian community. The research was conducted in the community of Cachoeira do Leão (AM-010) and involved semi-structured interviews with children and mothers, naturalistic observations, and guided walks (walkthroughs) with audiovisual recordings. The study is part of the research line *Psychosocial Processes* within the Graduate Program in Psychology at the Federal University of Amazonas (PPGPSI-UFAM), and is aligned with the advisor's broader project focused on promoting human development in dialogue with Environmental Psychology. Data analysis revealed that children build affective, symbolic, and functional bonds with the natural environment, perceiving it as a space of freedom, creativity, and well-being. Mothers also recognize the benefits of nature contact, while highlighting structural limitations that affect childcare in rural areas. The findings underscore the role of natural environments as protective factors for child development and emphasize the need for public policies and professional practices that regard nature as a right of childhood. In a historical moment marked by screen overexposure, impoverished sensory experiences, and the standardization of childhoods, this study advocates for actively listening to Amazonian children and valuing spaces where childhood remains intertwined with the biotic and abiotic elements of nature. The evidence suggests that it is not merely the amount of nature that matters, but the culturally mediated opportunities for meaningful interaction it affords—shaped by regional values, practices, and ways of life. By shedding light on these relationships, this dissertation contributes to strengthening cross-sectoral efforts aimed at promoting child well-being and socio-environmental sustainability in the Amazonian context.

Keywords: childhood; nature; Amazon; child development; Environmental Psychology; rurality.

ETO, L.T. T. **Entre hojas y juegos: experiencias infantiles con la naturaleza en un contexto rural amazónico.** 109f. Disertación. Universidad Federal de Amazonas. Tutora: Dayse da Silva Albuquerque Manaus. Manaus – Amazonas.

RESUMEN

La relación entre niños y entornos naturales se ha convertido en un tema emergente frente al avance de la urbanización y el consecuente alejamiento de las nuevas generaciones de la naturaleza. En el contexto amazónico, donde la biodiversidad y la cultura local ofrecen oportunidades únicas de interacción con el medio natural, aún son escasos los estudios que exploran, desde la perspectiva infantil, cómo se establecen estos vínculos y qué significados se les atribuyen en la vida cotidiana. Esta disertación se inscribe en ese campo de investigación al buscar comprender, mediante un enfoque cualitativo y multimetodológico, las experiencias y percepciones de niños que viven en un contexto rural amazónico. La investigación fue realizada en la comunidad Cachoeira do Leão (AM-010), e incluyó entrevistas semiestructuradas con niños y madres, observación naturalista y caminatas guiadas (*walkthroughs*) con registros audiovisuales. El estudio está vinculado a la línea de investigación *Procesos Psicosociales* del Programa de Posgrado en Psicología de la Universidad Federal de Amazonas (PPGPSI-UFAM), y dialoga con el macroproyecto de la docente orientadora, centrado en la promoción del desarrollo humano en articulación con la Psicología Ambiental. El análisis de los datos reveló que los niños construyen vínculos afectivos, simbólicos y funcionales con el entorno natural, percibiéndolo como un espacio de libertad, creatividad y bienestar. Las madres, por su parte, reconocen los beneficios del contacto con la naturaleza, pero también señalan limitaciones estructurales que afectan el cuidado de la infancia en zonas rurales. Los resultados refuerzan el papel del ambiente natural como factor protector para el desarrollo infantil, destacando la importancia de políticas públicas y prácticas profesionales que consideren la naturaleza como un derecho de la infancia. En un momento histórico marcado por el exceso de pantallas, el empobrecimiento de las experiencias sensoriales y la estandarización de las infancias, este estudio propone una escucha activa a los niños amazónicos y la valorización de espacios donde la infancia aún se entrelaza con los elementos bióticos y abióticos de la naturaleza. Las evidencias apuntan a que no es solo la cantidad de naturaleza lo que importa, sino las posibilidades de interacción significativa que ella ofrece, mediadas culturalmente por valores, prácticas y modos de vida propios de la región. Al iluminar estas relaciones, la disertación contribuye al fortalecimiento de acciones intersectoriales orientadas al bienestar infantil y a la sostenibilidad socioambiental en el contexto amazónico.

Palabras clave: infancia; naturaleza; Amazonía; desarrollo infantil; Psicología Ambiental; ruralidad.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Desenvolvimento Infantil: crianças e infâncias	16
2.2 Infâncias e ruralidades amazônicas	22
2.3 Crianças e infâncias em conexão com a natureza	28
3. OBJETIVOS	32
3.1 Objetivo geral	32
3.2 Objetivos específicos	32
4. MÉTODO	32
4.1 Tipo de Estudo	32
4.2 Caracterização do local da pesquisa	33
4.3 Participantes da pesquisa	37
4.4 Instrumentos e Técnicas	39
4.5 Procedimentos de coleta das informações	41
4.6 Procedimentos de análise de dados	43
4.7 Procedimentos Éticos	44
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
ESTUDO 1	45
5.1 REVISÃO DE ESCOPO: CRIANÇAS E CONEXÃO COM A NATUREZA EM CONTEXTOS RURAIS	45
5.2 INTRODUÇÃO	45
5.3 MÉTODO	49
5.4 RESULTADOS	51
5.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
5.5.1 CONEXÃO COM A NATUREZA E SEUS BENEFÍCIOS NA INFÂNCIA	53
5.5.2 CONTEXTO RURAL E A EXPERIÊNCIA DE CONEXÃO COM A NATUREZA	56
5.5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
ESTUDO 2	59
6. Capítulo I	59
6.1 Percepções infantis sobre a natureza: sentidos, sentimentos e significados	60
6.2 Relações cotidianas com a natureza: brincando, explorando e criando vínculos	63
7. Capítulo II	70

7.1 Sentidos e vínculos com a natureza na perspectiva das mães	70
7.2 Cotidiano, desafios e aspirações no cuidado com a infância em contexto rural	75
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
9. REFERÊNCIAS	81
10. APÊNDICES	88
APÊNDICE B	91
APÊNDICE C	93
APÊNDICE D	95
APÊNDICE E	98
11. ANEXOS	100

1. INTRODUÇÃO

A natureza tem sido redescoberta como fundamental para o reequilíbrio cognitivo e afetivo das pessoas que se distanciam dela. Apesar das pressões urbanas e desenvolvimentistas, os estudos demonstram que a natureza é crucial para a saúde psicológica e o bem-estar dos indivíduos. Nesse sentido, a preocupação com a crise ambiental tem levado à criação de parques e reservas naturais, não apenas por seu papel ecológico, mas também por sua capacidade restaurativa, que leva à redução do estresse urbano, contribuindo para a saúde mental e emocional das pessoas (Sousa et al., 2015).

No campo dos estudos pessoa-ambiente, o interesse pelos espaços naturais ganhou força a partir do final dos anos de 1980. Anteriormente, as pesquisas estavam mais focadas na influência dos espaços construídos sobre o comportamento das pessoas, refletindo a influência dos estudos arquitetônicos no processo de reconstrução das cidades no período pós-guerra. No entanto, os movimentos ecológicos em décadas posteriores, impulsionados por discussões voltadas para a proteção e conservação ambiental, ampliaram a noção de ambiente para incluir também os espaços naturais. Esse processo configura-se como uma tentativa de resgate no que diz respeito ao modo como os seres humanos se relacionam com outros seres vivos e não-vivos e geram essa coexistência. A preocupação com o uso sustentável dos recursos naturais tornou-se uma questão importante para a Psicologia Ambiental, levando a um interesse crescente pela relação pessoa-natureza (Cavalcante & Elali, 2018). A Psicologia Ambiental passou a assumir uma vertente "verde", voltando-se para a mudança de valores, atitudes, visões de mundo e comportamentos relacionados ao ambiente, assumindo papel mais efetivo no campo das ciências ambientais. Essa mudança incluiu uma ênfase maior nas dimensões simbólicas e experienciais da relação pessoa-ambiente, como a identidade de lugar, apropriação e apego, indicando o crescimento do interesse pelo ambiente natural e suas conexões com o bem-estar humano e a sustentabilidade (Diniz, 2021).

Esta área de estudos denominada Psicologia Ambiental estuda as inter-relações entre as pessoas e o ambiente, considerando que esses dois elementos estão intrinsecamente relacionados e se influenciam mutuamente de forma contínua. O ambiente é visto como um conceito multidimensional, que inclui o meio físico (natural ou construído) e as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que o cercam. A Psicologia Ambiental analisa as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas em relação a esse contexto físico-social,

abordando diferentes níveis de ambiente, desde microambientes (como a moradia) até o ambiente global (Campos-de-Carvalho, Cavalcante & Nóbrega, 2018).

O ambiente natural, presente em contextos urbanos e rurais, proporciona um sentimento de liberdade e ligação com a natureza, permitindo que as pessoas se desconectem temporariamente e usufruam de um ambiente mais tranquilo, relaxante e revitalizante. Essa experiência de estar em contato com a natureza promove benefícios terapêuticos e restauradores que a natureza pode oferecer. Isso inclui considerar as práticas e vínculos que as pessoas mantêm com o local, não apenas como um objeto cultural e estético, mas como parte integrante de suas vidas cotidianas (Moser, 2018). O contexto amazônico apresenta particularidades que enriquecem a investigação. A região é marcada por uma rica biodiversidade e por culturas que têm uma relação de maior proximidade com o meio ambiente. Estudo de Profice et al. (2018) sobre a escolarização indígena mostra que as interações com a natureza são fundamentais para o desenvolvimento da identidade e do conhecimento ambiental das crianças, reforçando a importância de incluir a perspectiva infantil nas pesquisas sobre desenvolvimento e meio ambiente.

As cidades oferecem pouco espaço estruturado para lazer em contato com a natureza. Para as crianças na região amazônica, especialmente nas áreas urbanas, tem se tornado habitual a restrição de envolvimento com elementos da natureza. A insegurança e o medo da violência fazem com que os pais tenham preferência por ambientes fechados. Além disso, o tempo restrito dos adultos e as grandes distâncias até áreas naturais contribuem para essa situação. (Zacarias, 2018). Entre as folhas das árvores, as crianças encontram abrigo para suas fantasias e aventuras, criando mundos imaginários onde são exploradores, aventureiros ou guardiões da floresta. A natureza se transforma em palco para jogos e brincadeiras que estimulam a criatividade, a cooperação e a empatia. Natureza esta que vem do latim *natura* - nascimento, constituição, caráter, curso das coisas - e, para além de *natura*, *nasci* – nascer (Louv, 2016).

Hinds e Sparks (2009) identificaram diferenças nos níveis de bem-estar entre pessoas que vivem em áreas rurais e urbanas que incluem taxas significativamente mais baixas de depressão e ansiedade entre a população rural, em comparação com a população urbana. Essa conclusão foi alcançada após o controle de variáveis, como por exemplo, saúde física, acesso a um carro, emprego, idade, gênero, estado civil, etnia, problemas estruturais de habitação e estrutura socioeconômica baseada no rendimento. Além disso, os participantes de contextos rurais relataram maior frequência de experiências em ambientes naturais, maior significado pessoal atribuído, identidade ambiental mais forte e bem-estar afetivo mais positivo em comparação com participantes de contextos urbanos. Por fim, pessoas com experiências infantis

rurais apresentaram maior conhecimento em relação ao ambiente natural do que aquelas apenas com experiências infantis urbanas.

A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sublinha a importância de garantir ambientes que promovam o desenvolvimento saudável das crianças. Logo, compreender como as crianças interagem com a natureza no contexto amazônico é crucial para a efetivação desses direitos de maneira eficaz e contextualizada.

Ao investigar as percepções e experiências das crianças em contexto rural amazônico, a contribuição para um olhar sensível às complexas interações entre infância, natureza e desenvolvimento na Amazônia foram os pilares na realização desta pesquisa. Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos, o estudo envolveu crianças na faixa etária entre 7 a 10 anos, que residem na comunidade Cachoeira do Leão, no quilômetro 37 da rodovia AM-010, na zona rural de Manaus, próximo ao município de Rio Preto da Eva/AM. A pesquisa descritivo-exploratória seguiu o viés qualitativo com abordagem multimetodológica a partir dos seguintes instrumentos e técnicas: observação naturalística, caminhada pelo local (walkthrough) com uso de uma câmera *Gopro* e o roteiro de entrevista semiestruturada, sendo este último aplicado para os pais e as crianças.

O interesse pela conexão das crianças com a natureza em ambientes rurais justifica-se tanto pela relevância social e científica quanto pela minha experiência pessoal e profissional. Como mãe, enfrento o desafio cotidiano de promover uma vida saudável para minha filha em um mundo cada vez mais digitalizado, onde o contato com o ambiente natural tem se tornado raro. Essa vivência me motiva a buscar alternativas que estimulem a desconexão das telas e o reencontro com a natureza, especialmente considerando a riqueza ecológica da Amazônia.

Minha atuação como psicóloga infantil, com foco em transtornos do neurodesenvolvimento, fortalece ainda mais essa motivação. Reconheço a importância de orientar pais sobre os impactos do uso excessivo de dispositivos eletrônicos e os benefícios de experiências ao ar livre para o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. Esse conjunto de vivências e reflexões impulsionou minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) e a escolha pelo tema da pesquisa.

Os resultados evidenciaram os benefícios biopsicossociais do contato com a natureza, destacando como esse vínculo contribui positivamente para a qualidade de vida e o bem-estar infantil. O estudo ampliou minha compreensão sobre as relações entre infância, natureza e desenvolvimento, além de oferecer contribuições relevantes para pais, educadores e formuladores de políticas públicas. Os dados reforçam a importância de preservar e garantir o

acesso a espaços naturais, tanto em áreas rurais quanto urbanas, como forma de promover o desenvolvimento saudável das crianças.

Assim, esta pesquisa representa um compromisso pessoal, profissional e acadêmico com o bem-estar infantil e a sustentabilidade ambiental, e espera-se que seus resultados inspirem ações concretas que favoreçam a reconexão das crianças com a natureza e o pleno desenvolvimento humano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a compreensão do tema, a construção do referencial teórico se ocupa de três categorias pertinentes aos objetivos propostos no estudo. No primeiro tópico serão apresentados aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, no segundo tópico, será abordada a relação das infâncias e ruralidades amazônicas e para finalizar, a relação crianças-infâncias em conexão com a natureza.

2.1 Desenvolvimento Infantil: crianças e infâncias

O conceito de infância passou por diversas transformações ao longo da história. No contexto brasileiro, durante o período colonial, as crianças não recebiam uma proteção específica, sendo muitas vezes submetidas aos interesses da Coroa Portuguesa, como a catequização de acordo com os costumes da época. Com o passar dos anos, houve uma evolução no entendimento das particularidades associadas à infância, especialmente a partir do século XIX, quando a criança passou a ser vista como um indivíduo que merecia afeto, cuidado e educação. Nesse período, a família começou a se tornar o centro de atenção para a criança, proporcionando-lhe um ambiente de proteção e desenvolvimento (Cruz & Sarat, 2016).

Nas últimas décadas, a promulgação da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou um marco na legislação brasileira, estabelecendo direitos fundamentais para as crianças e adolescentes, como o direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, entre outros. O ECA adota o princípio da proteção integral, defendendo que a criança seja tratada como sujeito de direitos em condição própria/singular de desenvolvimento. Reconhecer as infâncias no Brasil significa entender a diversidade e as diferentes vivências das crianças, levando em conta suas particularidades étnico-raciais, culturais, sociais e econômicas. No entanto, esse entendimento atual é resultado de um processo evolutivo no estudo da concepção de infância (de Oliveira, 2017).

Os estudos no campo da sociologia da infância descrevem que esta concepção é um fenômeno socialmente construído, cujo significado e vivência variam de acordo com o contexto cultural e histórico. Pinto (1997) cita Philippe Ariès (1981), indicando que durante a Idade Média as crianças não eram reconhecidas como sujeitos com características e necessidades próprias, mas sim como "homens de tamanho reduzido" (Ariès, 1981, p. 22) e que a noção de infância como a entendemos hoje, com características específicas de desenvolvimento, necessidades próprias e direitos a serem garantidos, começou a surgir apenas a partir do século XVII, com as transformações sociais e culturais que ocorreram nesse período.

O interesse da psicologia pelo estudo de crianças e suas interações expandiu-se a partir de 1960. Inicialmente, houve um foco nos estudos sobre a relação adulto-criança e, em particular, sobre a relação mãe-criança. Posteriormente, a partir da década de 1970, com a incidência do conceito de ciclo vital, as pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento, como subdisciplina da área, passaram a incorporar outras etapas além da infância e adolescência, reconhecendo a interação entre diferentes grupos geracionais e contextos histórico-culturais. Essa abordagem ampliou a compreensão do desenvolvimento humano, considerando a influência de fatores macro e microcontextuais nas diferentes fases da vida, e também trouxe questionamentos sobre as afirmações de que o desenvolvimento e a sociabilidade das crianças ocorriam de forma linear (Rossetti-Ferreira, Amorim, & Oliveira, 2009).

A relação linear de desenvolvimento refere-se a uma abordagem simplista que considera o desenvolvimento humano como um processo unidirecional e previsível, no qual a influência de um único fator (seja biológico, ambiental ou outro) determina o curso do desenvolvimento. Essa perspectiva é criticada por desconsiderar a complexidade e a interconexão dos múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento humano. Sameroff (2010) destaca a evolução da ciência do desenvolvimento para se tornar mais holística e integrada, de modo a reconhecer a natureza dinâmica e interativa do desenvolvimento, incorporando uma variedade de influências biológicas, psicológicas e sociais.

Nesse âmbito, a Psicologia esteve interligada ao social em diversos momentos de sua consolidação, especialmente no contexto do processo de modernização da sociedade ocidental. Durante esse período, a infância passou a ser vivida principalmente no ambiente familiar e escolar, culminando na redução do uso dos espaços públicos pelas crianças e colaborando para a ampliação de diferenças e desigualdades socioespaciais. Essa transformação trouxe à tona a importância de entender como o espaço e o ambiente influenciam a infância e o desenvolvimento humano (Silva, 2022).

A esse respeito, os estudos de Marta Muchow (Lopes & Fichtner, 2017) foram pioneiros para compreendermos as socioespacialidades infantis. Seus estudos dedicados ao cotidiano infantil nas cidades auxiliaram no desenvolvimento de métodos de pesquisa com crianças, como a entrevista, a observação e a cartografia. Suas críticas às abordagens universalistas e simplistas da pedagogia e da psicologia educacional e do desenvolvimento do século XX, que ignoravam as particularidades de vivência da época e não contextualizam adequadamente a relação entre a criança e o ambiente, especialmente em contextos urbanos também contribuíram para esses avanços. Muchow enfatizava a importância do ambiente na vida das crianças e como estes mediavam suas experiências, percepções e comportamentos, sinalizando a necessidade de considerar o ambiente como um espaço dinâmico e significativo para as crianças, onde elas constroem suas identidades, exploram o mundo e constroem relações com os outros (Mey & Gunther, 2015).

Estes espaços não são apenas físicos, mas também simbólicos, onde as crianças exercem agência e constroem significados. Ao considerar as narrativas das crianças e a materialidade dos espaços de brincadeira, por exemplo, ressalta-se a importância de reconhecer a diversidade de experiências infantis e a complexidade das interações entre as crianças, os espaços de brincadeira e as comunidades locais. Isso evidencia a relevância de uma abordagem sensível às perspectivas infantis e às relações espaciais na construção de territorialidades, contribuindo para uma compreensão mais ampla das geografias do brincar e das interações entre crianças, espaços e comunidades (Horton & Kraftl, 2018).

Portanto, a partir do momento em que os estudos sobre infâncias passaram a incorporar a preocupação com as socioespacialidades infantis, houve o interesse da psicologia e de outras áreas (sociologia, arquitetura, geografia, antropologia, etc.) para se pesquisar crianças em seus contextos urbanos e rurais passando a considerar a importância dos ambientes físico e social nesse período do desenvolvimento. Também ocorreu a ampliação dos olhares para compreender a experiência dos ambientes a partir da diversidade de seus sujeitos, considerando características e necessidades específicas de cada grupo (Silva, 2022).

Para a compreensão do percurso estudado da infância, é necessário mencionar algumas teorias do desenvolvimento infantil que irão guiar esta pesquisa. Assim, serão analisadas as contribuições de teóricos como Kurt Lewin (1933/1967), Roger Barker (1968, apud Cavalcante & Elali, 2018), Vygotsky (1896/1934, apud Oliveira, Grenno & Profice, 2022) e Bronfenbrenner (1979), que colaboraram para proporcionar uma visão abrangente de como as crianças adquirem conhecimento, a influência das interações sociais e da linguagem no desenvolvimento cognitivo, além de destacar o papel dos diversos ecossistemas que rodeiam a

infância, sublinhando a importância da relação criança-ambiente. Lewin (1933/1967), precursor da Psicologia Ecológica e/ou Ambiental, favoreceu o desenvolvimento da área, especialmente por meio de sua teoria de campo e sua visão ecológica do desenvolvimento. A primeira enfatiza a importância da interação entre o indivíduo e o ambiente, entendendo que o comportamento de uma pessoa seria influenciado não apenas por fatores internos, como personalidade e motivação, mas também pelo ambiente externo em que ela está inserida. Ele reconheceu o papel dos ambientes físicos, sociais e culturais no desenvolvimento humano, ressaltando a interação entre o indivíduo e seu ambiente. Essa perspectiva ecológica observa a complexidade das influências ambientais no desenvolvimento infantil, cujas ideias fundamentaram as concepções do modelo de Bronfenbrenner (Oliveira, Grenno & Profice, 2022).

O legado de Lewin ajudou a estabelecer as bases teóricas e conceituais da Psicologia Ecológica, influenciando trabalhos posteriores, como os que foram conduzidos por Roger Barker e colaboradores. Tendo sido impulsionado a estudar os acontecimentos da vida diária, Barker realizou observações do cotidiano de moradores de uma pequena cidade nos EUA, com estudos pioneiros em áreas rurais, tendo como foco inicial a análise do comportamento de crianças e adolescentes. O autor defendia a importância da observação direta e detalhada do comportamento humano em seus ambientes de vivência cotidiana. Isso permitiu uma compreensão mais ampla das interações entre as pessoas e seus contextos rurais (Carneiro & Bindé, 1997).

Assim como Roger Barker (1968, *apud* Cavalcante & Elali, 2018), Urie Bronfenbrenner também se inspira e utiliza conceitos de Lewin (1933/1967) para desenvolver sua teoria ecológica/bioecológica do desenvolvimento humano (1996/1979). Os estudos experimentais conduzidos na época em laboratório são vistos como artificiais e há um esforço para utilizar estratégias que permitam observar a relação criança- ambiente em contextos reais de desenvolvimento, como a escola, por exemplo. Para tanto, em seu modelo, Bronfenbrenner (1996/1979) descreve quatro dimensões – processo proximal, pessoa, contexto e tempo (PPCT).

Os processos proximais (P), segundo Bronfenbrenner (1996/1979) são as interações recíprocas que ocorrem regularmente ao longo do tempo entre pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente imediato. Esses processos são considerados o principal motor do desenvolvimento humano. Exemplos de processos proximais incluem atividades como brincar, fazer tarefas escolares ou participar de conversas significativas com adultos. Essas interações devem ser consistentes e duradouras para terem um impacto significativo no desenvolvimento.

A dimensão pessoa (P) refere-se às características biopsicossociais do indivíduo que influenciam diretamente os processos proximais. Bronfenbrenner (1996) identifica três tipos

principais de características nessa dimensão: demandas, recursos e disposições. As demandas são atributos que podem evocar reações imediatas do ambiente, como idade, gênero, aparência física e deficiências. Os recursos incluem habilidades, conhecimentos e experiências que a pessoa possui, assim como sua saúde mental e física. As disposições referem-se às tendências ou padrões de comportamento do indivíduo que podem incentivar ou inibir as interações com o ambiente, como curiosidade, motivação e a capacidade de manter a atenção.

O contexto (C) é descrito por Bronfenbrenner (1996/1979) como um conjunto de sistemas inter-relacionados que circundam a criança, conhecidos como microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. O microsistema envolve os ambientes imediatos em que a criança exerce participação direta, como a família, a escola e o grupo de amigos. O mesossistema refere-se às interações entre esses microsistemas, por exemplo, a relação entre os pais e os professores da escola em que a criança estuda. O exossistema inclui contextos nos quais a criança não participa diretamente, mas que ainda a afetam indiretamente, como o ambiente de trabalho dos pais ou a rede de apoio social da família. Por fim, o macrossistema engloba crenças culturais, valores, leis e políticas que moldam os outros sistemas.

No modelo bioecológico, Bronfenbrenner acrescenta a dimensão tempo (T), representada pelo cronossistema, ou seja, as mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do tempo, tanto na vida do indivíduo quanto nos ambientes em que ele vive. Isso inclui eventos históricos, transições de vida e mudanças nos papéis sociais que podem influenciar o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1986). Dessa forma, o modelo PPCT proporciona uma compreensão abrangente e dinâmica do desenvolvimento humano, enfatizando a importância das interações contínuas e recíprocas entre o indivíduo e seu ambiente, bem como as influências contextuais e temporais que moldam esse processo.

A perspectiva vygotskyana também explicita a importância da percepção do ambiente na interação entre a criança e a natureza, pois este autor introduz o conceito de *perejivanie*, que representa a relação interna da criança como pessoa com diferentes aspectos da realidade, incluindo o ambiente natural. Vygotsky destaca que a percepção do ambiente varia de acordo com as especificidades de cada criança e que a interação entre a criança e a natureza é fundamental para o desenvolvimento humano, logo, é essencial compreender a relação entre a criança e o ambiente natural como uma unidade dinâmica, em que a percepção do meio ambiente desempenha um papel crucial na formação da personalidade e no processo de desenvolvimento (Prestes & Tunes, 2012).

Assim, o diálogo entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Ambiental se fortalece ao considerar a relação criança-ambiente, destacando a importância do espaço físico

e social na construção das experiências infantis ao longo do ciclo de vida. Essa abordagem ampliada e atual busca ressignificar os modos de investigar as crianças em seus espaços de vida, promovendo reflexões sobre a interdependência entre o ser humano e o ambiente (Silva, 2022). Paralelamente ao desenvolvimento das teorias supracitadas, a modernidade e a urbanização trouxeram mudanças significativas para a infância, limitando a autonomia infantil em decorrência de preocupações com segurança, supervisão intensiva e restrições ao tempo gasto em atividades ao ar livre.

Nas sociedades contemporâneas, as crianças enfrentam desafios diferentes, como a redução do tempo em brincadeiras não estruturadas, a dependência de tecnologia e a pressão por alcançar metas acadêmicas (leitura e escrita, por exemplo) desde cedo. Essa comparação entre a infância em décadas passadas e a infância nas eras moderna e contemporânea exemplifica como as mudanças sociais, culturais e ambientais influenciam a experiência infantil e o desenvolvimento das crianças ao longo do tempo, demonstrando assim, como as características da infância evoluíram de acordo com as pressões seletivas do ambiente e das demandas sociais (Konner, 2011).

Zaradic e Pergams (2007) citam Wilson (1984) sugerindo uma transição da biofilia - tendência inata de se concentrar na vida e nos processos semelhantes à vida - para a videofilia, definida como uma nova tendência humana de se concentrar em atividades sedentárias que envolvem mídia eletrônica. Essa pouca exposição precoce e regular à natureza pode levar os cidadãos a considerarem a falta de familiaridade com ambientes naturais como desconfortável e opressora, contribuindo para o aumento do uso de telas e a diminuição das interações com a natureza.

Silva e Moura (2021) evidenciam que essa restrição das experiências das crianças em ambientes mais controlados e artificiais, como a casa e a escola, podem impactar negativamente seu desenvolvimento integral, limitando a compreensão da complexidade e interdependência do mundo natural. A ausência de vivências em espaços naturais pode ainda empobrecer o repertório de experiências das crianças, afetando sua relação com o entorno e suas interações sociais. Portanto, há uma necessidade de deslocar olhares para o compromisso acadêmico e social denominado de desemparedamento (Barros, 2018). Os estudos sobre esse tema passam a se concentrar principalmente na área da educação.

A construção da infância em diferentes contextos destaca a importância de práticas educacionais, espacialidades locais e elementos culturais, sociais e econômicos que influenciam a experiência das crianças. A noção ideal de infância é moldada por fatores como cultura, políticas educacionais, ambiente físico e condições socioeconômicas, refletindo valores e

narrativas culturais específicos de cada lugar. Sendo multifacetada, requer uma abordagem sensível e inclusiva para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças em diferentes contextos globais (Kraftl, 2006).

As crianças são vistas como agentes que participam ativamente na construção de seus próprios mundos. Elas não apenas habitam espaços pré-determinados, mas também contribuem para a formação desses espaços por meio de suas interações, brincadeiras e relações sociais. Além disso, as crianças são reconhecidas por sua capacidade de recriar suas identidades de acordo com contextos variados, o que envolve entender como fatores de gênero, raça, classe social, cultura, dentre outros, moldam a forma como as crianças são vistas e tratadas na sociedade (Aitken, 2018).

Além dos contextos variados mencionados, o fator sociodemográfico é relevante para a compreensão deste estudo, que se foca em uma população específica de crianças na zona rural de Manaus. Estudos indicam que viver em uma área rural envolve vivenciar a natureza de maneira distinta em comparação com áreas urbanas, principalmente porque as pessoas em áreas rurais tendem a ter mais contato com a natureza do que aquelas que vivem em áreas urbanas (Collado et al., 2015). Para aprofundar essa discussão, passaremos ao próximo tópico: infância e ruralidades amazônicas.

2.2 Infâncias e ruralidades amazônicas

Há uma dicotomia entre rural e urbano, na qual destaca-se uma tendência de considerar o contexto rural como atrasado em relação ao urbano. A ideia de progresso geralmente está associada ao desenvolvimento econômico, o que muitas vezes vincula o ambiente urbano como sendo mais evoluído e civilizado, em contraste com a visão do rural como primitivo ou selvagem. Além disso, as políticas desenvolvimentistas do século XX acentuaram essa dicotomia, prejudicando as populações rurais (Calegare, 2017).

O rural geralmente está associado a áreas com menor densidade demográfica e, atividades predominantemente agrícolas, pecuárias e extrativistas, além de uma relação mais direta com a natureza. Por outro lado, o urbano refere-se a áreas mais densamente povoadas, com infraestruturas urbanas desenvolvidas, diversidade de atividades econômicas e predominância de serviços e indústrias (Alves, 2021). Para Brandenburg (2010), o campo e a cidade são interdependentes, pois há integração e fluidez nas fronteiras entre esses espaços. Logo, as vidas rurais e urbanas estão intrinsecamente conectadas e influenciam-se mutuamente. Essa abordagem ampliada do conceito de rural e urbano destaca a complexidade e a diversidade das relações entre esses dois ambientes distintos.

Para Alves (2021), a ruralidade é discutida como um conceito que vai além da simples distinção entre rural e urbano, incorporando elementos imateriais, valores culturais, ambientais e econômicos que caracterizam a vida no campo. Define-se como um modo de vida complexo e multifacetado, que envolve não apenas a produção agrícola, mas também a preservação da natureza, a cultura local e as relações sociais estabelecidas no meio rural.

Destaca-se que, na região amazônica, o rural e o urbano se sobrepõem e se complementam, sendo interligados de diversas maneiras. Nessa perspectiva, o campo e a cidade não são vistos como realidades separadas, mas sim como expressões de modos de vida e valores que podem coexistir em ambos os espaços. Esse olhar permite uma visão mais ampla e dialética do rural e urbano, considerando suas especificidades e similaridades, e enfatizando que valores urbanos e rurais podem estar presentes em ambas as áreas (Oliveira & Nina, 2014).

Calegare (2017) menciona a ideia de uma transição do conceito de ruralidades para o termo "florestalidades" ao discutir as particularidades do contexto amazônico. Salienta-se que na região amazônica, a distinção entre floresta/rios/terras e cidades é evidente, mas, sugere-se a utilização do termo "florestalidades" para melhor compreender as realidades locais, evidenciando os rios e a floresta como elementos marcantes do cenário de vida dos habitantes da região (ribeirinhos, caboclos, indígenas, dentre outros). A adaptação da discussão de ruralidades para o contexto amazônico ressalta a necessidade de considerar as especificidades e interações entre estas florestalidades e o urbano regionais.

A região amazônica é descrita por Oliveira e Nina (2014) como um cenário de transformações rápidas e, ao mesmo tempo, contraditoriamente lentas, caracterizada por paradoxos, tendo em vista que a região apresenta índices sociais abaixo da média nacional, com desigualdades acentuadas, especialmente para as populações que vivem em comunidades rurais. Essas áreas enfrentam dificuldades no acesso à saúde devido a fatores que impedem a conquista de níveis mais elevados de igualdade e justiça social que não é determinada pela natureza, mas sim por processos sociais. A partir dessas realidades alguns grupos podem estar em situação ainda mais vulnerável devido as particularidades do seu desenvolvimento.

Outros dados demonstram que há variações também nas percepções relacionadas à floresta amazônica entre crianças e adolescentes de áreas rurais e urbanas, de acordo com a influência do contexto socioambiental. As crianças que vivem em áreas urbanas tendem a desenvolver uma compreensão mais sistemática e abrangente da floresta, em parte devido ao acesso a uma educação de melhor qualidade e a diversas fontes de informação. Em contraste, as crianças de áreas rurais, muitas vezes, têm uma compreensão menos desenvolvida, o que pode estar relacionado aos tipos de experiências com a natureza e às limitações de acesso ao

conhecimento científico. A mediação social, seja formal (como a educação escolar) ou informal, desempenha um papel crucial na formação dos conceitos sobre a floresta, com a educação formal se destacando como um fator importante no desenvolvimento de uma consciência ambiental mais sólida (Higuchi, Rosa & Forsberg, 2013).

Essas diferenças refletem o impacto significativo do contexto em que as crianças estão inseridas, evidenciando que as experiências educativas e de contato direto com a natureza são fundamentais para a construção de uma percepção mais crítica e informada sobre a floresta amazônica. Assim, o ambiente em que as crianças crescem molda suas visões sobre a floresta, com aquelas em contextos urbanos muitas vezes possuindo uma percepção mais desenvolvida em comparação com suas contrapartes rurais.

Ao nos depararmos com as realidades da infância no campo, observamos crianças que vivem em comunidades quilombolas, que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), crianças indígenas, ribeirinhas, dentre outras. Elas têm uma experiência de infância moldada por uma cultura social que oferece uma perspectiva distinta, uma infância marcada pela luta para existir e se integrar ao mundo a partir de suas realidades locais (Peloso, 2015). Nesse contexto, é fundamental refletir sobre essas infâncias, entendendo como essas crianças se desenvolvem e interagem com o mundo e com os outros, a fim de compreender e respeitar as diversas experiências infantis e suas particularidades. Esta discussão reafirma que a categoria infância não é homogênea e se manifesta de maneiras diversas.

As crianças ribeirinhas, por exemplo, desenvolvem uma relação constante e diversificada com a natureza ao longo de seu desenvolvimento. Essa relação se manifesta de várias maneiras, seja através da escuta e do aprendizado adquiridos no convívio com a natureza, da utilização de elementos naturais em suas brincadeiras, ou da criatividade em reinventar regras de jogos nas brincadeiras dentro d'água. A infância nesse contexto ribeirinho ocorre de forma singular, evidenciada pelo fato de que as ações de trabalhar e brincar frequentemente se misturam, dado o envolvimento das crianças em tarefas típicas de adultos. Embora os adultos compreendam a importância do brincar, eles também reconhecem a necessidade de ensinar as crianças desde cedo a lidar com tarefas essenciais para a sobrevivência em um ambiente com poucos recursos sociais. Assim, as crianças aprendem a lavar louça no rio, carregar água para atividades domésticas, apanhar açaí, pescar, cuidar dos irmãos menores, entre outras tarefas, dividindo seu tempo entre o trabalho, as brincadeiras e a escola (Pojo & Vilhena, 2013).

O estudo de Tiriba e Profice (2018) cita o cotidiano das crianças indígenas Tupinambá e revela que as interações com a natureza são fundamentais para suas práticas de brincadeira e aprendizado. As crianças se envolvem em atividades que utilizam seus próprios corpos em

conjunto com elementos naturais, como água, conchas e gravetos, em vez de depender exclusivamente de brinquedos fabricados. Isso demonstra uma forte conexão com o ambiente natural, onde brincadeiras e aprendizagens ocorrem em espaços como rios, colinas e matas, promovendo um vínculo com o lugar. As autoras também destacam que as práticas escolares devem respeitar e integrar essa relação com a natureza, permitindo que as crianças mantenham sua conexão com o ambiente. A pedagogia Tupinambá enfatiza a importância de superar a separação entre seres humanos e natureza, promovendo uma educação que valorize a escuta das crianças e a proteção de todas as formas de vida. As brincadeiras ao ar livre e a vivência em ambientes naturais são vistas como essenciais para o desenvolvimento emocional e social das crianças, fortalecendo seu sentimento de pertencimento ao mundo natural.

Carvalho e Silva (2018) expõe que a relação das crianças que vivem em contexto rural é profunda e significativa. Segundo os autores, nas comunidades do campo, as crianças têm a oportunidade de estabelecer uma conexão direta com o ambiente natural ao seu redor que não se limita apenas ao aspecto recreativo das brincadeiras, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de sua identidade, conhecimento e respeito pelo meio ambiente. As crianças que vivem no campo têm a oportunidade de aprender sobre os ecossistemas locais, os ciclos naturais e as práticas de manejo sustentável, o que repercute em uma relação mais harmoniosa e responsável com a natureza.

Lopes (2013) ressalta a importância de considerar o espaço vivido das crianças e suas interações com o ambiente como elementos fundamentais para compreender as experiências infantis e como elas percebem, experienciam e atribuem significados ao ambiente em que vivem, levando em conta suas interações cotidianas e emocionais com o espaço. Ao considerar este espaço, é possível analisar como as crianças constroem suas identidades, desenvolvem habilidades espaciais e estabelecem relações com a comunidade e a natureza ao seu redor, permitindo assim, uma abordagem mais contextualizada e sensível às necessidades, interesses e perspectivas infantis.

Segundo Carvalho et al. (2018), no contexto das infâncias vividas no campo, a cultura se manifesta nas brincadeiras, nos jogos e nas atividades lúdicas que refletem a identidade e os valores culturais dessas comunidades, vista como um elemento essencial na construção e na transmissão de tradições e conhecimentos ao longo das gerações. Ao observar as brincadeiras das crianças do contexto rural, é possível identificar elementos que revelam a relação delas com o ambiente natural circundante (andar a cavalo, tomar banho de rio, pescar, subir em árvores) e que demonstram contato direto com a natureza. Essas práticas lúdicas não apenas proporcionam diversão, mas também promovem a aprendizagem, o desenvolvimento e a

compreensão de sistemas simbólicos essenciais para a participação na história e na cultura local. O brincar com elementos da natureza se torna uma atividade essencial para a criança, pois é através dessas interações que ela desenvolve sua corporeidade e sua relação com o mundo. As crianças brincam de tudo que é possível, seja em ambientes abertos como parques, campos, terrenos, ou em ambientes fechados como sua casa, escola ou apartamento (Silva & Moura, 2021). O brincar com elementos naturais permite que a criança crie relações íntimas com o meio e desenvolva sua imaginação, sendo importante deixar as crianças serem crianças, permitindo que elas imaginem, observem, investiguem, vivenciem e criem com as ferramentas naturais que possuem, sendo a natureza a principal delas.

A escola é inserida como parte das experiências infantis em contexto rural que colabora para que ocorram experiências de aprendizagem e promoção da valorização do meio ambiente, sendo também, espaço para valorizar a cultura local, as tradições e os saberes das comunidades rurais. Estes movimentos podem ainda envolver a participação ativa das famílias nas atividades escolares, de forma a promover uma relação de parceria entre escola e comunidade e fortalecendo os laços familiares. Apesar das potencialidades, não se pode deixar de mencionar que a oferta da educação infantil no contexto rural enfrenta desafios relacionados ao acesso, à qualidade do ensino e à adequação das práticas pedagógicas às especificidades das comunidades rurais, exigindo ações para superar essas barreiras (Barbosa et al., 2012).

Complementarmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) abordam a educação em contexto rural de maneira a reconhecer e valorizar as especificidades das crianças que vivem em áreas rurais. Os principais pontos incluem o reconhecimento dos modos de vida no campo, como fundamentais para a constituição da identidade das crianças que moram em territórios rurais. É essencial que a educação infantil tenha uma vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, além de práticas ambientalmente sustentáveis. As diretrizes também sugerem a flexibilização de calendário, rotinas e atividades de maneira a respeitar as diferenças relacionadas às atividades econômicas das populações rurais, a valorizar e evidenciar os saberes e o papel das populações rurais na produção de conhecimentos sobre o mundo e o ambiente natural. Assim, visam garantir que a educação infantil no contexto rural esteja de acordo com as especificidades locais das crianças e de suas comunidades.

Para além do ambiente escolar, ao pensar na criança como sujeito ativo e que se posiciona no mundo, deve-se ampliar os espaços de aprendizagem, sendo preciso repensar o uso dos espaços, reconhecendo a necessidade de proporcionar experiências enriquecedoras em ambientes naturais e construídos. É relevante incentivar a exploração de espaços possibilitando

um "estender-se ao mundo", de maneira a enriquecer o repertório das crianças para que se promovam oportunidades de reconexão com a natureza (Silva & Moura, 2021).

A infância no contexto rural amazônico é marcada por particularidades e desafios específicos, mas também por riquezas culturais e experiências únicas. Como algumas características da infância nesse contexto, elas vivenciam a biodiversidade da região, aprendem habilidades como plantio, colheita, cuidado com animais e outras atividades relacionadas à subsistência, sendo também criadas em um ambiente rico em tradições culturais e saberes ancestrais. Elas aprendem com os mais velhos sobre a história, os mitos, as práticas tradicionais e os valores da comunidade (Toutonge & Mendes, 2022). Apesar da riqueza cultural, muitas crianças no contexto rural amazônico enfrentam desafios socioeconômicos, como a pobreza, a falta de acesso a serviços públicos, a escassez de oportunidades educacionais e de lazer. Por conta disso, desenvolvem resiliência e habilidades de adaptação diante das adversidades do ambiente, como as alterações climáticas, as condições geográficas desafiadoras e a escassez de recursos.

Sendo assim, no Brasil, e mais especificamente no Amazonas, onde as fronteiras entre rural e urbano se tornam cada vez mais fluidas e interconectadas, é essencial reconhecer a complexidade e a diversidade das relações entre esses dois ambientes distintos. A dicotomia entre rural e urbano não deve ser vista como uma separação rígida, mas sim como um contínuo que influencia não apenas a vida das comunidades, mas também a forma como percebemos o desenvolvimento, a natureza e a identidade cultural. Ao ampliar nossa compreensão sobre essas relações, podemos promover um diálogo mais inclusivo e enriquecedor, valorizando as particularidades e os desafios enfrentados pelas populações rurais e urbanas.

Diante dessas discussões, cabe investigar como as crianças desenvolvem sua conexão com a natureza e constroem e reconstróem essas relações, especialmente no ambiente rural amazônico. Evidências substanciais indicam que viver mais próximo à natureza (Cheng & Monroe, 2012), residir em um ambiente rural (Hinds & Sparks, 2009) e ter uma exposição mais frequente à natureza (Mayer & Frantz, 2004; Rosa et al., 2018; Richardson et al., 2019) estão associados a níveis mais elevados de conectividade com a natureza. Essa conectividade, que reflete o vínculo afetivo e cognitivo das pessoas com o mundo natural, parece ser fortalecida por essas experiências cotidianas.

Além disso, há evidências que sugerem que o contato direto com a natureza pode facilitar essa conexão. Por exemplo, um estudo identificou que o nível de conforto ao andar descalço na natureza está associado a um aumento na conectividade, embora a direção causal dessa relação ainda precise ser mais investigada (Harvey et al., 2016). Assim, estudos concluem

que o contato direto com a natureza exerce um impacto positivo na conectividade com o ambiente natural. No próximo tópico, exploraremos mais detalhadamente como essa conexão é desenvolvida, especialmente no contexto das crianças que possuem contato direto com a natureza a partir de sua localidade.

2.3 Crianças e infâncias em conexão com a natureza

De acordo com o estudo de Cheng e Monroe (2012) crianças que têm fácil acesso a áreas naturais tendem a desenvolver ligações mais robustas com a natureza, tendo benefícios psicológicos e sociais como maior empatia por outras criaturas vivas e um senso de responsabilidade em relação ao meio ambiente. Os valores familiares em relação à natureza também são destacados como um forte indicador da conexão das crianças com a natureza, sugerindo que as atitudes e comportamentos das crianças são fortemente influenciados pelos membros da família.

Para Chawla (2021), a definição de conexão com a natureza refere-se ao senso de unidade e identificação com a natureza, que envolve desfrutar, respeitar e apropriar-se do ambiente natural. Tal natureza pode ser representada por elementos objetivos que envolvem aspectos biofísicos com elementos bióticos (flora e fauna) e abióticos (solo, terra, água) (Richardson et al., 2022), podendo ser experienciada de forma objetiva a partir do contato com estes elementos, mas também subjetiva, a exemplo das percepções e sentimentos que as pessoas atribuem ao que é considerado natural (Hartig et al, 2014).

Contudo, a exposição à natureza não é uma experiência homogênea, pois as crenças pessoais sobre a natureza, como a percepção de sua importância e valor intrínseco, podem modular a profundidade dessa conexão. Indivíduos que valorizam a proteção ambiental ou veem a natureza como um espaço sagrado tendem a desenvolver uma ligação mais profunda com ela. Essa conexão vai além do simples contato sensorial, envolvendo também aspectos emocionais, estéticos e simbólicos, o que sugere que as conexões mais fortes com a natureza são de cunho cognitivo, afetivo e experiencial (Lengieza & Swim, 2021).

Mayer e Frantz (2004) definem o termo "conexão com a natureza" (CN) como um relacionamento profundo e significativo que os indivíduos estabelecem com o mundo natural. Eles argumentam que essa conexão emocional pode ter um impacto mais forte em comportamentos de cuidado ambiental do que o conhecimento teórico por si só. A dimensão afetiva desempenha um papel crucial na relação das pessoas com o meio ambiente, influenciando positivamente suas atitudes e ações em relação à natureza.

Em resumo, a CN envolve dimensões cognitivas, afetivas e comportamentais que

moldam a relação entre o ser humano e o ambiente natural. Essa conexão abrange elementos como emoções, valores e atitudes que motivam a proteção e preservação da natureza (Mayer & Frantz, 2004; Cheng & Monroe, 2012; Schultz et al., 2004). A infância é tida como uma fase crucial para a construção da CN, com experiências positivas na natureza tendo efeitos a longo prazo na vida das pessoas. O contato constante com a natureza é apontado como um fator importante para fortalecer a CN, promovendo bem-estar e incentivando a proteção ambiental. Pais/mães e professores são considerados referências importantes para promover esse contato. No entanto, em muitos casos, o distanciamento da natureza é uma realidade preocupante, com consequências no desenvolvimento das crianças. A falta de acesso a ambientes naturais, especialmente em grandes centros urbanos surge como um obstáculo para essa conexão (Paz, Zacarias & Higuchi, 2022).

A urbanização crescente é um dos principais fatores para que ocorra o déficit de natureza descrito por Charles e Louv (2009), pois com menos parques, florestas e áreas abertas próximas às áreas residenciais, as crianças têm menos oportunidades de se conectarem com a natureza em seu dia a dia. Além disso, há mudanças nos estilos de vida, como a redução da cultura agrícola e da pecuária que também contribui para a falta de contato das crianças com a natureza. Antigamente, as crianças tinham mais acesso a fazendas, campos e ambientes rurais, onde podiam explorar e aprender sobre a vida natural. Com a diminuição dessas atividades agrícolas, as oportunidades de interação com a natureza também diminuíram, trazendo assim, consequências negativas para o desenvolvimento físico, mental e emocional dos pequenos. Esse déficit é caracterizado pela redução de atividades ao ar livre, brincadeiras exploratórias e interações com o ambiente natural, resultando em problemas de saúde, como sedentarismo, obesidade, deficiência de vitamina D, maiores níveis de cortisol e impactos no bem-estar geral das crianças.

As características da infância nos dias atuais são compostas por limitações como a quase ausência de natureza vivida pelas crianças em seu cotidiano, causando desinteresse por espaços naturais verdes (Silva & Moura, 2021). O mundo natural passa a ser visto como um lugar distante, um ambiente de lazer, de turismo e contemplação e apesar de atualmente, as pessoas que vivem em ambiente rural estarem mais próximas do mundo natural são raras as situações em que não há intervenção humana que leve a uma modernização (Profice, 2016).

A inclusão da natureza em atividades cotidianas pode influenciar positivamente as habilidades de relacionamento de várias maneiras. Lanza et al., (2023) mostram que a conexão com a natureza está associada a habilidades socioemocionais mais altas em crianças. A presença de recursos verdes, como parques e áreas naturais, pode promover a regulação emocional e

cognitiva, melhorando a capacidade das pessoas de lidar com suas emoções e interações sociais. Além disso, a exposição à natureza pode aumentar a autoconfiança, o senso de realização e o alívio do estresse, contribuindo para relacionamentos mais saudáveis e positivos.

O comportamento alimentar também pode ser influenciado pela conexão com a natureza, como por exemplo, despertando a curiosidade das crianças em relação aos alimentos naturais, levando-as a uma maior disposição para experimentar novos alimentos, contribuindo assim para uma alimentação mais equilibrada, reduzindo o comportamento emocional em relação à comida, promovendo um maior senso de autonomia e responsabilidade nas crianças em relação à sua alimentação e encorajando-as a fazer escolhas alimentares mais conscientes (Sobko et al., 2021).

A teoria da Restauração da Atenção, proposta inicialmente por Kaplan e Kaplan na década de 1980, sugere que ambientes naturais podem ajudar a reabastecer os recursos mentais utilizados durante interações sociais, promovendo uma melhor capacidade de se relacionar com os outros. A imersão na natureza também pode provocar sentimentos de apoio social, conexão com os pares e desenvolvimento de habilidades sociais. Por outro lado, ambientes urbanos são considerados menos eficientes para restaurar a atenção direcionada. A teoria reconhece a importância de equilibrar a atenção direcionada e a atenção involuntária para promover o bem-estar e o funcionamento cognitivo adequado (Kaplan & Kaplan, 1989; Kaplan & Berman, 2010).

Nisbet e Zelenski (2013) mencionam como a exposição à natureza pode melhorar o humor, reduzir o estresse, promover emoções positivas e otimizar a saúde mental. Além disso, estar em ambientes naturais pode melhorar a concentração, a criatividade e a produtividade e gerar benefícios físicos, como redução da pressão arterial, melhoria da saúde cardiovascular e uma resposta imunológica mais forte. Em resumo, a biofilia desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar emocional, cognitivo e físico, ressaltando a importância da conexão com a natureza e seus benefícios multifatoriais.

Collado e Sorrel (2019) corroboram essa visão argumentando que a conexão com a natureza é essencial para a formação de uma consciência ambiental e para o desenvolvimento de valores éticos relacionados à preservação do meio ambiente. Keith, et al., (2022) afirmam que a auto identidade ambiental (modo como as pessoas se veem em relação ao meio ambiente e como isso afeta suas ações em relação à conservação), quando fortalecida, regula o sentimento de pertencimento das crianças ao entorno, motivando-as a adotar comportamentos de cuidado ambiental.

No que diz respeito às percepções relativas ao ambiente natural e aos elementos que o compõem, há divergências entre as visões das pessoas que convivem em contextos urbanos e rurais. As crianças que vivem no contexto rural, por exemplo, tendem a ter uma percepção mais aguçada, tendo em vista que seu contato com a natureza é constante. Essa relação as torna mais conscientes e propensas a comportamentos ambientalmente favoráveis. Em contrapartida, nas áreas urbanas, o acesso se torna mais limitado, podendo levar a uma percepção menos desenvolvida (Collado & Sorrel, 2019).

Algumas barreiras ambientais podem impedir as crianças em contextos urbanos de desfrutarem dos benefícios da natureza. Entre essas barreiras estão o espaço e o tempo limitados para atividades ao ar livre, frequentemente causados pelo uso excessivo de dispositivos eletrônicos para entretenimento. A falta de tempo dos pais para facilitar esse contato com a natureza também é um fator significativo, assim como a escassez de áreas verdes e parques nas cidades (Zacarias, 2018).

Outro aspecto importante citado por Zacarias (2021), em estudo realizado em Manaus-AM, envolve preocupações com a segurança e a mobilidade em áreas urbanas. Para a autora, a distância e as restrições de uso de algumas dessas áreas, como horários limitados de funcionamento ou proibição de entrada, podem impedir que as crianças desfrutem plenamente desses espaços. Além disso, a falta de conscientização sobre a importância da conexão com a natureza e os benefícios que ela traz pode resultar em uma menor priorização de espaços verdes nas áreas urbanas.

Considerando os impactos negativos do distanciamento da natureza para as crianças e a importância dos benefícios biopsicossociais proporcionados pelo contato com o ambiente natural, esta pesquisa tem como intenção sensibilizar grupos sobre as consequências desse afastamento, destacando a relevância das experiências na natureza para a qualidade de vida e o bem-estar infantil. Nesse contexto, nos questionamos como as crianças percebem e estabelecem relações com a natureza a partir de suas vivências em ambiente rural no contexto amazônico? Baseando-se nesta questão norteadora, foram delineados procedimentos metodológicos para investigar de forma abrangente a relação entre infâncias e natureza no contexto rural amazônico, visando contribuir para a elaboração de proposições que gerem avanços nessa temática.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender a relação de crianças com a natureza a partir de suas vivências em contextos rurais na região metropolitana de Manaus-Amazonas.

3.2 Objetivos específicos

- Verificar as percepções de natureza de crianças a partir de suas experiências em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas;
- Descrever as relações estabelecidas por crianças com elementos da natureza em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas;
- Identificar os benefícios do contato com a natureza para o desenvolvimento integral de crianças em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas;

4. MÉTODO

Para facilitar a compreensão dos procedimentos metodológicos, este tópico se dedicará à descrição detalhada de cada etapa do estudo realizado. Esta seção é fundamental para maior transparência da viabilidade da pesquisa, assegurando que os objetivos da pesquisa foram alcançados de maneira eficaz e sistemática. Ao delinear cada fase metodológica, buscou-se garantir a transparência e a replicabilidade do estudo, permitindo que os resultados obtidos sejam devidamente contextualizados e validados.

4.1 Tipo de Estudo

O estudo é do tipo qualitativo descritivo-exploratório com utilização de multimétodos. A abordagem qualitativa visa compreender e explicar a interação pessoa-ambiente, identificando significados atribuídos a distintos contextos. Esse método proporciona uma análise profunda das relações humanas e seus entornos, permitindo assim, aos pesquisadores, explorar novas questões, propor teorias, e fornecer informações significativas sobre determinado tema (Minayo, 1992).

A abordagem multimétodos possibilita não apenas a coleta de dados por meio de técnicas e instrumentos variados, mas também a articulação dos resultados a partir de análises robustas. Além de combinar métodos centrados nas pessoas e métodos centrados no ambiente, os pesquisadores podem explorar de forma holística como as características individuais e as

influências ambientais se inter-relacionam, incluindo a descrição de elementos, observação comportamental e abordagem direta da população local (Günther & Pinheiro, 2008). Esse tipo de estudo é adequado para investigar percepções, experiências e relações complexas, especialmente quando se busca entender fenômenos a partir das perspectivas dos próprios participantes, neste caso, as crianças.

4.2 Caracterização do local da pesquisa

A comunidade Ramal/Cachoeira do Leão, também conhecida como Cachoeira do Leão, está situada no quilômetro 37 da rodovia AM-010, na zona rural de Manaus, à margem esquerda do Rio Amazonas. Essa localidade foi selecionada como campo de estudo devido à sua rica proximidade com a biodiversidade local, oferecendo um ambiente ideal para observar as interações entre crianças e natureza. A escolha do local também se justifica pelo conhecimento prévio e fácil acesso da pesquisadora, que reside nas proximidades, facilitando a realização das atividades de campo necessárias para a pesquisa.

No contexto amazônico, o termo *ramal* é amplamente utilizado para designar estradas vicinais de acesso às zonas rurais, geralmente derivadas de rodovias principais. O ramal possui aproximadamente 3.800 metros de extensão, acrescido de mais 2 km de vicinal que dá acesso à área conhecida como Cachoeira do leão, local de grande circulação e referência geográfica entre os moradores.

Historicamente, o ramal teve origem como uma estrada que margeava as terras pertencentes a um produtor rural de origem japonesa, conhecido na região como Myamoto, proprietário de granjas. A partir dessa estrutura inicial, a área passou a ser loteada, dando início ao processo de ocupação. O perfil inicial da comunidade era composto majoritariamente por funcionários das granjas da região, além de compradores de terrenos voltados ao uso como areal e por latifundiários. Com o tempo, esse perfil se diversificou, passando a incluir famílias que se deslocam diariamente para trabalhar na cidade de Manaus/AM, bem como moradores que vivem da agricultura familiar, do pequeno comércio e da prestação de serviços locais.

Atualmente, o Ramal Cachoeira do Leão é habitado por mais de 700 famílias. A comunidade apresenta características socioeconômicas heterogêneas, com residentes que atuam no cultivo de pitaia, pimenta, hortaliças, além da manutenção de pequenas granjas e hortas domésticas. Também é significativa a presença de empreendedores locais que movimentam a economia da região. A infraestrutura do ramal é composta por serviços essenciais e uma rede comunitária ativa. Há farmácia, barbearia, salão de beleza, serviços de estética, padaria e

pequenos mercados com grande variedade de produtos, incluindo frutarias e lojas de materiais de construção. A comercialização de alimentos prontos, como lanches, pizzas, churrascos e pratos típicos da culinária amazônica, também está presente, sendo comum a entrega para outros ramais da região. A rotatividade de empreendimentos, no entanto, é alta, variando conforme os períodos do ano.

A Associação Comunitária desempenha um papel central na organização local, sendo espaço multifuncional para atividades de saúde, educação e lazer. Às terças-feiras, funciona como Unidade Básica de Saúde (UBS), com uma sala adaptada para atendimento médico. Também são ofertadas aulas de reforço escolar três vezes por semana, nos turnos matutino e vespertino, com duração de duas horas, mediante o pagamento de um valor social. Em datas comemorativas, são realizadas ações comunitárias com atividades lúdicas, em parceria com Organizações Não Governamentais (ONGs) e servidores da Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

A diretoria da associação, composta por representantes locais, atua ativamente na busca por melhorias para a comunidade. Entre as ações destacadas, está a participação no programa Sesc Mesa Brasil, que permite o atendimento de 100 famílias com alimentos a cada dois meses. Entre as mais de 200 instituições cadastradas no programa, a associação do Ramal Cachoeira do Leão é uma das contempladas, o que evidencia comprometimento na promoção do bem-estar social local. A associação também viabiliza treinamentos voltados à agricultura, ofertados quinzenalmente em parceria com a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR), a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). Tais capacitações têm como objetivo promover alternativas de geração de renda às famílias residentes, contando atualmente com a participação de 30 pessoas, inclusive de moradores de outros ramais.

Outro destaque é a atuação da associação em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que tem permitido viabilizar o acesso à aposentadoria para trabalhadores da localidade. No campo das ações socioculturais, são realizadas atividades como a ‘Oficina da Memória’, voltada a 15 idosos e ministrada pelo representante comunitário, que é psicólogo. Além disso, a comunidade conta com sessões de cinema quinzenais para as crianças, com direito a pipoca e refrigerante; aulas de zumba três vezes por semana; e, em determinados períodos, o evento comunitário denominado ‘Sexta da comida’, no qual moradores se reúnem para vender pratos variados, promovendo interação e apoio mútuo.

Essas ações demonstram a vitalidade comunitária e o envolvimento dos moradores na

construção de um território onde coexistem elementos de ruralidade, identidade cultural e práticas de sustentabilidade, aspectos essenciais para compreender o contexto em que vivem as crianças participantes desta pesquisa.

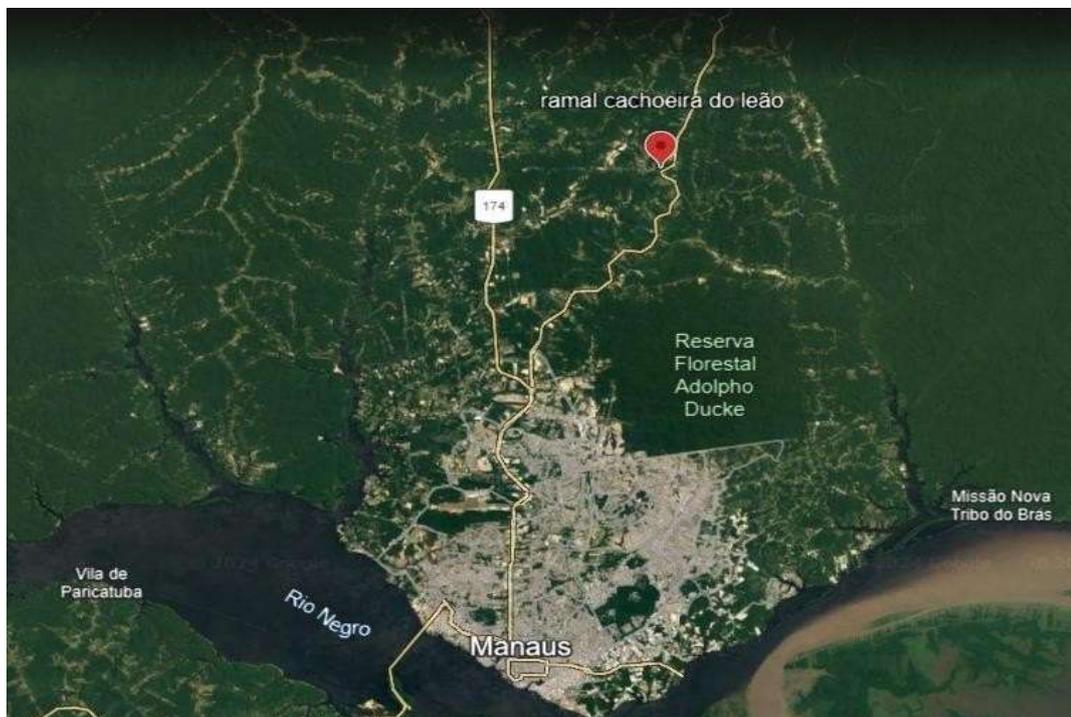


Figura 1: Localização da Cidade de Manaus e do Ramal da Cachoeira do Leão.
Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).

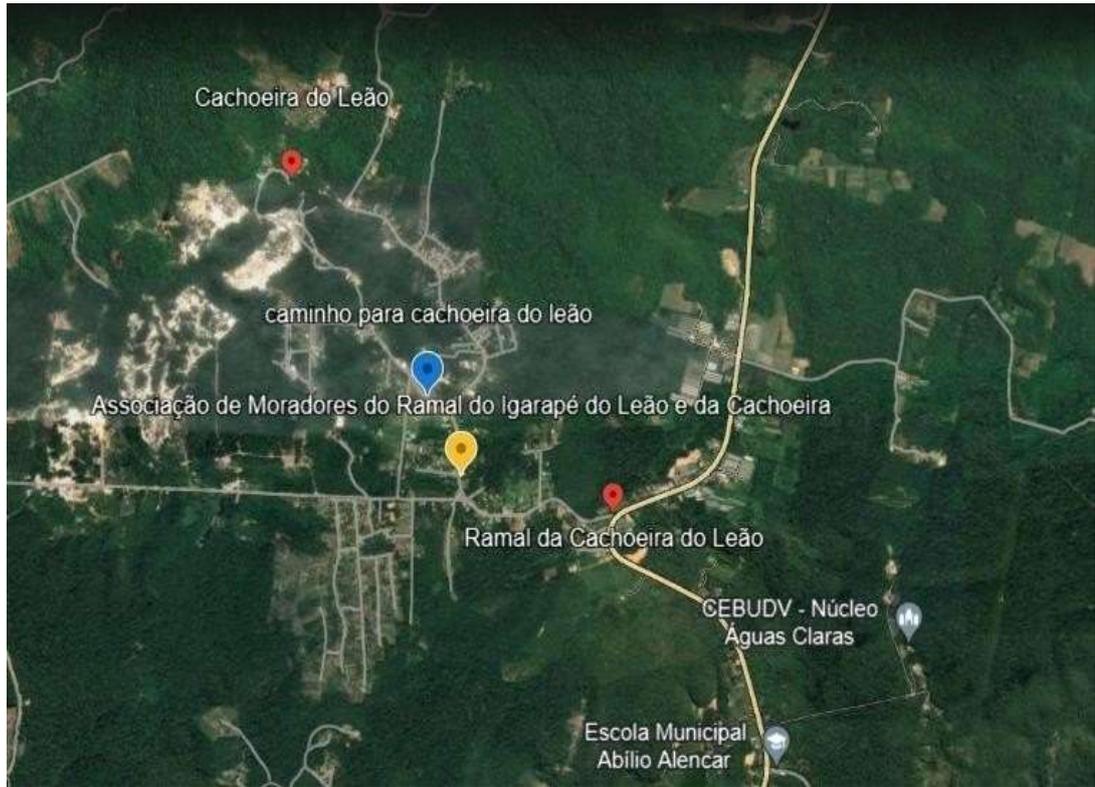


Figura 2: Localização da comunidade situada no Ramal da Cachoeira do Leão.
Fonte: Adaptado de Google Earth (2024).



Figura 3 – Croqui Cachoeira do Leão (local de pesquisa)

Fonte: elaborado pela técnica em paisagismo Glenda dos Santos Luniere (2025)

4.3 Participantes da pesquisa

Foram incluídas crianças residentes na zona rural da comunidade Ramal do Leão, na faixa etária entre 7 e 10 anos e que estivessem alfabetizadas. Calegare e Higuchi (2018) mencionam sobre a importância do contato com representantes da comunidade como uma estratégia para a interação psicossocial, reconhecendo a diversidade de perspectivas, valores e crenças presentes nos diferentes grupos e indivíduos que a compõem. Esse contato inicial compõe o processo de inserção do psicólogo na comunidade. Destaca-se que o psicólogo busca se tornar conhecido, tentando maximizar as possibilidades e facilidades para o início do seu trabalho. Além disso, isto implica em aceitar a avaliação sobre a necessidade do trabalho, mesmo com o risco de recusa e após estabelecer a entrada na comunidade, inicia-se um processo contínuo de interações e obtenção de informações (Freitas, 2020).

Desse modo, o primeiro passo foi estabelecer contato com os pais das crianças a partir da mediação do representante local da comunidade, que assinou o termo de anuência para a realização deste. A partir disso, estabeleceu-se contato majoritariamente com as mães das crianças que assinaram o termo de consentimento para a realização deste estudo. Em seguida,

foram selecionadas 10 crianças da comunidade, com idades entre 7 e 10 anos, independentemente do gênero.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete mães da comunidade. O processo de aproximação com as crianças iniciou-se por meio da articulação com o representante local e sua secretária, que desempenharam papel fundamental na mobilização das famílias. Após a autorização e o apoio da associação comunitária, foi agendado um encontro coletivo na sede da associação, ao qual foram convidadas todas as crianças da comunidade que, possivelmente, estivessem dentro da faixa etária de interesse da pesquisa.

Na data marcada, compareceram 12 crianças ao encontro. Inicialmente, foi realizada uma acolhida coletiva, seguida da apresentação dos objetivos do estudo e das atividades previstas, utilizando-se linguagem lúdica e acessível. Nesse momento, também foram esclarecidos os procedimentos éticos da pesquisa e solicitado o assentimento livre e esclarecido das crianças que manifestaram desejo em participar. Após a verificação da idade, 10 crianças se enquadraram no critério etário definido (entre 7 e 10 anos) e foram, inicialmente, consideradas aptas para participar.

Entretanto, por dificuldades de contato com duas mães — devido a conflitos de horário, indisponibilidade para participação nas entrevistas ou ausência no momento da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido — não foi possível a inclusão definitiva de seus filhos na pesquisa. Além disso, essas mesmas dificuldades comprometeram a realização das caminhadas guiadas com essas crianças.

Dessa forma, a amostra final compreendeu a participação efetiva de sete mães e oito crianças, sendo que duas delas são irmãs. O momento inicial de escuta e aproximação com o grupo favoreceu a criação de um ambiente de confiança, propício para a realização das etapas seguintes da pesquisa, como as entrevistas individuais e as caminhadas guiadas. A participação espontânea e o entusiasmo demonstrado pelas crianças contribuíram significativamente para a riqueza e profundidade dos dados coletados, revelando o interesse genuíno em compartilhar suas experiências e relações com a natureza no contexto em que vivem.

A seguir, será apresentada a descrição dos dados referentes a cada uma das crianças e também de suas mães participantes, identificadas por nomes fictícios, conforme a ordem de numeração dos participantes.

Participantes	Mães	Idade (anos)	Renda (n° salários mínimos)	Tempo de moradia das mães na comunidade
1	Tereza	30	1 a 2	30 anos
2	Gabriela	42	3 a 4	2 anos
3	Eliana	35	3 a 4	35 anos
4	Raquel	37	1 a 2	8 anos
5	Tuane	30	1 a 2	3 anos
6	Valéria	43	1 a 2	13 anos
7	Juliana	28	1 a 2	28 anos

Quadro 1 – Descrição das mães participantes da pesquisa

Fonte: Autoria própria (2025)

Participantes	Crianças	Idade (anos)	Gênero	Ano escolar
1	Daniel	10	Masculino	5º ano
2	João	10	Masculino	5º ano
3	Mariana	9	Feminino	3ºano
	Paula	7	Feminino	2ºano
4	Hugo	8	Masculino	3ºano
5	Lucas	10	Masculino	4º ano
6	Sofia	8	Feminino	2º ano
7	Gabriel	10	Masculino	5º ano

Quadro 2 – Descrição das crianças participantes da pesquisa

Fonte: Autoria própria (2025)

4.4 Instrumentos e Técnicas

Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas: 1) observação naturalística; 2) caminhada pelo local (*walk-through*) com as crianças associada a uma entrevista e à produção de imagens e vídeos, 3) entrevistas semiestruturadas com as mães. No que tange à entrevista semiestruturada, esta foi composta por um roteiro de entrevista elaborado pela entrevistadora com 7 perguntas. O roteiro manteve-se direcionado pelos objetivos da pesquisa, mas sem deixar de questionar e ouvir fatores que estavam fora do roteiro, de modo a prover liberdade aos participantes para fazer comentários que considerassem pertinentes (Günther, 2008).

A observação naturalística assume particular importância no campo dos estudos pessoa-ambiente, como um recurso de que o pesquisador dispõe para conhecer os aspectos efetivamente manifestos do comportamento humano nos ambientes da vida real. Assim, é comum que técnicas de observação naturalística sejam empregadas no local de investigação quando se necessita de informações preliminares das pessoas que serão o foco da pesquisa e seu ambiente para compreender, por exemplo, suas impressões e preferências a respeito do local, usos e atividades ocorridas ali, tempo de permanência, etc. (Pinheiro, Elali & Fernandes, 2008).

A observação naturalística desempenhou um papel relevante nesta pesquisa, ao possibilitar uma compreensão mais sensível e contextualizada das interações das crianças com o ambiente natural em que vivem. Conforme apontam Pinheiro, Elali e Fernandes (2008), esse tipo de observação é um recurso fundamental nos estudos pessoa-ambiente, pois permite ao pesquisador captar comportamentos espontâneos dos participantes em seus contextos cotidianos, oferecendo dados que vão além dos relatos verbais. Neste estudo, a observação naturalística foi enriquecida com o uso de registros audiovisuais feitos por meio de uma câmera *GoPro* durante as caminhadas guiadas, além de um roteiro com perguntas que visavam identificar os usos dos espaços naturais, as atividades preferidas e as reações emocionais diante dos elementos da paisagem.

A técnica *walk-through*, traduzida como "caminhada pelo local" (Günther & Pinheiro, 2008), é uma abordagem em que os pesquisadores realizam visitas ao local de estudo acompanhados por pessoas chave, como projetistas, administradores, zeladores e representantes dos usuários. Essas visitas são repetidas conforme necessário para explorar a estrutura física, funcionalidades e interações com os usuários. Durante as caminhadas pelo local e interações com as pessoas envolvidas, os pesquisadores podem observar diretamente o ambiente, identificar características relevantes e compreender melhor como ele é utilizado e percebido pelos indivíduos. Quando associada a entrevistas, que se tornam "entrevistas caminhadas," essa técnica se revela um recurso valioso para articular informações sobre o entorno, baseadas nas percepções construídas por diferentes grupos em suas interações ambientais diárias (Albuquerque et al., 2023).

Levando em consideração a importância de cada relato na aplicação da entrevista com as mães, o roteiro de perguntas privilegiou aspectos que permitiram verificar as percepções de natureza das crianças a partir da percepção das mães e as ações mediadoras e facilitadoras para o contato com a natureza, com menções aos seus benefícios, além de outras questões relevantes para a discussão da temática e o que as mães consideraram pertinentes ao longo da entrevista.

Com as crianças, o roteiro de perguntas para a entrevista privilegiou as percepções de natureza das mesmas a partir de suas experiências, possibilitando a descrição dessas relações estabelecidas com os elementos naturais ao seu redor. Após o devido consentimento dos pais e assentimento das crianças, as entrevistas foram integralmente audiogravadas e posteriormente transcritas para a análise de dados.

Durante as caminhadas, a pesquisadora auxiliava os participantes no registro de imagens dos elementos mencionados ao longo do percurso. Essa abordagem não apenas facilitou a coleta de dados qualitativos, mas também permitiu que os participantes expressassem suas percepções de maneira mais natural e contextualizada, enriquecendo a análise dos dados coletados (Albuquerque et al., 2023). Neste estudo, foi utilizada ainda uma *GoPro* para as filmagens da caminhada guiada, associada a um roteiro com perguntas sobre os locais apresentados pelas crianças e suas brincadeiras. O uso da filmagem teve como objetivo promover um momento lúdico e de interação, garantindo melhor qualidade nas etapas de coleta e análise dos dados.

4.5 Procedimentos de coleta das informações

A realização da etapa de campo da pesquisa ocorreu na comunidade Cachoeira do Leão, com apoio direto do representante da associação comunitária local e de sua secretária. Inicialmente, foi estabelecido contato com a liderança comunitária, que se mostrou receptiva à proposta do estudo e colaborou ativamente na organização do primeiro encontro com as crianças da comunidade.

Com o auxílio da secretária da associação, foi possível agendar uma reunião na sede comunitária. Para esse encontro, foram convidadas crianças da comunidade com idades entre 7 e 10 anos, critério estabelecido previamente para definição do público-alvo da pesquisa. Compareceram 12 crianças, porém apenas 10 foram incluídas no estudo por atenderem ao critério etário definido.

Posteriormente, com a mediação da secretária da associação, foram marcadas visitas às residências das mães das crianças participantes. Nessas visitas, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com o intuito de compreender as percepções das mães sobre a relação de seus filhos com a natureza e o cotidiano da infância em contexto rural. A coleta de dados demandou um total de sete visitas ao ramal da Cachoeira do Leão, distribuídas ao longo de um período planejado, mas que exigiu adaptações constantes.

Durante esse processo, enfrentaram-se alguns desafios logísticos. Houve dificuldades na marcação das visitas domiciliares, como conflitos de horário, reagendamentos e, em alguns

casos, ausência de retorno por parte das responsáveis. Essas situações demandaram flexibilidade e diálogo contínuo com a comunidade para reorganizar a agenda de visitas, contando sempre com o suporte da secretária da associação, cuja mediação foi essencial para viabilizar o contato com as famílias.

Além das entrevistas, foram realizadas sete caminhadas guiadas (*walkthroughs*) com as crianças pelos arredores da comunidade, com exceção de um único encontro que não pôde ocorrer devido a questões de saúde do participante. Esses momentos foram registrados com o uso de uma câmera *GoPro*, com o objetivo de captar de forma espontânea as interações das crianças com o ambiente natural. As caminhadas mostraram-se fundamentais para a observação direta e a compreensão mais sensível e contextualizada das relações estabelecidas entre as crianças e o espaço natural que habitam. Cada caminhada foi conduzida de maneira lúdica, sendo proposta como uma brincadeira na qual a criança assumia o papel de guia, conduzindo a pesquisadora por um "passeio" pela comunidade e apresentando seus locais preferidos para brincar e socializar. Para favorecer a expressão de sentimentos e significados durante as entrevistas, foram utilizados cartões com imagens que referenciavam diferentes emoções, contribuindo para ampliar a compreensão do ponto de vista infantil. A realização dessa etapa de campo reforçou a importância da construção de vínculos com a comunidade, da escuta atenta aos seus ritmos e da mediação local como facilitadora da pesquisa. Apesar dos desafios, a experiência foi enriquecedora tanto do ponto de vista metodológico quanto pessoal, fortalecendo o compromisso ético e respeitoso com os sujeitos envolvidos no estudo.

Ao final do processo, foi combinado um encontro para a devolutiva. Será realizada uma oficina na comunidade para a apresentação da produção final das filmagens feitas pelas crianças de seus locais favoritos, com a intenção de discutir os benefícios do contato criança-natureza a partir das experiências das crianças participantes. Assim, pretende-se pôr em pauta a temática de maneira ampliada aos moradores/as da comunidade, de modo a dialogar sobre estratégias que permitam promover o contato com a natureza de modo mais efetivo. As filmagens também serão utilizadas posteriormente em processos de divulgação científica, a partir da autorização dos participantes.

4.6 Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados desta pesquisa ocorreu por meio de uma análise temática (AT), conforme descrito por Braun e Clarke (2006). Esse método visa identificar e analisar padrões recorrentes entre as falas dos participantes para destacar semelhanças e diferenças nos

discursos. A análise temática envolve a identificação de padrões, temas e significados nos dados observacionais, nas fotografias e nas entrevistas, oferecendo uma compreensão aprofundada da interação pessoa-ambiente.

O procedimento de análise foi dividido em etapas. Primeiro, a aproximação com os dados se deu a partir da transcrição das entrevistas e da organização dos dados observacionais e das filmagens. Em seguida, foram gerados códigos iniciais, que são rótulos aplicados a segmentos de dados significativos. Esta codificação foi realizada manualmente. Após a geração dos códigos, estes foram agrupados para identificar temas emergentes. Os temas representam padrões nos dados que capturam aspectos significativos relacionados à questão de pesquisa. Nesta fase, realizou-se a organização dos códigos em temas potenciais, agrupando dados relevantes para cada tema.

As respostas dos participantes foram organizadas em uma planilha, etapa essencial no processo de sistematização dos dados coletados ao longo da pesquisa. Para facilitar a análise temática, a planilha foi construída a partir das transcrições das entrevistas com as crianças e suas mães, bem como das observações feitas durante as caminhadas guiadas e registros audiovisuais. Cada linha da planilha corresponde a uma unidade de sentido identificada nos relatos e comportamentos observados, organizadas em colunas que indicam o nome do participante, data, categoria temática emergente, subtemas, trechos significativos, além de observações adicionais. Essa estrutura permitiu agrupar e comparar os dados qualitativos de forma mais clara e objetiva, contribuindo para a identificação de padrões, recorrências e nuances nas experiências das crianças com a natureza. A planilha funcionou, portanto, como uma ferramenta de apoio analítico que facilitou a codificação inicial, o refinamento das categorias e a interpretação dos significados atribuídos pelas crianças aos espaços naturais. Sua utilização foi fundamental para garantir a coerência do processo analítico e para ancorar as interpretações nos dados empíricos, alinhando-se à proposta da análise temática de valorizar a profundidade e complexidade das narrativas dos participantes. Após revisão e refinamento dos temas, buscou-se formar um padrão coerente que refletisse adequadamente os significados presentes nos dados. Cada tema foi então explicitamente definido e nomeado.

A análise temática permitiu revelar informações sobre os benefícios da conexão com a natureza para o desenvolvimento infantil, as preferências das crianças para atividades ao ar livre e as oportunidades de aprendizado proporcionadas pelo ambiente natural. Esta narrativa interpretativa alinhou-se com a literatura existente e as teorias relevantes, oferecendo uma compreensão rica e contextualizada da interação entre crianças e o ambiente natural.

Os dados analisados foram organizados em dois tópicos principais. Primeiramente, serão apresentadas as características gerais dos participantes (mães e crianças), abordando informações como idade, tempo de moradia, percepções sobre a natureza e atividades preferidas. Em seguida, será descrita a análise das temáticas emergentes das entrevistas e observações, agrupando os dados em categorias temáticas construídas a partir da análise manual do material coletado. Cada categoria será ilustrada com trechos representativos das falas dos participantes, de forma a preservar a riqueza e a singularidade de suas experiências.

4.7 Procedimentos Éticos

De acordo com as Resoluções 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e 510/2016 (Brasil, 2012; 2016) toda pesquisa envolvendo seres humanos deve respeitar a dignidade e a liberdade dos participantes, dito isso, a presente pesquisa foi inicialmente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP-UFAM) para avaliação dos procedimentos a serem seguidos. Todo o processo durou um mês, sendo que no mês de outubro de 2024 houve a aprovação sob o Parecer nº 7.118.372 e CAAE de nº 82963524.1.0000.5020. Não ocorreram desistências ou desconfortos relatados durante o andamento dessa pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão aqui descritos estão organizados em três partes principais, de modo a proporcionar uma compreensão progressiva e integrada do que foi investigado. Inicialmente, é apresentado o artigo científico produzido e submetido, o qual traz uma revisão teórica sobre a relação das crianças com a natureza em contextos rurais, oferecendo um panorama conceitual e analítico que fundamenta a pesquisa empírica. Em seguida, é feita a descrição dos participantes do estudo — crianças e mães da comunidade rural investigada —, situando o leitor quanto às características do grupo que compôs a amostra. Por fim, são apresentadas as categorias temáticas resultantes da análise das entrevistas realizadas, organizadas em dois capítulos. O primeiro capítulo aborda as percepções das crianças sobre a natureza, com base nas seguintes categorias: a) Percepções infantis sobre a natureza: sentidos, sentimentos e significados e, b) Relações cotidianas com a natureza: brincando, explorando e criando vínculos. O segundo capítulo contempla a perspectiva das mães, destacando suas percepções sobre a natureza e a relação de seus filhos com o ambiente natural e os desafios e aspirações no cuidado com a infância em contexto rural. Essa estrutura visa integrar os diferentes olhares sobre a temática, permitindo uma análise mais abrangente e sensível às dimensões subjetivas e contextuais do desenvolvimento infantil em ambientes naturais.

ESTUDO 1

5.1 REVISÃO DE ESCOPO: CRIANÇAS E CONEXÃO COM A NATUREZA EM CONTEXTOS RURAIS¹

5.2 INTRODUÇÃO

O vínculo entre as crianças e a natureza vem enfraquecendo progressivamente, à medida que o fascínio pela tecnologia digital as atrai constantemente para longe de brincadeiras ao ar livre (Vella et al., 2023). No entanto, a importância da conexão criança-natureza não pode ser negligenciada, particularmente em contextos rurais, nos quais a proximidade com elementos naturais é constante. Os estudos sobre conexão de crianças com a natureza têm-se centrado em ambientes urbanos e suburbanos (Machado et al., 2016; Colding et al., 2020; Sobko & Brown, 2021; Cunha et al., 2022), evidenciando uma lacuna ligada às pesquisas em contexto rural. Esta

¹ Capítulo em acordo com as normas da Revista Interamericana de Psicologia na qual está submetido.

limitação dificulta a compreensão das interações singulares que as crianças nas áreas rurais constroem com a natureza.

O conceito de ruralidade aborda os modos de vida, aspectos identitários e as características do espaço rural. Na geografia, a ruralidade é discutida como um fenômeno complexo que envolve não apenas fatores econômicos, mas também culturais, ambientais e políticos específicos. Assim, pode ser entendida como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local, incorporando novos valores, hábitos e técnicas. Além disso, a ruralidade pode ser expressa material e imaterialmente na paisagem, refletindo a relação entre as comunidades rurais, a natureza e as cidades (Alves, 2021).

O vínculo com o lugar nas áreas rurais inclui aspectos simbólicos, culturais e emocionais que permeiam a vida cotidiana dos habitantes. Esses territórios da vida são espaços onde se entrelaçam relações sociais, práticas de trabalho, tradições e percepções ambientais, moldando a identidade e a experiência das comunidades locais. O ambiente rural é um espaço significativo que evoca as experiências da infância e um elo profundo e afetivo com a natureza. Na idade adulta, as pessoas tendem a lembrar principalmente dos espaços naturais devido à sua qualidade distinta em relação ao ambiente construído pelo homem. Elementos como o céu, o mar, a vegetação e os animais são mencionados como atributos que formam uma impressão marcante, especialmente na infância (Moser, 2018).

A paisagem rural é vista como um ambiente de contemplação e recreação, sendo objeto de preocupações individuais e coletivas de preservação e ordenamento. Os agricultores são considerados os principais guardiões do ambiente rural, desempenhando um papel-chave na preservação e manutenção da paisagem. Existe um consenso em torno do respeito ao ambiente natural, independentemente das formas concretas de uso. Práticas como o manejo da terra, os ciclos agrícolas baseados nas fases da lua e a observação dos elementos naturais para orientar o trabalho e as atividades cotidianas demonstram a interação profunda entre as pessoas em contexto rural e o ambiente natural. (Rua, Agueda, & Simoni, 2021).

Segundo a hipótese da biofilia, essa busca por conexão com a natureza é considerada fundamental e geneticamente determinada (Kellert, 1996; Wilson, 1984). Atualmente há investigações para as contribuições genéticas e ambientais na orientação das pessoas em relação à natureza e em suas experiências naturais, utilizando dados de gêmeos monozigóticos e dizigóticos. Foi observada uma herdabilidade moderada para a orientação para a natureza e diferentes dimensões das experiências naturais. Os componentes genéticos desses fenótipos se sobrepuseram parcialmente, indicando a influência dos genes nas experiências individuais com

a natureza. Além disso, o estudo destacou que as influências ambientais nas experiências com a natureza são moderadas pelo nível de urbanização do lugar de origem, com diferenças nas preferências e frequência de visitas a espaços naturais versus jardins domésticos. Essas descobertas ressaltam a importância de considerar tanto os fatores genéticos quanto ambientais na relação entre as pessoas e o ambiente natural, visando promover o bem-estar e a saúde mental através do contato com a natureza (Chang et al., 2022).

O termo conexão com a natureza (CN), pode ser definido como uma relação que pode ser cognitiva, afetiva e física entre o ser humano e a natureza. Essa conexão envolve elementos que influenciam ou interferem na relação entre o indivíduo e o ambiente natural. Pode se referir a uma conexão cognitiva (Schultz, et al., 2004), afetiva ou experiencial, e inclui aspectos como emoções, valores e atitudes que motivam a proteção e preservação da natureza (Mayer & Frantz 2004; Cheng & Monroe, 2012), refere-se ao relacionamento profundo e significativo que os indivíduos estabelecem com o mundo natural e sugere que a conexão emocional com a natureza pode ter um impacto maior no comportamento ecológico do que informações baseadas apenas no conhecimento teórico.

Na prática a exposição à natureza pode melhorar o humor, reduzir o estresse, promover emoções positivas e contribuir para a saúde mental, além de melhorar a concentração, a criatividade e a produtividade. Isso também influencia positivamente a cognição e proporciona benefícios físicos, como a redução do sedentarismo e o estímulo à prática de atividades ao ar livre. Esses fatores favorecem a resiliência e o autocontrole, ajudando no enfrentamento de desafios e adversidades, como exemplificado durante a pandemia de COVID-19 (Macena et al., 2023). Durante a pandemia, muitas crianças sentiram falta do contato com a natureza, mas aquelas que conseguiram se reconectar com ela apresentaram benefícios emocionais e comportamentais significativos. A (re)conexão com a natureza pode promover a saúde física e mental das crianças, melhorar seu desempenho escolar, desenvolver atitudes pró-ambientais e aumentar sua consciência ambiental. A relação das crianças com a natureza é definida como uma conexão cognitiva, afetiva e física (Nisbet & Zelenski, 2013), que influencia suas atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente.

Para Paz, Zacarias e Higuchi (2022), a conexão com a natureza (CN) é descrita como um construto que engloba a relação dos seres humanos com o mundo natural, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. A dimensão cognitiva enfatiza a forma como os indivíduos se percebem em relação à natureza, o quanto acreditam fazer parte dela (crença) e a veem como um componente integrante da sua identidade (Schultz, 2001). A dimensão

afetiva, por outro lado, incorpora os sentimentos de pertencimento, familiaridade e apego que os indivíduos vivenciam em relação à natureza (Colley & Craig, 2019). Essa conexão emocional serve como catalisador para a busca de conhecimento e para nutrir um senso de cuidado ambiental. Nesse sentido, a dimensão afetiva da conexão com a natureza é considerada um importante preditor do comportamento ecológico e do bem-estar subjetivo. Já a dimensão comportamental examina o nível de compromisso que os indivíduos demonstram para com a natureza, uma vez que tem em conta as suas crenças e intenções (atitudes) em relação à gestão ambiental (Collado & Sorrel, 2019). Ao considerar todas estas dimensões, pode-se obter uma compreensão abrangente da relação entre os indivíduos e o ambiente natural.

A infância é entendida como um período crucial para a construção da CN, com experiências positivas na natureza tendo efeitos a longo prazo. O contato constante com a natureza é apontado como um fator importante para fortalecer a CN, promovendo bem-estar e incentivando a proteção ambiental. Pais/mães e professores são considerados referências importantes para promover esse contato. No entanto, em muitos casos, o distanciamento da natureza é uma realidade preocupante, com consequências no desenvolvimento das crianças. A falta de acesso a ambientes naturais, especialmente em grandes centros urbanos surge como um obstáculo para a conexão com a natureza (Paz, Zacarias & Higuchi, 2022).

As áreas urbanas são predominantemente caracterizadas por uma grande concentração de infraestruturas e edificações. Em contrapartida, as áreas rurais são, em sua essência, marcadas pela presença de abundância de espaços naturais. O contato com a natureza é, portanto, mais fácil e recorrente nas áreas rurais, facilitando a conexão entre as pessoas e o ambiente natural que as rodeia (Tillmann et al., 2018). A presença da natureza nesses cenários molda experiências, valores e emoções dos habitantes locais que reconhecem a importância de preservar a beleza e a diversidade do ambiente rural e a percebem como parte integrante de suas identidades e estilos de vida. Em vez de encarar a natureza como um obstáculo a ser superado em nome do progresso, a ruralidade enxerga o meio natural como um bem a ser protegido para usufruto das gerações futuras (Alves, 2021).

A diferença nos estilos de vida dos moradores de contextos urbanos e rurais é também um fator que influencia a conexão com a natureza. A urbanização intensa e o uso constante de recursos tecnológicos dominam a rotina das pessoas, reduzindo o tempo de atividades em espaços verdes. Logo, o contato com a natureza torna-se mais raro e distante, o que pode resultar em uma conexão limitada com o ambiente natural. Por outro lado, o estilo de vida rural é mais voltado para o equilíbrio com a natureza, com atividades que promovem uma relação mais

íntima e harmoniosa entre os indivíduos e o entorno (Iruka et al., 2020).

As percepções relativas ao ambiente natural e aos elementos que o compõem se diferem nos contextos urbano e rural, pois as crianças que vivem no contexto rural tendem a ter uma percepção mais aguçada, tendo em vista que seu contato com a natureza é constante. Essa relação as torna mais conscientes e propensas a comportamentos pró-ambientais. O acesso mais limitado nas áreas urbanas pode levar a uma percepção menos desenvolvida (Collado & Sorrel, 2019). Os comportamentos pró-ambientais podem incluir uma variedade de ações e atitudes voltadas para a conservação e proteção do meio ambiente que incluem a conservação de habitats naturais, práticas agrícolas sustentáveis e manejo adequado de recursos naturais, como redução do consumo de recursos, reciclagem, compostagem, uso eficiente de energia e água, e transporte sustentável. Indivíduos socioambientalmente engajados, além de participarem ativamente em iniciativas comunitárias relacionadas ao cuidado ambiental, como limpezas locais, plantio de árvores, educação ambiental e defesa de questões ambientais, apreciam a natureza de forma responsável, respeitando os ecossistemas locais e contribuindo para a conservação da biodiversidade (Larson et. al., 2015).

Logo, compreender as diferenças existentes entre os contextos urbanos e rurais em relação à conexão com a natureza auxiliam na análise de três tipos gerais de interação: 1) a acessibilidade: existência de elementos naturais próximos, 2) a exposição: contato direto com a natureza, e 3) o engajamento: interação intencional com o ambiente natural (Tillmann et al., 2018). Conforme supracitado, estudos sinalizam uma relação positiva entre espaços verdes e bem-estar nas crianças, mas poucos comparam ambientes urbanos e rurais.

O presente artigo revisa o escopo existente sobre a relação entre crianças e a conexão com a natureza em contextos rurais, com a intenção de identificar como as produções científicas compreendem a relação das crianças com a natureza nesses ambientes. Este levantamento se justifica, pois os números de estudos sobre a natureza e o bem-estar das crianças em contextos rurais é reduzido, em comparação com a literatura associada aos benefícios do contato com a natureza para os cidadãos (Chawla, 2015).

5.3 MÉTODO

Esse artigo foi desenvolvido a partir de uma revisão sistemática de escopo, que tem como objetivo oferecer ao pesquisador um panorama acerca de um determinado campo (Cordeiro & Soares, 2019). Além de proporcionar um pensamento crítico sobre a temática, é importante que os autores da revisão se atentem a um relato transparente e conciso sobre os

dados obtidos a partir da revisão (Page et al., 2022). Baseou-se ainda no *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist*, que consiste em um roteiro para guiar a redação do relatório de revisão de escopo.

A pergunta que orientou a revisão foi: “Como as produções científicas compreendem a relação das crianças com a natureza em contextos rurais?” e, para respondê-la foram considerados estudos que discutem a relação de crianças e a conexão com a natureza na área da psicologia nos idiomas inglês, espanhol e português. Foram excluídos artigos que não correspondiam ao recorte temporal definido (2019-2023), que abordavam pesquisas em contextos urbanos, que não haviam sido realizados com crianças, revisões sistemáticas, narrativas, dissertações e teses, dentre outros que não citavam a área da psicologia.

A busca por artigos indexados foi realizada em duas bases de dados: *Redalyc* (85) e *Science Direct* (823), totalizando 908 artigos, contemplando artigos nacionais e internacionais. As palavras-chave utilizadas para a exposição de interesse se deram a partir do dicionário de Descritores em Saúde (DeCS) sendo as mesmas: “crianças” tendo como descritor booleano AND para os termos “conexão com a natureza” e “contexto rural” e em inglês “*connection with nature*” AND “*rural context*” AND “*child*”, com filtro apenas em psicologia, nos idiomas inglês, espanhol e português.

Todos os títulos e resumos encontrados na busca eletrônica foram importados para avaliação no *software Rayyan*, sendo os estudos duplicados removidos da lista. A seguir, os títulos e os resumos dos artigos remanescentes foram analisados por duas juízas independentes, considerando os critérios de inclusão mencionados anteriormente. Artigos com informações insuficientes no resumo foram descartados. Após a seleção a partir dos títulos e resumos, as mesmas juízas de modo independente realizaram a leitura dos textos completos para a seleção dos estudos a serem incluídos e, no caso de seleção discordante os trabalhos foram avaliados por um terceiro juiz.

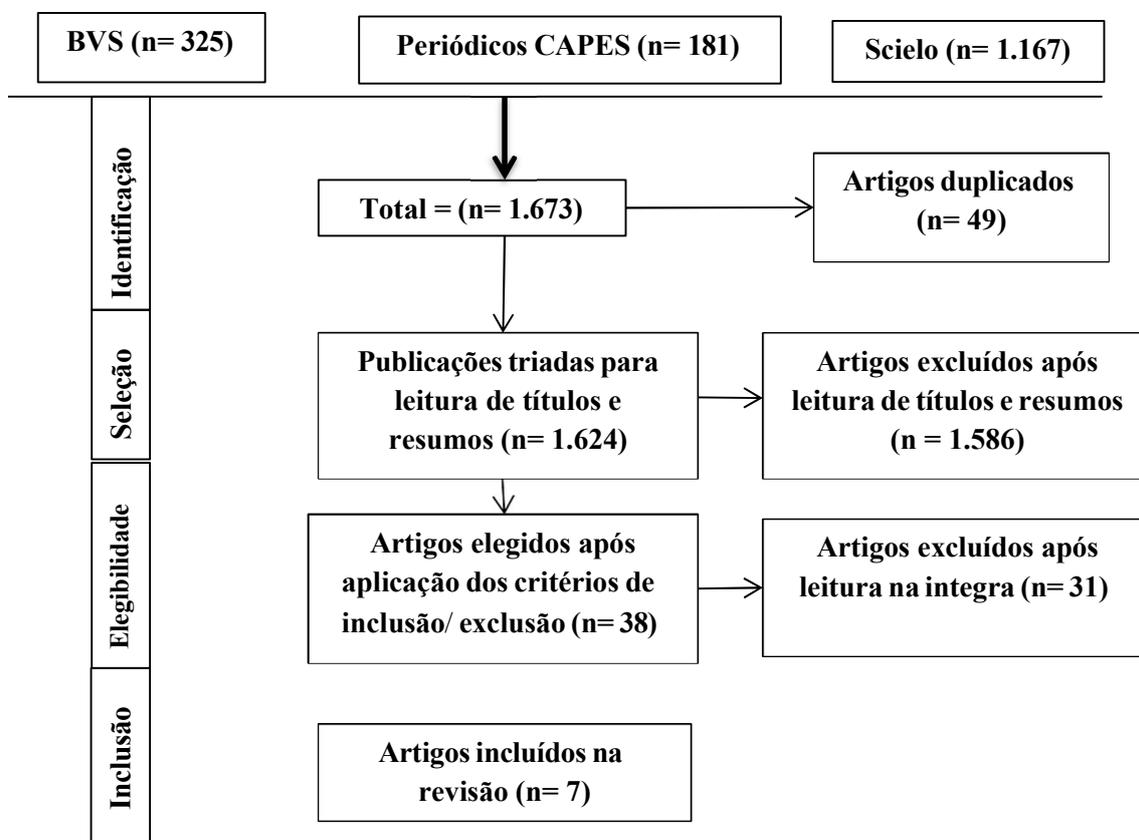


Figura 1 - Fluxograma de Seleção de Estudos – Modelo Prisma- ScR
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

5.4 RESULTADOS

De acordo com as semelhanças dos temas abordados nos artigos incluídos nesta revisão, decidiu-se por dividir a discussão em dois tópicos: (1) Conexão com a natureza e seus benefícios na infância e, (2) Contexto rural e a experiência de conexão com a natureza. No Quadro 1 estão dispostas as descrições básicas dos estudos analisados.

Nº	Autores	País	Delineamento	Resultados
1	Silvia Collado, Miguel A. Sorrel (2019)	Espanha	Quantitativo	A exposição à natureza influenciou os julgamentos sobre transgressões ambientais em crianças com maior exposição à natureza.
2	Silvia Frankel, Daniela Sellmann-Rissea, Melanie Basten (2019)	Alemanha	Quantitativo	Embora o contexto cultural não tenha mostrado nenhuma associação significativa com o INS, a frequência da visitação às florestas sim. Além disso, o estudo não mostrou nenhuma relação entre a conexão com a natureza e a formação cultural dos alunos da quarta série.
3	Tanja Sobko a , Gavin T.L. Brown b , Will H.G. Cheng (2020)	China	Quantitativo	A intervenção aumentou positivamente a conexão com a natureza dos cuidadores e das crianças e também melhorou o comportamento alimentar das crianças.
4	Iheoma U. Irukaa, Mark DeKraaib, Janell Waltherb, Susan M. Sheridanc, Tarik Abdel-Monemb (2020)	Estados Unidos	Misto	O contexto rural influencia significativamente as oportunidades de aprendizagem das crianças, com fatores como nível de pobreza familiar e disponibilidade de recursos educacionais e comunitários desempenhando um papel importante.
5	Ryan J. Keith Lisa M. Given , John M. Martin ,	Austrália	Quantitativo	A ligação à natureza teve um grande impacto no compromisso com comportamentos de conservação ambiental, sendo parcialmente mediada pela autoidentidade ambiental.

6	Lanza, Kevin; Alcazar, Melody; Chen, Baojiang; Kohl, Harold W. (2023)	Estados Unidos	Quantitativo	A pesquisa revelou que a exposição à natureza estava diretamente relacionada a habilidades socioemocionais.
7	Hui Wu a, Rui Ji a, Hexian Jin a (2023)	China	Quantitativo	Correlação significativa e positiva entre as experiências de infância dos pais com a natureza e a conexão das crianças com a natureza.

Quadro 1 - Síntese dos artigos incluídos

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

5.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.5.1 CONEXÃO COM A NATUREZA E SEUS BENEFÍCIOS NA INFÂNCIA

O estudo do desenvolvimento infantil é uma área rica e complexa que tem sido moldada por diversas teorias ao longo do tempo. Teorias clássicas, como as de Piaget, Wallon e Vygotsky (de La Taille, Oliveira & Dantas, 2019) tem sido fundamentais ao descrever esse processo, fornecendo bases sólidas para a compreensão do desenvolvimento humano. No entanto, à medida que a sociedade evolui e passa por transformações socioeconômicas e culturais, novas demandas emergem, exigindo uma abordagem mais abrangente e atualizada. Assim, os pesquisadores têm se voltado para investigar temas que refletem as experiências atuais da infância, como, por exemplo, o impacto da tecnologia (Vella et al., 2023). Essa evolução no campo da psicologia do desenvolvimento destaca a importância de se considerar não apenas as teorias clássicas, mas também as demandas e desafios da contemporaneidade na compreensão do desenvolvimento infantil. Tendo em vista o impacto da tecnologia no desenvolvimento de crianças e adolescentes das gerações atuais, a conexão com a natureza tem sido apontada como um fator adicional crucial para a promoção de um desenvolvimento integral dessas populações. Louv (2016), em seu livro “A última criança na natureza”, destaca que a falta de contato com ambientes naturais pode levar a problemas de saúde física e mental em crianças, como obesidade, déficit de atenção e depressão. Além disso, o autor argumenta que a conexão com a natureza promove o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e do pensamento crítico.

A conexão das crianças com a natureza está associada a diversos benefícios socioemocionais como autoconsciência, autogestão, habilidades de relacionamento e tomada de decisões, reduzindo níveis de estresse e auxiliando no desenvolvimento de habilidades de autorregulação (Lanza et al., 2023). Collado e Sorrel (2019) corroboram essa visão argumentando que a conexão com a natureza é essencial para a formação de uma consciência ambiental e para o desenvolvimento de valores éticos relacionados à preservação do meio ambiente. Keith et al., (2022) mencionam como a auto identidade ambiental (modo como as pessoas se veem em relação ao meio ambiente e como isso afeta suas ações de conservação), quando fortalecida, regula o sentimento de pertencimento das crianças ao entorno, motivando-as a adotar comportamentos pró-ambientais.

Sobko et al., (2021) indicam que crianças em contexto urbano tendem a ter hábitos alimentares menos saudáveis em comparação às crianças em contextos rurais. Isso pode ser atribuído a uma maior disponibilidade de alimentos processados, *fast food* e exposição a anúncios de alimentos não saudáveis, bem como a uma menor exposição a alimentos frescos e naturais. Outro fator citado foi sobre a qualidade de sono. A maior exposição à poluição sonora e luminosa, bem como a um ambiente urbano mais agitado e estimulante, pode interferir no sono das crianças impactando-as negativamente, gerando dificuldade para dormir e sono de má qualidade. Dentre os resultados deste estudo, após intervenção que visava promover a conexão das crianças com a natureza por meio de atividades ao ar livre, identificou-se um aumento geral do interesse das crianças pelos alimentos naturais, bem como maior envolvimento na preparação dos alimentos.

Outros estudos afirmam que crianças com mais acesso à natureza expressam níveis mais elevados de conexão (Fränkel, Sellmann-Risse, & Basten, 2019). Diferentes culturas têm perspectivas diversas, como por exemplo, as culturas indígenas demonstram uma conexão com a natureza mais profunda, considerando-a parte integrante de suas vidas e identidades. Nesse sentido, a compreensão da cultura e das normas sociais dentro de uma determinada sociedade pode impactar a maneira como as crianças percebem e julgam as ações que afetam o meio ambiente (Collado & Sorrel, 2019).

Os principais meios facilitadores para que as crianças se conectem com a natureza são: 1) a família que desempenha um papel importante na educação ambiental das crianças, transmitindo conhecimentos sobre a importância da natureza, sua conservação e a valorização da biodiversidade (Wu, Ji & Jin., 2023) e, 2) a escola que pode oferecer oportunidades de aprendizado de maneira estruturada, por exemplo, por meio de programas educacionais ao ar

livre disponibilizando assim, experiências sensoriais voltadas para as necessidades infantis (Fränkel, Sellmann-Risse & Basten, 2019).

Ao construir essas relações com a natureza desde cedo, as crianças estão gradualmente se preparando para buscar experiências de forma independente. Essas experiências contribuem para a construção de sua autonomia, pois permitem que elas desenvolvam confiança em suas próprias habilidades e capacidades. Tanto os familiares quanto os professores/as têm um papel crucial nesse processo, pois são eles que podem proporcionar essas experiências e incentivar a criança a explorar e interagir com o ambiente natural de forma segura e responsável, proporcionando assim um ambiente propício para o desenvolvimento integral da criança.

Alguns pontos importantes sobre a relação dos pais e a conexão com a natureza das crianças incluem experiências dos pais, pois adultos que tiveram experiências positivas na natureza durante a infância tendem a valorizar e a incentivar a interação de seus filhos com o ambiente natural, o que pode aumentar a conexão das crianças com a natureza (Barrable & Booth, 2020). O comportamento dos pais em relação às atividades ao ar livre também exerce influência. Por exemplo, pais que se comportam de maneira positiva em relação às atividades ao ar livre, permitindo que seus filhos brinquem na natureza de forma independente, estão mais propensos a promover a conexão das crianças com o ambiente natural (Wu, Ji & Jin., 2023). O incentivo da família pode facilitar o acesso aos espaços naturais e a proximidade de áreas verdes públicas no entorno das residências pode influenciar a conexão das crianças com a natureza, promovendo interação e exploração desses locais (Keith et al., 2022).

Portanto, os pais têm a capacidade de influenciar positivamente a conexão das crianças com a natureza por meio de suas atitudes, experiências e práticas em relação ao ambiente natural. Incentivar a interação das crianças com a natureza desde cedo e promover um ambiente que valorize a natureza pode contribuir para o desenvolvimento de uma conexão saudável e significativa com o mundo natural.

No que diz respeito à escola, os motivos que a tornam importante nesse contexto incluem a oferta de vivências socioambientais e a promoção de atividades de educação ambiental que oportunizem a implementação de programas que ensinem aos alunos sobre a importância da natureza e de sua conservação para a sustentabilidade do planeta. Esses programas ajudam a aumentar a conscientização e o conhecimento dos alunos proporcionando experiências práticas na natureza, como visitas a florestas, parques e outras áreas naturais (Fränkel, Sellmann-Risse, & Basten, 2019). Essas experiências permitem que os alunos tenham contato direto com o ambiente natural, o que pode gerar uma conexão mais profunda e

significativa com a natureza. A escola também pode promover atividades ao ar livre que estimulem o trabalho em equipe, a resolução de problemas e o bem-estar emocional dos alunos.

Os professores percebem o uso de áreas naturais protegidas para a promoção da educação ambiental de forma positiva, conforme indicado no estudo Santos et al. (2022). No entanto, apesar dessa percepção favorável, os professores demonstraram menor apoio à prática efetiva de educação ambiental nessas áreas. Isso sugere que, embora reconheçam a importância das áreas naturais protegidas para a educação ambiental, podem haver obstáculos ou desafios na implementação efetiva de atividades educacionais nesses ambientes, sendo importante compreender essa percepção dos professores para traçar estratégias que visem uma participação mais ativa das escolas em áreas naturais.

Portanto, a conexão com a natureza é essencial para o desenvolvimento saudável e integral das crianças, proporcionando benefícios físicos, mentais e emocionais significativos. Ao incentivar a interação com ambientes naturais, promovemos a saúde, a criatividade e a resiliência, além de fomentar consciência ambiental. Essa conexão se dá de forma particularmente favorecida no contexto rural, onde as crianças têm maior acesso a espaços naturais. Os estudos analisados valorizam maior interação com o ambiente ao seu redor, sendo melhor detalhado no próximo tópico, como o contexto rural desempenha um papel vital na formação de vínculos afetivos, culturais e identitários, moldando a experiência e o desenvolvimento das crianças de maneira única e significativa.

5.5.2 CONTEXTO RURAL E A EXPERIÊNCIA DE CONEXÃO COM A NATUREZA

Um aspecto frequentemente negligenciado nos esforços para identificar impactos no desenvolvimento é a localização geográfica onde as crianças vivem e aprendem. Sob esse viés, este estudo identifica que é necessário considerar como as experiências e oportunidades disponíveis para as crianças em ambientes rurais podem ter efeitos notáveis, embora indiretos, na aprendizagem precoce (Price et al., 2022).

O conceito de ruralidade em relação à campo-cidade é abordado considerando a interdependência e as dinâmicas entre esses dois ambientes. A ruralidade não é vista de forma isolada, mas sim em constante interação com a urbanidade. A partir dessa perspectiva, a ruralidade é compreendida como um fenômeno que transcende os limites administrativos entre campo e cidade, envolvendo ações e vivências que se expressam no cotidiano da sociedade (Alves, 2021).

Colley e Craig (2019), utilizando o termo “natureza selvagem” para se referir a áreas naturais que não foram significativamente alteradas pelo ser humano, afirmam que elas podem atuar como mediadoras na relação das pessoas que residem nas proximidades do contexto rural, fortalecendo laços emocionais e afetivos. Nesse sentido, a conexão com a natureza em contextos rurais não apenas influencia atitudes e comportamentos pró-ambientais, mas também pode ter um impacto positivo no bem-estar e na saúde mental das crianças, permitindo que vivam essa conexão de forma mais autêntica, uma vez que elas estão imersas em ambientes naturais desde cedo.

Price et al., (2022) concluíram que crianças que vivem em ambientes rurais tendem a ter uma maior conexão com a natureza em comparação com aquelas em ambientes urbanos, devido às oportunidades de interações ao ar livre e experiências diretas com a natureza oferecidas nesses ambientes. A vinculação à natureza em ambientes domésticos urbanos pode acontecer se houver contato com a biodiversidade, oportunidade de explorar a natureza, o brincar ao ar livre e a interação com animais e plantas (Keith et al., 2022).

Crianças em contextos rurais vivenciam experiências sensoriais diversas, como observar a beleza das flores, tomar banho de chuva e no rio, cultivar hortas, plantar e colher frutos, e subir em árvores. Além disso, as crianças que passam mais tempo em ambientes naturais, interagindo com a terra e a água, obtêm aprendizados de maneira informal para compreender o contexto em que vivem, os simbolismos e paisagens do cotidiano (Toutonge & Freitas, 2022).

Barros (2018) cita que o convívio com a natureza na infância, especialmente por meio do brincar livre, contribui para o desenvolvimento integral da criança, fomentando a criatividade, a iniciativa, a autoconfiança, a capacidade de escolha, de tomar decisões e de resolver problemas, pois, a natureza oferece um ambiente rico em estímulos sensoriais e oportunidades de exploração, o que ajuda as crianças a desenvolverem sua curiosidade, observação e descoberta, permitindo que as crianças aprendam sobre seus limites e possibilidades, ajudando-as a compreender o mundo ao seu redor e a se tornarem adultos resilientes e capazes de explorar o mundo. Portanto, o brincar na natureza fortalece o vínculo positivo da criança com a vida, integrando o que está dentro dela com o que está fora, promovendo entrega, cooperação, autonomia e diversidade, facilitando a articulação entre pares, promovendo o desenvolvimento de atitudes de empatia, escuta, colaboração e resolução de conflitos.

Em resumo, o contato com a natureza desde cedo não apenas contribui para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, mas também promove valores essenciais como

respeito ao meio ambiente, empatia e colaboração, preparando-as para serem adultos mais conscientes e engajados com o mundo ao seu redor. As famílias e as escolas desempenham papéis essenciais ao facilitar essas experiências, incentivando as crianças a explorar e valorizar a natureza desde cedo. Assim, ao integrar conceitos do desenvolvimento infantil não devem ser excluídas as necessidades emergentes da atualidade, para a promoção de um desenvolvimento infantil mais saudável e integral, preparando as crianças para enfrentar os desafios do mundo moderno com maior equilíbrio e consciência.

5.5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão permitiu identificar fatores que têm impacto na construção de vínculos com a natureza durante a infância como o ambiente escolar, o estilo parental, bem como a quantidade de tempo que as crianças dispõem em atividades ao ar livre e na utilização de tecnologia. O sentimento de pertencimento das crianças em relação ao seu entorno também pode influenciar as suas oportunidades de contato com a natureza e atividades ao ar livre.

Os pais ou responsáveis desempenham um papel significativo na oferta de experiências potencializadoras da conexão das crianças com a natureza, uma vez que supervisionam cada vez mais as suas atividades ao ar livre devido a preocupações com potenciais barreiras, como acidentes e estranhos. Compreender estas dinâmicas pode colaborar para promover uma ligação mais forte entre as crianças e a natureza, garantindo que se beneficiem das muitas vantagens resultantes de experiências com a natureza. Ao priorizar atividades ao ar livre e criar espaços seguros para exploração, capacitamos as crianças a desenvolverem uma profunda apreciação pelo mundo natural. Isto, por sua vez, pode contribuir para o seu bem-estar geral e para a gestão ambiental à medida que reverberam no desenvolvimento ao longo do ciclo de vida.

Para possíveis novos estudos sobre este tema e uma maior conexão com a natureza na educação pode ser mencionado a importância da parceria com a comunidade local e o envolvimento dos pais e responsáveis no processo educativo. Envolvê-los em atividades relacionadas à natureza pode fortalecer a conexão dos alunos com o ambiente natural e ampliar o impacto das ações educativas para além dos limites da escola. Além disso, a integração de práticas de educação ambiental territorializadas e as necessidades da comunidade podem tornar as experiências mais significativas e contextualizadas para os estudantes.

Os estudos selecionados reiteram que crianças que vivem em ambientes rurais tendem a ter uma maior conexão com a natureza em comparação com aquelas em ambientes urbanos, ressaltando a necessidade de mais estudos nessa área. A interação precoce das crianças com a natureza e a promoção de um ambiente que valorize a presença de elementos naturais pode

contribuir para o desenvolvimento de uma conexão saudável e significativa com o entorno culminando em maior engajamento socioambiental.

ESTUDO 2

6. Capítulo I

Os resultados obtidos na pesquisa de campo foram analisados à luz das teorias de desenvolvimento infantil e das interações criança-natureza. Os dados revelam padrões importantes de comportamento e percepção ambiental das mães das crianças no contexto amazônico rural, evidenciando a relevância do contato com a natureza para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo.

Foram entrevistadas, ao todo, sete mães e oito crianças residentes na comunidade. As entrevistas foram realizadas em um período de uma semana, com tempo médio de duração de aproximadamente 10 minutos para as entrevistas com as crianças e 20 minutos para as entrevistas com as mães. As mães apresentaram variações em idade, tempo de moradia na comunidade e condições socioeconômicas, proporcionando um panorama diversificado de experiências no contexto rural. As crianças, por sua vez, variaram em idade e em anos escolares, permitindo a observação de diferentes percepções sobre a natureza e as brincadeiras ao ar livre.

Os dados apresentados a seguir foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com mães e crianças da comunidade, complementadas por observações naturalísticas realizadas durante as caminhadas guiadas. A análise temática possibilitou a identificação de padrões de sentido nas falas das participantes, agrupando as respostas em categorias que traduzem suas experiências e percepções em relação à natureza.

Para facilitar a compreensão dos resultados, optou-se por organizá-los em dois capítulos, cada um estruturado em dois tópicos que evidenciam distintas dimensões das experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico. O capítulo um contempla as perspectivas das crianças e está organizado nos seguintes tópicos: a) Percepções infantis sobre a natureza: sentidos, sentimentos e significados, que apresenta as formas pelas quais as crianças expressam suas emoções, afetos e compreensões simbólicas sobre o ambiente natural; e b) Relações cotidianas com a natureza: brincadeiras, explorações e vínculos afetivos, que descreve as interações práticas e concretas com os elementos naturais do território, destacando como o brincar ao ar livre e a autonomia na exploração do espaço contribuem para o fortalecimento dos vínculos com o entorno e para o bem-estar e desenvolvimento global das crianças.

O capítulo dois, por sua vez, reúne as narrativas maternas, organizadas em dois tópicos temáticos: a) Sentidos e vínculos com a natureza na perspectiva das mães, que analisa as percepções maternas sobre o contato das crianças com o ambiente natural, ressaltando os benefícios e significados atribuídos a essa convivência; e b) Cotidiano, desafios e aspirações no cuidado com a infância em contexto rural, que discute os obstáculos enfrentados para garantir um cuidado integral às crianças, considerando as condições materiais, sociais e ambientais do território onde vivem.

6.1 Percepções infantis sobre a natureza: sentidos, sentimentos e significados

Os dados obtidos por meio das entrevistas revelaram que as crianças possuem uma compreensão afetiva, simbólica e funcional da natureza, construída a partir de suas vivências cotidianas no ambiente rural. A análise temática permitiu identificar dois aspectos principais dessas percepções: (1) os sentimentos evocados pela natureza e, (2) os significados atribuídos a partir do contato com o meio natural.

A relação entre crianças e natureza tem sido reconhecida como um aspecto fundamental para o desenvolvimento humano, tanto do ponto de vista cognitivo quanto emocional e social. A infância, enquanto fase privilegiada de descobertas sensoriais e afetivas, é marcada por experiências significativas com o ambiente, especialmente quando este envolve elementos naturais que despertam curiosidade, encantamento e pertencimento. Autores como Louv (2016) destacam que o contato direto com a natureza favorece o bem-estar psicológico e reduz sintomas de estresse e distúrbios de atenção, promovendo vínculos afetivos e senso de pertencimento ao ambiente. Segundo Carvalho e Silva (2018), as vivências ao ar livre durante a infância fomentam a empatia ecológica e contribuem para a construção de um vínculo duradouro com o mundo natural. Neste tópico, são apresentados os dados que expressam as formas como as crianças se referem à natureza, destacando os sentimentos que ela evoca e os significados atribuídos ao contato com o meio natural.

Para preservar a identidade das participantes, foram utilizados nomes fictícios ao longo da apresentação dos resultados. De modo geral, as crianças descreveram a natureza com expressões de valência emocional positiva, associando-a a sensações de bem-estar, liberdade e alegria. Termos como “felicidade”, “paz”, “tranquilidade”, “diversão” e “legal” foram recorrentes nas falas, conforme exemplifica Lucas (10 anos): “*felicidade, paz e legal*”. Sofia (8 anos), por sua vez, relatou: “*alegria, tranquilidade e admiração*”, e Gabriel (10 anos) expressou: “*quando eu tô no mato, eu fico feliz*”.

Os relatos das crianças revelam que a natureza é percebida não apenas como um espaço físico, mas como um ambiente que promove bem-estar emocional, sensação de liberdade e estados restauradores. Essa percepção encontra respaldo na Teoria da Restauração da Atenção (Kaplan & Kaplan, 1989), segundo a qual os ambientes naturais favorecem a recuperação da atenção dirigida e reduzem o estresse, contribuindo para o equilíbrio psicológico. Também dialoga com o conceito de biofilia, proposto por Wilson (1984), que descreve a tendência inata dos seres humanos — especialmente das crianças — de buscar conexão com outras formas de vida. Louv (2016) complementa que essa conexão é particularmente sensível na infância, fase em que o contato com o mundo natural estimula emoções positivas, curiosidade e senso de pertencimento.

Apesar da predominância de sentimentos agradáveis, algumas crianças também expressaram emoções ambíguas, como o medo. Mariana (9 anos), por exemplo, afirmou: *“às vezes eu me sinto com medo porque tem muito mato e pode ter bicho”*, sinalizando que a natureza, embora apreciada, pode ser percebida como potencialmente ameaçadora. Esse tipo de ambivalência é compreendido por Sobko, Jia e Brown (2021) como parte das relações complexas que se estabelecem com o ambiente, influenciadas pela familiaridade com o local, pelas oportunidades de interação e pelo suporte social oferecido. Nessa perspectiva, o medo não implica rejeição, mas é um componente da vivência sensível com o mundo natural.

Além dos sentimentos, as crianças atribuem funções à natureza, revelando compreensões simbólicas e utilitárias. Sofia (8 anos) disse: *“a folha faz a gente respirar”*, enquanto João (10 anos) comentou: *“a natureza faz o nosso ar”*. Essas falas demonstram uma apropriação concreta e afetiva do ambiente, marcada por explicações típicas do estágio operatório-concreto do desenvolvimento cognitivo, conforme Piaget (de La Taille, Oliveira & Dantas, 2019). Nesta fase, as crianças são capazes de elaborar relações causais baseadas na experiência direta, mesmo que permeadas por elementos subjetivos.

Questionadas sobre a importância da natureza, a maioria das crianças (N=7) respondeu afirmativamente, articulando argumentos que mesclam funcionalidade, afetividade e estética. João (10 anos) destacou: *“a folha faz a gente respirar”*, enquanto Sofia (8 anos) acrescentou: *“porque é da natureza que vem o ar”*. Paula (7 anos) comentou: *“ela tem um monte de espaço e é bonita”*. Esses exemplos demonstram que, mesmo em linguagem simples, há uma compreensão clara da relevância ecológica e emocional da natureza.

Outros relatos destacaram os aspectos sensoriais e restauradores do ambiente natural. Lucas (10 anos) afirmou: *“sim, porque é muito legal, não tem ninguém pra ficar gritando,*

nenhum carro passando na rua, tranquilidade, barulho dos passarinhos”, expressando a experiência de sossego e prazer auditivo. Gabriel (10 anos) mencionou: *“eu amo o estilo de cachoeira de lá, é bonito e é legal a água”*, apontando para a valorização estética e a vivência corporal como centrais na relação com a natureza.

A natureza também apareceu como espaço de aprendizagem. Sofia (8 anos) declarou: *“a gente aprende muita coisa na natureza, sobre os animais, as plantas e as frutas”*. Isso reforça seu papel formativo, já que, segundo Louv (2016), experiências na natureza estimulam criatividade, atenção, pensamento ecológico e senso de exploração.

Mesmo quando sentimentos ambíguos surgem, como o receio relatado por Daniel (10 anos) — *“mais ou menos, porque ela é cheia de mato, e às vezes tem cobra lá no terreno do meu avô”* —, a valorização do ambiente natural permanece presente. Essa complexidade afetiva revela a coexistência entre o encantamento e a cautela, construindo uma percepção rica e realista da natureza.

A menção frequente a animais (N=5) também evidencia o vínculo afetivo com outras formas de vida. As crianças expressaram interesse, cuidado e admiração, reforçando o que propõe a teoria da biofilia (Wilson, 1984). O contato com animais desperta empatia, senso de responsabilidade e vínculos emocionais significativos — aspectos centrais no desenvolvimento afetivo e ético (Louv, 2016).

Esses relatos indicam que os significados atribuídos à natureza são múltiplos e atravessados por experiências diretas, interações familiares e referências culturais. Para Tiriba e Profice (2019), a natureza deve ser compreendida como coautora da infância: mais do que um cenário, ela é agente ativo na constituição da subjetividade infantil. Compreender o que as crianças pensam e sentem sobre o ambiente natural é, portanto, também compreender como elas se posicionam no mundo, constroem vínculos e atribuem sentido às suas experiências.

Em síntese, as percepções infantis sobre a natureza revelam uma relação rica em afetos, símbolos e aprendizados, enraizada nas experiências cotidianas vividas no contexto rural. As crianças reconhecem a natureza como fonte de vida, bem-estar, beleza e descoberta — uma presença que articula razão e emoção, realidade e imaginação. Ainda que sentimentos como medo estejam presentes, eles não anulam o valor atribuído ao ambiente natural, mas reforçam sua complexidade e profundidade.

Esses significados não emergem isoladamente: são fruto de vivências reais com o território, da mediação dos adultos e das possibilidades concretas de interação com o meio. Assim, a natureza não é apenas o pano de fundo das experiências infantis — é parte constitutiva

da subjetividade, das relações e da compreensão de mundo das crianças. No tópico seguinte, serão exploradas as formas como essas percepções se materializam nas práticas cotidianas, especialmente nas brincadeiras, explorações e interações espontâneas protagonizadas pelas crianças nesse ambiente.

6.2 Relações cotidianas com a natureza: brincando, explorando e criando vínculos

Este tópico foi construído com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com as crianças participantes e complementado pelas observações e interações ocorridas durante a caminhada guiada, conduzida com roteiro previamente elaborado. Essa estratégia metodológica possibilitou captar de forma sensível como as crianças se relacionam com os elementos naturais presentes em seu cotidiano, revelando experiências corporais, afetivas e simbólicas. O percurso permitiu observar, escutar e dialogar com as crianças em seus próprios espaços de vivência, revelando práticas de brincar, explorar e se vincular ao ambiente natural.

A interação cotidiana das crianças com a natureza se expressa por meio de experiências sensorio-motoras, emocionais e simbólicas, sendo a brincadeira um dos canais mais significativos dessa relação. Ambientes como florestas, trilhas, igarapés, áreas de plantio e quintais abertos oferecem oportunidades para o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e de vínculos afetivos com o território (Louv, 2016; Moser, 2018).

As falas das crianças sobre sua preferência por estar ao ar livre ou dentro de casa revelam importantes aspectos sobre o modo como elas vivenciam o espaço e como isso impacta seu desenvolvimento. Sete dos oito participantes expressaram preferência pelo ambiente externo, associando-o à liberdade, movimento, interação com outras crianças e maior prazer nas brincadeiras. Gabriel (10 anos), por exemplo, afirmou: *“ao ar livre, de ficar em casa quem gosta é meu colega [...] ele fica jogando no celular”*, contrastando seu próprio desejo de explorar o espaço externo com o comportamento de seu colega, mediado pelas telas.

Outras falas, como *“eu vou toda vez pro meu avô no ramal da cachoeira”* e *“mais fora”*, apontam para o envolvimento frequente das crianças com o ambiente natural e sua valorização como espaço de convívio e afeto. As brincadeiras citadas, como *“pega-pega”* e *“esconde-esconde”*, estão diretamente associadas ao movimento corporal, à socialização e à exploração do território — dimensões fundamentais para o desenvolvimento emocional, social e motor na infância (Louv, 2016).

Mesmo quando há ressalvas, como na fala de Mariana (9 anos) que disse preferir ficar *“fora, porque se eu quebrar alguma coisa minha mãe me bate”*, percebe-se que o espaço

externo é vivenciado como mais seguro emocionalmente, em comparação ao ambiente doméstico, que pode ser associado a normas mais rígidas e restrições. Apenas Paula (7 anos) declarou preferência pelo espaço interno, especificando “*dentro. No quintal*”, essa escolha sugere um espaço intermediário, que combina a sensação de segurança e familiaridade do ambiente doméstico com a liberdade e os estímulos próprios do contato com a natureza. Tal percepção nos convida a refletir sobre a importância da existência de quintais como espaços acessíveis à criança para brincar, explorar e desenvolver-se. Essa reflexão se torna ainda mais pertinente quando contrastada com o cenário urbano, onde a presença de quintais é cada vez mais rara, limitando significativamente as possibilidades de experiências diretas com o ambiente natural (Barros, 2018).

Apesar de uma inclinação de preferência pelo ambiente externo, algumas respostas indicam desafios. Um exemplo é a resposta de Hugo (08 anos) ao mencionar que “*gosto de manja pega com os amigos, gosto de brincar com água, cachoeira, lugares assim. Quando a gente tá no meio do mato aqui, eu não saio pra rua, e eu gosto de ficar dentro de casa assistindo tv. Já que eu não posso sair lá de dentro eu fico vendo tv né? Fazer o que?*”. Esse relato evidencia como, mesmo em contextos rurais, fatores como regras familiares e o crescente uso de telas podem impactar a relação das crianças com a natureza (Vella et al., 2023). Alguns autores (Zaradic & Pergams, 2007; Silva & Moura, 2021) alertam que o tempo excessivo em ambientes fechados e o uso de dispositivos eletrônicos têm reduzido o tempo que as crianças passam ao ar livre, resultando em um fenômeno chamado ‘transtorno de déficit de natureza’ (Louv, 2016).

Essas respostas reforçam que, no contexto rural estudado, o ambiente natural não é apenas disponível, mas efetivamente apropriado pelas crianças como espaço de pertencimento, autonomia e expressão. Tais preferências dialogam com a literatura que aponta os benefícios do contato com ambientes naturais para a saúde mental e emocional das crianças, incluindo a promoção de estados de bem-estar, autorregulação, criatividade e vínculo com o território (Kaplan & Kaplan, 1989; Moser, 2018; e Sobko et al., 2021).

Durante a caminhada guiada, ao serem questionadas sobre o que torna determinado lugar “tão legal para brincar”, as respostas das crianças apontaram para a apropriação ativa do espaço e o prazer nas interações simples com o ambiente. Sofia (8 anos) diz: “*O lugar que eu mais gosto de brincar é aqui (área em frente à sua casa, uma área ao ar livre). Eu brinco aqui também com as plantas da mamãe, eu faço uma casinha aqui para as minhas bonecas e o telhado e o cobertor eu faço com essas plantas aqui que são moles.*” Essa fala mostra não

apenas o brincar como atividade estruturante, mas também o uso criativo e simbólico dos elementos naturais como extensão da imaginação e do cuidado.



Figura 4 – área em frente a casa de Sofia (08 anos).

Fonte: imagem retirada da gravação da *Gopro*, 2025.

João (10 anos) indicou: *“No plantio e de tardezinha, quando a gente termina de plantar lá naquela área, eu brinco lá pro outro plantio. Eu subo na árvore.”* Esse trecho evidencia a fluidez entre atividades do cotidiano familiar (como o plantio) e o tempo do brincar, reforçando a imbricação entre tarefas, natureza e infância no contexto rural. Carvalho e Silva (2018) enfatizam que as crianças que vivem no campo têm a oportunidade de aprender sobre os ecossistemas locais, os ciclos naturais e as práticas de manejo sustentável, o que repercute em uma relação mais harmoniosa e responsável com a natureza.



Figura 5 – Plantação de Pimenta no quintal de João (10 anos).

Fonte: imagem retirada da gravação da *Gopro*, 2025.

Mariana (9 anos) apontou para o quintal e disse: “*Às vezes aqui, esconde-esconde, pega-pega...*”, revelando que espaços abertos do entorno doméstico são apropriados como territórios de jogo e movimento. A brincadeira também aparece como experiência compartilhada e relacional. Mariana (9 anos) complementa: “*Aqui [quintal], nesse espaço aqui, brinco de pula corda, às vezes com a Paula (7 anos), com o Enzo ou Isabela...*”. Essas interações sociais em meio à natureza fortalecem o pertencimento e a coletividade, mostrando que o vínculo com o ambiente também se dá por meio dos vínculos entre pares (Horton & Krafft, 2018).

As falas também revelam como a presença de outras pessoas contribui para o sentido das experiências. Quando questionadas se costumam brincar sozinhas, as crianças citaram outras pessoas. Daniel (10 anos) afirmou “*Não venho pra cá sozinho, vem toda a galera, aí eu venho junto*”, assim como Sofia (8 anos) “*Brinco com meus irmãos, queimada, pega-pega só*”, João (10 anos) “*Costumo brincar com meu pai lá dentro de casa*” e Paula (7 anos) “*Sempre com os meus primos*”. Esses relatos mostram que o brincar ao ar livre se dá em companhia, promovendo vínculos sociais e emocionais e fortalecendo a dimensão coletiva da infância em contextos rurais.

Além das descrições das brincadeiras, os sentimentos expressos pelas crianças ao serem questionadas “*Como você se sente quando está brincando nesse lugar?*” reforçam o impacto positivo da natureza sobre o bem-estar emocional. As respostas foram espontâneas e diretas: “*Feliz*”, “*Livre*”, “*Alegre*”. João (10 anos) destacou: “*Acho legal ajudar com a plantação*”, e Daniel (10 anos) disse: “*aqui no campo, o pastor cedeu o lugar [...] a gente brinca mais de*

bola, futebol, até umas 18h”, indicando não só prazer e liberdade, mas também a continuidade do brincar ao longo do dia, sem pressa ou interrupção. Esses relatos evidenciam uma experiência marcada por autonomia, prazer e bem-estar físico e emocional.



Figura 6 – Campo de futebol cedido para as crianças da comunidade.

Fonte: imagem retirada da gravação da *Gopro*, 2025.

Esses relatos robustecem que o contato com a natureza vai além da observação passiva. Ele se constitui como experiência de descoberta, criação e envolvimento afetivo. João (10 anos) relatou: *“gosto de explorar, conhecer bicho novo, aves, passarinho”*, enquanto Gabriela (10 anos) afirmou: *“gosto de subir nas árvores. Fico olhando lá de cima”*. Já Mariana (9 anos) disse gostar de *“pintar, fazer exercício, correr, e também quando os meus primos estão lá eu gosto de brincar de esconde-esconde, pega-pega”*. Essas falas demonstram que a natureza está presente de forma viva no cotidiano das crianças, funcionando como cenário e protagonista de suas vivências.

A natureza, nesse contexto, é vivenciada como parte integrante do cotidiano, e não como espaço de visita esporádica. Lucas (10 anos) compartilhou: *“eu vou toda vez pro meu avô no ramal da cachoeira pra brincar lá”*, evidenciando a temporalidade das experiências como base da familiaridade e da construção de vínculos com o território. As ações relatadas — subir em árvores, fazer trilhas, colher frutas, tomar banho de rio — revelam o modo como o corpo, a imaginação e a curiosidade são mobilizados no contato com o ambiente. Tais práticas favorecem o desenvolvimento da autonomia, das habilidades sociais e do senso de pertencimento (Sobko, Jia & Brown, 2021). As mães entrevistadas também destacaram que

seus filhos passam grande parte do dia ao ar livre, em companhia de outras crianças, o que reforça a importância do mesossistema (Bronfenbrenner, 1996/1979) na mediação dessas experiências.



Figura 7 – Cachoeira do Leão.

Fonte: imagem retirada da gravação da *Gopro*, 2025.

A noção de identidade de lugar (Scannell & Gifford, 2010) também se faz presente nas falas. As crianças referem-se a árvores, trilhas, igarapés e pontos específicos do território com familiaridade e afeto. Subir sempre na mesma árvore ou brincar no mesmo quintal se configura como um gesto de apropriação simbólica e emocional, que contribui para o enraizamento e continuidade, consolidando que as conexões mais fortes com a natureza são de cunho cognitivo, afetivo e experiencial (Lengieza & Swim, 2021).

Por fim, destaca-se a autonomia das crianças para circular pelo território e explorar o ambiente. Essa liberdade, pouco comum em contextos urbanos, é favorecida por um sentimento coletivo de segurança, pela confiança familiar e pelo conhecimento íntimo dos caminhos e espaços. Segundo Hinds e Sparks (2009), vivências intensas e significativas com a natureza durante a infância contribuem para o desenvolvimento de uma relação empática e responsável com o meio ambiente na vida adulta. Para Muchow (Lopes & Fichtner, 2017) os territórios infantis são constituídos a partir das experiências cotidianas das crianças com os ambientes, sendo a rua, o quintal e outros espaços de circulação livre fundamentais para o exercício da

autonomia, da imaginação e das interações sociais. Assim, a possibilidade de explorar livremente o ambiente natural não apenas favorece o desenvolvimento motor e cognitivo, mas também fortalece a constituição da identidade infantil e dos vínculos afetivos com o lugar. Assim, as falas compartilhadas nas entrevistas e nas caminhadas guiadas demonstram que as relações estabelecidas pelas crianças com a natureza são ativas, corporificadas, criativas e afetivas. Ao brincar, explorar e construir significados em seu entorno, as crianças não apenas se desenvolvem, mas também se conectam com o território que habitam. Essas interações revelam uma forma sensível e engajada de estar no mundo, na qual natureza, infância e comunidade se entrelaçam de maneira viva e significativa.

Compreender o desenvolvimento integral da criança exige considerar as múltiplas dimensões que atravessam sua trajetória — emocional, social, cognitiva, física e cultural — e os contextos nos quais ela está inserida. Nesse sentido, o ambiente natural tem se revelado como um espaço privilegiado para promover vivências que favorecem esse desenvolvimento de maneira ampla e integrada. Diversos estudos vêm demonstrando os benefícios do contato cotidiano com a natureza na promoção da autorregulação emocional, do equilíbrio comportamental e do fortalecimento das interações sociais, especialmente em contextos de maior proximidade com ambientes naturais, como é o caso das áreas rurais amazônicas (Cheng & Monroe, 2012; Louv, 2016; Sobko et al., 2021; Lanza et al., 2023).

Do ponto de vista do desenvolvimento integral, observa-se que essas vivências no contexto rural amazônico investigado proporcionam ganhos significativos em diversas áreas: emocional (regulação e bem-estar), social (cooperação, empatia, convivência), motora (deslocamento, força, coordenação), cognitiva (observação, imaginação, exploração) e ética (respeito ao ambiente e aos outros). Essas relações com a natureza são, portanto, elementos centrais da infância no contexto rural amazônico, contribuindo não apenas para o crescimento individual, mas também para a construção de uma cultura de pertencimento e cuidado com o território (Mayer & Frantz; 2004, Hinds & Sparks, 2009; Cheng & Monroe, 2012; Rosa et al., 2018; Richardson et al., 2019).

Dando continuidade à discussão dos resultados, o próximo capítulo apresenta as percepções das mães sobre a relação de seus filhos com a natureza. A partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com as responsáveis, buscou-se compreender como os adultos responsáveis pelas crianças interpretam, incentivam ou limitam essas vivências, bem como os sentidos que atribuem à presença da natureza na infância. Essa etapa da pesquisa amplia o olhar para a rede de relações que compõe o cotidiano das famílias e contribui para uma compreensão

mais abrangente e contextualizada do desenvolvimento infantil em territórios marcados pela presença proeminente do meio natural.

7. Capítulo II

Este capítulo apresenta uma análise dos sentidos atribuídos pelas mães à relação de seus filhos com a natureza, com base nas entrevistas semiestruturadas conduzidas durante a pesquisa. A escuta das responsáveis ampliou a compreensão acerca dos significados construídos em torno da infância vivida em contexto rural, bem como dos impactos percebidos do convívio com o ambiente natural no cotidiano das crianças. As narrativas maternas foram organizadas em blocos temáticos, que são evidenciados pelos tópicos: a) Sentidos e vínculos com a natureza na perspectiva das mães; e b) Cotidiano, desafios e aspirações no cuidado com a infância em contexto rural que explica os desafios enfrentados para assegurar um cuidado integral, considerando as condições concretas do território em que vivem.

7.1 Sentidos e vínculos com a natureza na perspectiva das mães

Compreender o modo como as mães percebem a natureza e atribuem sentidos ao contato de seus filhos com o ambiente natural é fundamental para ampliar a análise sobre as experiências infantis em contextos rurais. As cuidadoras, por sua posição de referência afetiva e educativa, atuam como mediadoras entre as crianças e o território onde vivem, influenciando diretamente as formas de interação e os significados construídos no cotidiano. Suas narrativas revelam não apenas o reconhecimento dos benefícios da convivência com a natureza, mas também valores transmitidos intergeracionalmente, expectativas sobre o desenvolvimento infantil e memórias que ajudam a sustentar práticas culturais locais.

Neste tópico, são apresentados os principais sentidos atribuídos pelas mães à natureza e os vínculos que identificam entre seus filhos e o ambiente natural. As respostas foram organizadas a partir de suas associações espontâneas com o conceito de natureza, das descrições das atitudes infantis diante do ambiente e das recordações das próprias experiências enquanto crianças. Essa escuta materna amplia a compreensão do fenômeno investigado ao oferecer uma leitura adulta, cotidiana e afetivamente implicada sobre os processos de construção de significados entre infância e natureza no contexto rural amazônico.

As entrevistas realizadas com as mães revelaram que a natureza é compreendida como um espaço de valor positivo, associado a sentimentos de paz, liberdade, tranquilidade, saúde e conexão com a vida. Ao serem convidadas a mencionar três palavras que vêm à mente quando

pensam em natureza, as participantes citaram termos como “paz”, “ar puro”, “liberdade”, “beleza”, “cuidado”, “bem-estar”, “tranquilidade” e “perfeição”. Tais termos sugerem que a natureza é percebida não apenas como um ambiente físico, mas como uma presença viva e significativa, capaz de influenciar o bem-estar emocional, espiritual e físico tanto das crianças quanto dos adultos.

Algumas mães, como Juliana (28 anos), associaram diretamente a natureza à liberdade: “*crece mais rápido, tem mais liberdade com as coisas que não tem na cidade*”. Gabriela (41 anos), por sua vez, descreveu a natureza como uma “*criação perfeita e bem-estar*”, destacando o quanto esse contexto contribui para uma vida mais saudável e feliz. Já Raquel (37 anos) resumiu sua percepção ao dizer: “*a natureza traz paz*”.

Para Juliana (28 anos), o contato com a natureza oferece possibilidades de crescimento mais livre e acelerado, em comparação com o estilo de vida urbano: “*crece mais rápido, tem mais liberdade com as coisas que não tem na cidade, que ele pode fazer aqui e não pode fazer lá*”. Essa percepção é reforçada por Gabriela (41 anos), que atribui à vivência na natureza a formação de uma mente aberta, menos dependente de dispositivos digitais: “*ele vai crescer um homem com a vida mais saudável, sem frustrações adultas... vai ter uma mente aberta para vários conhecimentos*”. Tuane (29 anos) corrobora essa perspectiva ao relatar como seu filho aprendeu a identificar plantas e a se proteger de riscos naturais: “*passava no meio das ortigas [...] a gente ia avisando o que era o que*”.

O contato com a natureza também é compreendido como experiência de liberdade, estabilidade emocional e bem-estar psicológico. Eliana (37 anos) explicou que a natureza proporciona independência e força interior: “*faz a gente se sentir mais livre, mais independente... dá força pra ter estabilidade*”. Raquel (37 anos), por sua vez, associou o contato com a natureza à tranquilidade e à saúde mental: “*porque a natureza traz paz*”. Tereza (30 anos) completou: “*fica uma criança mais saudável, mais do que criança que vive na cidade que vive presa*”, reiterando a ideia de que o ambiente natural promove uma infância mais plena.

Além da dimensão afetiva, muitas das mães também expressaram um entendimento da natureza como espaço formativo, importante para o desenvolvimento físico e imunológico das crianças. Valéria (43 anos) foi enfática ao afirmar que prefere que a filha tenha contato com a terra, com a poeira e com os elementos naturais desde pequena, por acreditar que isso fortalece sua imunidade e autonomia: “*se a gente for criar nossos filhos cheios de frescura, sem contato com a natureza, eles vão crescer frágeis*”. Essa perspectiva revela uma valorização do contato

direto com o ambiente como parte do processo de amadurecimento e fortalecimento da criança em termos biológicos.

Tais relatos indicam que as mães tendem a valorizar a infância em contato com a natureza como uma experiência rica, prazerosa e saudável — tanto em suas vivências passadas quanto na criação de seus filhos hoje. A natureza, assim, não é apenas cenário de vida, mas também um referencial simbólico de pertencimento, aprendizado e qualidade de vida. Essa visão contribui para o fortalecimento de uma cultura de cuidado que valoriza a experiência sensível e cotidiana com o ambiente natural, especialmente em contextos onde a presença da natureza é parte constitutiva da rotina familiar e comunitária.

Quando questionadas sobre como percebiam a relação de seus filhos com a natureza, as mães demonstraram reconhecer em seus filhos uma relação viva, afetiva e espontânea com a natureza, frequentemente marcada por sentimentos de admiração, alegria e curiosidade. Ao descreverem como seus filhos se relacionam com o ambiente natural, as mães utilizaram expressões como “*gosta de tudo*”, “*fica alegre*”, “*tem curiosidade por tudo*”, “*não tem medo*”, “*se entende com a natureza*” e “*é como se fosse parte dele*”. Essas descrições revelam que, na percepção das responsáveis, o contato com a natureza não apenas diverte, mas também desperta interesse, aprendizado e senso de pertencimento.

Juliana (28 anos) afirmou que o filho gosta de brincar com o mato, barro, lama e chuva, e que esse contato desperta alegria: “*tudo ele gosta, tudo relacionado à natureza*”. Gabriela (41 anos) descreveu o filho com entusiasmo: “*a natureza é um pedaço dele [...] ele vive com os cachorros, sobe nas árvores, desenha os bichos, é o nosso mini agricultor rural*”. Já Tuane (29 anos) apontou a curiosidade do filho como traço marcante: “*ele quer estar em cima, quer ver tudo o que está acontecendo*”, indicando que a interação com o ambiente natural se dá também por meio de investigação e descoberta.

Em relação ao tempo que as crianças passam ao ar livre, a maioria das mães relatou que os filhos passam entre duas e seis horas diárias fora de casa, variando de acordo com as condições climáticas e a rotina escolar. Tereza (30 anos), relatou que “*se vacilar ele já tá na rua*”, enquanto Gabriela (41 anos) afirmou que o filho fica praticamente o dia inteiro ao ar livre, utilizando o computador apenas à noite, em horários controlados. De modo geral, a preferência das crianças por brincar fora de casa foi unanimemente reconhecida, ainda que em alguns casos o tempo disponível seja reduzido por fatores como tempo, segurança percebida ou limitações da rotina dos cuidadores.

Sobre o modo como as crianças interagem com os pares, a maioria das mães relatou que seus filhos preferem brincar em grupo, com outras crianças da comunidade, irmãos ou primos. Juliana afirmou que o filho *“vira bicho com os primos no terreiro”*, e Eliana contou que as filhas estão sempre com vizinhas da mesma idade, brincando de casinha, boneca e pega-pega. No entanto, também surgiram exceções. Gabriela destacou que seus filhos preferem brincar entre si, afastando-se de outras crianças da comunidade por questões de valores familiares: *“não gostam de palavrão, então não brincam com quem fala... a cultura deles é diferente”*.

As brincadeiras preferidas no ambiente natural variam, mas incluem atividades como jogar bola, brincar de esconde-esconde, correr, subir em árvores, andar de bicicleta, tomar banho de rio, cuidar de plantas e interagir com animais. Os elementos naturais mais apreciados também foram amplamente citados: rios, cachoeiras, flores, árvores e trilhas. Raquel (37 anos), por exemplo, relatou que o filho, diagnosticado com Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) demonstra mudanças significativas após momentos de contato com a natureza: *“ele fica mais calmo, tranquilo”*. Eliana observou que as filhas *“ficam mais cansadas e calmas”* após brincar ao ar livre, e Tuane destacou que o filho se torna mais carinhoso nesses momentos: *“quando ele tá na natureza ele fica mais calmo; quando tá no celular, é só ‘perai rapidinho’, com ignorância”*.

Essas percepções maternas apontam para o papel regulador e restaurador da natureza sobre o comportamento infantil, conforme já identificado nas falas das próprias crianças. As mães relatam benefícios não apenas emocionais (tranquilidade, afeto, alegria), mas também físicos (maior disposição, gasto de energia, sono mais tranquilo) e sociais (cooperação com colegas, interação comunitária). Mesmo nos casos em que o contato é mais limitado, como nas famílias com rotinas urbanizadas ou mais restritas, as mães reconhecem a importância desse vínculo e os efeitos positivos decorrentes da interação com o ambiente natural (Zaradic & Pergams, 2007; Louv, 2016; Collado & Sorrel, 2019; Sobko, Jia & Brown, 2021 e Keith et al., 2022).

Dessa forma, os relatos analisados evidenciam uma convergência entre as percepções das mães e as falas das crianças, apontando a natureza como espaço ativo na infância, que proporciona experiências de liberdade, descoberta, pertencimento e desenvolvimento. A natureza, segundo o olhar das mães, contribui para equilibrar os efeitos da vida contemporânea, oferecendo um contraponto ao excesso de estímulos digitais e ao confinamento típico das infâncias urbanas.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, os relatos das mães indicam que as crianças tendem a apresentar mais interesse por interações interpessoais após o contato com o ambiente natural. Em seis dos sete relatos, houve associação direta entre brincar ao ar livre e o aumento da convivência positiva com outras crianças. Essa observação pode ser explicada pelo fato de que o ambiente natural oferece oportunidades amplas de cooperação, negociação e brincadeiras coletivas. Segundo Tiriba e Profice (2019), a natureza, quando acessada livremente pelas crianças, atua como mediadora das relações sociais, estimulando a criação de vínculos e a aprendizagem por meio da convivência.

Esses benefícios estendem-se também ao domínio físico, à medida que as atividades realizadas ao ar livre — como correr, nadar, subir em árvores e explorar trilhas — contribuem para o desenvolvimento motor, a percepção corporal e o fortalecimento da saúde. Embora esse aspecto tenha sido menos explorado verbalmente pelas mães, ele está implicado nas próprias práticas descritas, caracterizadas por movimentos amplos e pela presença do corpo em ação no espaço natural.

Portanto, é possível afirmar que o contato contínuo com a natureza não apenas promove o bem-estar imediato, mas também contribui para a formação de sujeitos mais autônomos, sensíveis e conectados com o ambiente em que vivem. Os efeitos positivos relatados pelas mães — mesmo sem terminologias técnicas — demonstram uma intuição pedagógica e ecológica sobre o valor do ambiente natural como espaço formador e restaurador da infância.

Essa construção de sentidos também é influenciada pelas mediações sociais, especialmente no âmbito familiar. A análise cruzada com as entrevistas das mães revelou que elas incentivam o brincar ao ar livre e atribuem à natureza um papel formativo e restaurador. Isso evidencia o funcionamento do mesossistema (Bronfenbrenner, 1996/1979), em que as interações entre casa, comunidade e ambiente físico contribuem diretamente para moldar as experiências infantis. As mães (N=6) relataram que seus filhos tendem a se mostrar mais calmos, afetivos e sociáveis após o contato com a natureza.

Diante dos relatos analisados, é possível afirmar que as percepções maternas reforçam a importância da natureza como um componente ativo no desenvolvimento integral das crianças, atuando como espaço de formação afetiva, social, física e cognitiva. As mães reconhecem, de forma empírica, os impactos positivos que o contato cotidiano com o ambiente natural exerce sobre o comportamento, a saúde e as relações interpessoais dos filhos. Essa compreensão, construída a partir da convivência direta com a natureza e com as infâncias que

nela se desenvolvem, expressa uma sabedoria comunitária que valoriza o território como fonte de cuidado, liberdade e aprendizado.

Com base nessas experiências e percepções, o próximo capítulo discute como se configuram o cotidiano, os desafios e as aspirações no cuidado com a infância em contexto rural, a partir das falas das mães. Serão abordadas questões relacionadas às condições estruturais da comunidade, ao tempo disponível para o acompanhamento das crianças, à ausência de espaços de lazer e às estratégias que as famílias desenvolvem para promover um crescimento saudável em meio às potências e limitações do ambiente rural.

7.2 Cotidiano, desafios e aspirações no cuidado com a infância em contexto rural

A experiência de criar filhos em um contexto rural amazônico envolve múltiplas dimensões que articulam o cotidiano das famílias, os recursos disponíveis na comunidade e as expectativas quanto ao desenvolvimento das crianças. Ao longo das entrevistas, as mães compartilharam não apenas suas percepções sobre a relação dos filhos com a natureza, mas também os desafios enfrentados no dia a dia para garantir cuidado em meio às condições reais do território. Essas narrativas revelam uma realidade marcada por contrastes: de um lado, a valorização da tranquilidade, da segurança e da liberdade oferecidas pelo ambiente natural; de outro, as limitações estruturais, a escassez de equipamentos públicos voltados à infância e as dificuldades logísticas que impactam diretamente a rotina familiar.

Neste tópico, serão discutidos três eixos principais que emergiram da análise temática das entrevistas: (1) o cotidiano das famílias e as práticas de cuidado com as crianças; (2) os principais desafios enfrentados pelas mães no contexto rural, como a falta de infraestrutura e apoio institucional e, (3) as aspirações e propostas das próprias cuidadoras quanto ao que consideram necessário para garantir uma infância mais saudável, segura e enriquecedora. A partir desses eixos, buscou-se compreender como as mães constroem, sustentam e projetam formas de cuidado que valorizam tanto os vínculos afetivos com o território quanto o direito das crianças a se desenvolverem plenamente em seu ambiente de origem.

As entrevistas com as mães revelaram aspectos importantes sobre a organização da vida cotidiana no contexto rural e suas implicações no cuidado com a infância. De maneira geral, observou-se um equilíbrio dinâmico entre os benefícios associados ao viver próximo da natureza e as dificuldades enfrentadas pelas famílias em termos de estrutura, tempo disponível e acesso a serviços. As rotinas relatadas evidenciam um modo de vida em que o ambiente

natural está presente de forma constante, porém nem sempre existem condições ideais para que as crianças usufruam plenamente das possibilidades que esse espaço oferece.

Algumas mães destacaram a liberdade como um dos principais diferenciais da vida rural. A possibilidade de brincar ao ar livre com segurança, a ausência de violência urbana e o convívio com vizinhos e familiares foram aspectos frequentemente citados como vantagens. Juliana (28 anos) comentou: *“aqui a gente tranca tudo tarde, tem liberdade, não tem perigo, não tem roubo”*. Gabriela (41 anos) reforçou esse sentimento ao dizer: *“você pode dormir de porta aberta e ninguém entra”*. Tuane (29 anos), que havia vivido temporariamente na cidade, comparou as experiências: *“lá eu morava em apartamento, não conhecia ninguém, aqui a maioria são nossos parentes [...] me sinto mais segura”*. Esses relatos revelam o valor atribuído à dimensão comunitária e relacional do viver rural, em contraste com o isolamento e a insegurança percebidos no contexto urbano.

Além disso, as mães destacaram fortemente a qualidade ambiental como uma vantagem marcante do contexto rural. Aspectos como o ar mais fresco, os sons da natureza e a temperatura mais amena foram frequentemente mencionados em contraste com o ambiente urbano, geralmente associado ao calor excessivo, à poluição e ao barulho constante. Como observa Valéria (43 anos): *“A qualidade mesmo assim que tu vê é diferente do contexto lá da cidade. Não é agitado, é tranquilo já.”*

Outro ponto ressaltado diz respeito aos benefícios econômicos da vida no campo. Muitas famílias cultivam hortas, mantêm pequenas plantações ou criam animais, o que contribui para a redução dos custos com alimentação e fortalece a autonomia alimentar. Essa dinâmica foi evidenciada na fala de Tuane (29 anos): *“Aqui a gente planta, consome o que planta. Segurança também, com certeza. Até ônibus passa aqui na frente de casa, e na cidade a gente tem que levar.”*

Essas percepções revelam como o ambiente rural, além de favorecer o bem-estar físico e emocional, também oferece condições concretas que promovem maior sustentabilidade, segurança e qualidade de vida no cotidiano das famílias. Há ênfase na vida comunitária. As mães se sentem mais protegidas e acolhidas por viverem em uma rede de vizinhança que se conhece, compartilha valores e rotinas, o que fortalece a coesão social. Esse sentimento de pertencimento e confiança reforça a tranquilidade no cuidado com os filhos. Gabriela (41 anos) sintetiza esse pensamento ao afirmar: *“aqui é sossego, tranquilidade, segurança. Você sai de casa, pode deixar as coisas pro lado de fora, ninguém mexe. Pode dormir de porta aberta e ninguém entra”*.

A convivência com a natureza e a possibilidade de uma infância mais livre também são vistas como fatores positivos, que se contrapõem ao estilo de vida urbano. Sons de passarinhos, menos calor e menos barulho são elementos que contribuem para uma rotina mais saudável, como expressado por uma das participantes: *“a tranquilidade e menos barulho, menos calor... você não se sente sozinho, a vizinhança é boa”*.

Embora as mães entrevistadas atribuam grande valor aos benefícios de criar os filhos em contato com a natureza, também reconhecem importantes limitações estruturais do contexto rural que impactam o cuidado com a infância. Conforme aponta Calegare (2017), as políticas desenvolvimentistas do século XX contribuíram para aprofundar essa dicotomia entre campo e cidade, acentuando desigualdades e prejudicando as populações rurais. A primeira e mais recorrente desvantagem apontada diz respeito à dificuldade de acesso à saúde, especialmente em casos de emergência. A fala de Juliana (28 anos) resume essa percepção: *“Pra mim, só a lonjura, de ser longe de hospitais e saúde no geral”*. Esse desafio também é reforçado por outras mães que mencionam que, embora exista uma Unidade Básica de Saúde (UBS) funcionando esporadicamente na associação, qualquer atendimento mais complexo exige deslocamento até a cidade, o que nem sempre é viável: *“se for algo mais grave, a gente tem que se deslocar pra cidade”*.

Outro ponto crítico destacado foi a dependência de transporte público e a dificuldade de mobilidade para suprir demandas básicas. Gabriela (41 anos) expressa: *“só é mesmo de transporte... fica ruim quando precisa comprar remédio”*, revelando um cenário onde questões simples se tornam obstáculos em razão da localização e da infraestrutura viária limitada.

Além disso, as limitações educacionais foram fortemente acentuadas nos depoimentos. As mães demonstram preocupação com a qualidade do ensino e com a ausência de oportunidades de formação complementar para as crianças. Raquel (37 anos) pontua: *“a educação no ramal é péssima, gostaria que tivesse uma escola aqui”*. Gabriela vai além ao enfatizar a necessidade de cursos preparatórios, como informática e inglês, para ampliar o repertório das crianças e protegê-las de situações de vulnerabilidade: *“seria tão bom ter computação, aula de inglês... tira eles da rua, da vulnerabilidade que é muito grande”*.

Por fim, a ausência de espaços e equipamentos públicos voltados ao lazer infantil é percebida pelas mães como uma das principais desvantagens do contexto local. Embora existam algumas iniciativas comunitárias que buscam minimizar essa carência — como a cessão de um campo de futebol por um morador — as participantes demonstram insatisfação com a falta de políticas públicas efetivas voltadas à infância. Como expressa Tuane (29 anos): *“Nunca*

criaram nenhum tipo de área de lazer, de esporte na qual as crianças possam ficar. Eu acho que, se tivesse, seria bom.”

Além da ausência de infraestrutura, também foi apontada a necessidade de maior engajamento coletivo da comunidade. Valéria, por exemplo, ressalta que a melhoria das condições para a infância exige não apenas a ação dos representantes locais, mas o envolvimento ativo dos moradores. Em suas palavras: *“Tá faltando muitas coisas aqui. [...] Eu tô amenizando assim, porque o que tem que ter mesmo aqui é uma creche para as crianças. Veja como a gente precisa trabalhar. A gente não tem com quem deixar elas. Porque não adianta só eles, os representantes locais, botarem a palavra que eles querem colocar e a gente não dá apoio pra eles. A gente tem que dar apoio, porque não adianta só eles terem interesse. Os outros moradores também são responsáveis. Já que querem cobrar, então bora ajudar.”*

As falas revelam, portanto, que a escassez de espaços adequados para a infância está diretamente ligada a uma fragilidade nas políticas públicas, mas também à urgência de mobilização social e cooperação entre comunidade e lideranças locais para que mudanças concretas aconteçam.

Essas percepções revelam que, embora o meio rural ofereça inúmeras vantagens para o desenvolvimento infantil, o cuidado com a infância ainda esbarra na ausência de políticas públicas e serviços essenciais, dificultando o pleno exercício de direitos e a equidade de oportunidades. A escuta dessas vozes maternas reforça a urgência de estratégias intersetoriais voltadas à infraestrutura, educação e saúde em territórios rurais, assegurando que as crianças possam crescer em um ambiente que promova não apenas bem-estar, mas também acesso a condições dignas de vida e aprendizado.

Em meio aos desafios, destaca-se uma forte valorização da convivência com a natureza como recurso educativo, emocional e identitário. A maioria das mães considera esse contato fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças, apontando que ele fortalece o corpo, promove autonomia, aumenta a afetividade e desperta a curiosidade. Há também o reconhecimento de que essa vivência ajuda a formar sujeitos mais conscientes e equilibrados, como exemplifica Raquel (37 anos), ao comentar os efeitos do banho de rio no comportamento do filho com TDAH: *“percebo uma mudança significativa, ele fica mais calmo, tranquilo”*.

As mães expressaram um forte vínculo intergeracional com o ambiente natural, frequentemente resgatando suas próprias memórias de infância como forma de legitimar os valores que hoje desejam transmitir aos filhos. As recordações compartilhadas foram ricas em detalhes sensoriais e emocionais, revelando infâncias marcadas por liberdade, criatividade e

forte conexão com o território. Juliana, por exemplo, descreveu com entusiasmo: *“brincava na rua até umas 23h, fazia rodinha, conversava, brincava de tudo um pouco... não tinha celular, então era maravilhoso”*. Tuane compartilhou com afeto a lembrança de descer barrancos escorregando na lama com garrafa pet durante as chuvas: *“essa é a melhor memória que eu tenho da minha infância”*. Já Gabriela rememorou com carinho a vivência na fazenda: *“subindo em árvore, comendo fruta, brincadeiras no rio e na floresta... tudo natural, era muito bom”*.

Essas narrativas revelam que o contato com a natureza não é apenas parte do cenário, mas constitui o próprio modo de viver a infância — um tempo de exploração livre, de relações espontâneas com o espaço e com os pares, de invenção de brincadeiras e de conexão simbólica com o meio ambiente. Mesmo aquelas que relataram limitações, como Raquel, que cresceu em bairro urbano considerado perigoso, ainda assim resgataram experiências no quintal ou visitas a sítios como momentos significativos de prazer e vínculo com a terra.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos para este estudo foram plenamente alcançados, na medida em que possibilitaram o aprofundamento da compreensão sobre as experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico. A partir da escuta sensível de crianças e mães da comunidade do Ramal Cachoeira do Leão, aliada a observações e caminhadas guiadas, foi possível explorar os sentidos, vínculos e benefícios atribuídos ao contato com o ambiente natural por aqueles que vivem em estreita relação com a floresta.

As análises evidenciaram que a natureza não é percebida apenas como cenário físico, mas como um espaço de pertencimento, liberdade e imaginação. As interações infantis com rios, trilhas, árvores e animais demonstraram que a natureza constitui um território de descoberta, corporeidade e expressão simbólica. Da mesma forma, as percepções das mães revelaram como os vínculos afetivos e culturais com o ambiente natural podem influenciar diretamente o modo como as crianças se aproximam (ou se afastam) desses espaços. Mães que compreendem a natureza como lugar de brincar e aprender tendem a estimular experiências mais livres e prazerosas, enquanto percepções marcadas por medo ou insegurança acabam limitando o contato infantil com o meio natural.

O estudo também revelou que o contato com a natureza promove impactos positivos em múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, como o bem-estar emocional, a sociabilidade, a criatividade e a autonomia. Esses resultados convergem com a literatura da

Psicologia Ambiental e do Desenvolvimento, reforçando a importância da natureza como promotora de saúde integral, especialmente na infância.

Como pesquisadora residente no contexto amazônico, estar em campo e vivenciar essas experiências foi também um exercício de escuta e de reconhecimento da potência das infâncias rurais. Foi possível observar que a experiência da criança com a natureza é construída social e culturalmente, sendo atravessada por valores, medos, memórias e expectativas familiares. Esse olhar ampliado reforça que o ambiente, por si só, não basta: é necessário que haja mediações positivas que incentivem e validem a vivência da criança com o mundo natural.

Ainda assim, os desafios enfrentados por essas famílias são significativos. Limitações de infraestrutura, transporte precário, escassez de serviços de saúde e educação, além da invisibilização política das infâncias rurais, revelam a necessidade de ações intersetoriais que garantam o direito ao desenvolvimento integral em meio à natureza. Apesar dessas dificuldades, as mães demonstraram resiliência, criatividade e profundo compromisso com o bem-estar de seus filhos.

Os resultados apresentados, embora referenciados em uma comunidade específica, abrem espaço para reflexões mais amplas sobre a importância de reconhecer, valorizar e garantir o direito das crianças amazônicas à convivência com a natureza. A pesquisa contribui, assim, para o campo da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Ambiental, além de dialogar com políticas públicas voltadas à infância, ao meio ambiente e ao território.

Como limitação, destaca-se a dificuldade de acesso aos participantes. No entanto, as escolhas metodológicas conduzidas permitiram aprofundar a escuta e a análise das experiências locais. Para estudos futuros, recomenda-se ampliar o escopo geográfico, incorporar a perspectiva de outros agentes da comunidade — como professores e lideranças locais — e explorar as interações entre natureza e infância em diferentes configurações socioterritoriais da Amazônia.

Este trabalho não pretende encerrar o debate, mas semear interesse e compromisso com práticas que unam cuidado ambiental e qualidade de vida para as infâncias em seus territórios de pertencimento. Para além da escrita, os dados e vivências aqui registrados podem inspirar diálogos com famílias, educadores e gestores, a fim de promover políticas e ações que reconheçam a infância como um momento em que o vínculo com a natureza é não apenas desejável, mas essencial para o desenvolvimento humano e para a construção de um futuro mais ético e sustentável.

9. REFERÊNCIAS

- Aitken, S. C. (2018). Children's geographies: Tracing the evolution and involution of a concept. *Geographical Review*, 108(1), 3–23. <https://doi.org/10.1111/gere.12289>
- Albuquerque, D. da S., Goulart, F. de M., Klavdianos, N. de D., Günther, I. de A., & Portella, A. (2023). Envelhecimento, sentido de lugar e planejamento urbano: Facilitadores e barreiras. *Psicologia em Estudo*, 28, e54416. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.54416>
- Alves, F. D. (2021). Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. *Revista Rural & Urbano. Recife*, 6(01), 27-46. <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2021.249027>
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família* (2ª ed., trad. Dora Flaksman). Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Barbosa, M. C. S., Silva, A. P. S., Pasuch, J., Leal, F. D. L. A., Silva, I. D. O., Freitas, M. N. M., & Albuquerque, S. S. D. (2012). *Oferta e demanda de educação infantil no campo*. Porto Alegre: Evangraf.
- Barrable, A., & Booth, D. (2020). Increasing nature connection in children: A mini review of interventions. *Frontiers in psychology*, 11, 492. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00492>
- Barros, M. I. A. de. (2018). *Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza*. Rio de Janeiro: Alana. <http://jbb.ibict.br/handle/1/1328>
- Brandenburg, A. (2010). Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, 13, 417-428. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200013>
- Brasil. (1990). Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2012). Resolução No. 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília. Recuperado de <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Brasil. Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510/2016. Recuperado em 31 de outubro de 2017, de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. (2008). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação do Campo: Parecer nº 3*. Brasília, DF: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/educacao-do-campo>
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2010). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. MEC, SEB. <https://portal.mec.gov.br/>

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (Tradução de Artes Médicas). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).
- Calegare, M. G. A. (2017). Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In E. F. Raseria, M. de S. Pereira, & D. Galindo (Orgs.), *Democracia participativa, estado e laicidade: Psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 285-300). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Calegare, M. G. A., & Higuchi, M. I. G. (2018). Participatory action research in an Amazon protected area: Lessons for community psychology in Northern Brazil. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 28, 460-470. <https://doi.org/10.1002/casp.2379>
- Campos-de-Carvalho, M. I., Cavalcante, S., & Nóbrega, L. M. A. (2018). Ambiente. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 28-40). Editora Vozes Limitada.
- Carneiro, C., & Bindé, P. J. (1997). A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 2(2), 363–376. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200010>
- Carvalho, L. D., & Silva, R. C. (2018). Infâncias no campo: Brinquedo, brincadeira e cultura. Cavalcante, S., & Elali, G. A. (2018). *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Editora Vozes Limitada. *Childhood & Philosophy*, 14(29), 189-212. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.30364>
- Chang, C. C., Cox, D. T., Fan, Q., Nghiem, T. P. L., Tan, C. L., Oh, R. R. Y., ... & Carrasco, L. R. (2022). People's desire to be in nature and how they experience it are partially heritable. *PLoS Biology*, 20(2), e3001500. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3001500>
- Charles, C., & Louv, R. (2009). Children's nature deficit: What we know and don't know. *Children and Nature Network*, 32.
- Chawla, L. (2015). Benefits of nature contact for children. *Journal of planning literature*, 30(4), 433-452. <https://doi.org/10.1177/0885412215595441>
- Chawla, L. (2021). Knowing nature in childhood: Learning and well-being through engagement with the natural world. In *Nature and psychology: Biological, cognitive, developmental,*

and social pathways to well-being (pp. 153-193). https://doi.org/10.1007/978-3-030-69020-5_6

- Cheng, J. C. H., & Monroe, M. C. (2012). Connection to nature: Children's affective attitude toward nature. *Environment and Behavior*, 44(1), 31-49. <https://doi.org/10.1177/0013916510385082>
- Colding, J., Giusti, M., Haga, A., Wallhagen, M., & Barthel, S. (2020). Enabling relationships with nature in cities. *Sustainability*, 12(11), 4394. <https://doi.org/10.3390/su12114394>
- Collado, S., Corraliza, J. A., Staats, H., & Ruiz, M. (2015). Effect of frequency and mode of contact with nature on children's self-reported ecological behaviors. *Journal of Environmental Psychology*, 41, 65-73. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2014.11.001>
- Collado, S., & Sorrel, M. A. (2019). Children's environmental moral judgments: Variations according to type of victim and exposure to nature. *Journal of Environmental Psychology*, 62, 42-48. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.02.005>
- Colley, K., & Craig, T. (2019). Natural places: Perceptions of wildness and attachment to local greenspace. *Journal of Environmental Psychology*, 61, 71-78. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2018.12.007>
- Cordeiro, L., & Soares, C. B. (2019). Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde*, 20(2), 37-43. <https://doi.org/10.52753/bis.2019.v20.34471>
- Cruz, G. A., & Sarat, M. (2016). História da infância no Brasil: Contribuições do processo civilizador. *Educação e Fronteiras*, 5(13), 19-33. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/5176>
- Cunha, A. D. A., Rodrigues, C. G. D. O., Sancho-Pivoto, A., & Casals, F. R. (2022). A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. *Sociedade & Natureza*, 34. <https://doi.org/10.14393/SN-v34-2022-65411>
- De La Taille, Y., De Oliveira, M. K., & Dantas, H. (2019). *Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. Summus editorial.
- de Oliveira, T. C. (2017). Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista Interdisciplinar Do Direito - Faculdade De Direito De Valença*, 10(2). Recuperado de <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/173>
- Diniz, R. (2021). Contribuições subversivas para uma Psicologia Ambiental insurgente e genuinamente latino-americana. *Relações pessoa-ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências*, 55-74.

- Fränkel, S., S., D., & B., M. (2019). Fourth graders' connectedness to nature-Does cultural background matter?. *Journal of Environmental Psychology*, 66, 101347. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.101347>
- Freitas, M. F. Q. de. (2020). Análise de necessidades e inserção na comunidade: Relações na perspectiva da psicologia social comunitária. In G. M. Polli & M. C. A. Polli (Eds.), *Intervenções em psicologia comunitária e da saúde: Teoria e prática* (pp. 161-214). Curitiba: Juruá.
- Günther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: Características, definições e implicações. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 15-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Günther, I. A. (2008). O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Eds.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 53-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hartig, T., Mitchell, R., De Vries, S., & Frumkin, H. (2014). Nature and health. *Annual Review of Public Health*, 35, 207-228. <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth032013-182443>
- Harvey, M., Oskins, J., McCarter, K., & Baker, J. (2016). Direct earth contact: Barefootedness and nature connection. *Ecopsychology*, 8(2), 96-106. <https://doi.org/10.1089/eco.2015.0075>
- Higuchi, M. I. G., Rosa, D. C., & Forsberg, S. S. (2013). The Amazon forest in the understanding of children and adolescents of northern and central-Western Brazil. *Ecopsychology*, 5(3), 188-196. <https://doi.org/10.1089/eco.2013.0015>
- Hinds, J., & Sparks, P. (2009). Investigating environmental identity, well-being, and meaning. *Ecopsychology*, 1(4), 181-186. <https://doi.org/10.1089/eco.2009.0026>
- Horton, J., & Kraftl, P. (2018). Three playgrounds: Researching the multiple geographies of children's outdoor play. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 50(1), 214-<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200013r1vu2022L2OA>
- Iruka, I. U., DeKraai, M., Walther, J., Sheridan, S. M., & Abdel-Monem, T. (2020). Examining how rural ecological contexts influence children's early learning opportunities. *Early Childhood Research Quarterly*, 52, 15-29. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2019.09.005>
- Kaplan, R., & Kaplan, S. (1989). *The experience of nature: A psychological perspective*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Kaplan, S., & Berman, M. G. (2010). Directed Attention as a Common Resource for Executive Functioning and Self-Regulation. *Perspectives on Psychological Science*, 5(1), 43-57. <https://doi.org/10.1177/1745691609356784>
- Keith, R. J., Given, L. M., Martin, J. M., & Hochuli, D. F. (2022). Environmental self-identity partially mediates the effects of exposure and connection to nature on urban children's

- conservation behaviours. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, 3, 100066. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100066>
- Kellert, S. R. (1996). *The value of life*. Washington, D.C.: Island Press.
- Konner, M. (2011). *The evolution of childhood: Relationships, emotion, mind*. Harvard University Press.
- Kraftl, P. (2006). Constructing an idea: The material construction of an ideal childhood. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2006.00225.x>
- Kraftl, P., & Horton, J. (2018). Children's geographies and the 'new wave' of childhood studies. In S. Spyrou, R. Rosen, & D. T. Cook (Eds.), *Reimagining Childhood Studies* 235. <https://doi.org/10.1177/0308518X17735324>
- Lanza, K., Alcazar, M., Chen, B., & Kohl III, H. W. (2023). Connection to nature is associated with social-emotional learning of children. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, 4, 100083. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100083>
- Larson, L. R., Stedman, R. C., Cooper, C. B., & Decker, D. J. (2015). Understanding the multi-dimensional structure of pro-environmental behavior. *Journal of environmental psychology*, 43, 112-124. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.06.004>
- Lengieza, M. L., & Swim, J. K. (2021). The paths to connectedness: A review of the antecedents of connectedness to nature. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.763231>
- Lewin, K. (1967). *Field theory in social science: Selected theoretical papers* (D. Cartwright, Ed.). Harper & Row. (Original work published 1933).
- Lopes, J. J. M. (2013). Geografia da infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. *Revista de Educação Pública*, 22(49, Supl. 01), 283-294. Recuperado em 11 de julho de 2024, de http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-
- Lopes, J. J. M., & Fichtner, B. (2017). O espaço de vida da criança: Contribuições dos estudos de Marta Muchow às crianças e suas espacialidades. *Revista de Educação Pública*, 26(63), 755–774. <https://doi.org/10.29286/rep.v26i63.5564>
- Louv, R. (2016). *A última criança na natureza: Resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana.
- Macena, C. F., Lauer-Leite, I. D., Higuchi, M. I. G., Costa, J. A. S., & Novais, J. S. (2023). "I Connect with Nature Every Day": Brazilian Children and Their Contact with Nature during the COVID-19 Pandemic. *Children, Youth and Environments*, 33(2), 90-107. <https://doi.org/10.1353/cye.2023.a903099>
- Machado, YS, Schubert, PMP, Albuquerque, DDS, & Kuhnen, A. (2016). Natureza e brincadeiras infantis: investigação da interação crianças-natureza em parques verdes urbanos. *Temas Em Psicologia*, 24 (2), 655-667. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-14Pt>.

- Mayer, F. S., & Frantz, C. M. (2004). The connectedness to nature scale: A measure of individuals' feeling in community with nature. *Journal of Environmental Psychology*, 24(4), 503-515. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2004.10.001>
- Mey, G., & Günther, H. (2015). *The life space of the urban child: Perspectives on Martha Muchow's classic study*. USA, London.
- Minayo, M. C. D. S. (1992). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. In *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (pp. 269-269).
- Moser, G. (2018). *Introdução à psicologia ambiental: Pessoa e ambiente*. Editora Alínea.
- Nisbet, E. K., & Zelenski, J. M. (2013). The NR-6: A new brief measure of nature relatedness. *Frontiers in Psychology*, 4, 63438. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00813>
- Oliveira, J. A. D., & Nina, S. D. F. M. (2014). Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: Transformações numa comunidade da Amazônia brasileira. *Saúde e Sociedade*, 23, 1162-1172. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400004>
- Oliveira, M. M. S., Grenno, F. E., Profice, C. C., & Lewin, K. (2022). *A natureza da criança: Diálogos com Vigotski e Bronfenbrenner*. Iguatu, CE: Quipá Editora. <https://doi.org/10.36599/qped-ed1.171>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D. & Moher, D. (2022). A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Revista Panamericana de Salud Pública= Pan American Journal of Public Health*, 46 (12), 9. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>
- Paz, D. T., Zacarias, E. F. J., & Higuchi, M. I. G. (2022). A Conexão com a Natureza em adultos de referência para crianças. *Ambiente & Sociedade*, 25, e00131. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200013r1vu2022L2AO>
- Peloso, F. C. (2015). *Infâncias do e no campo: Um retrato dos estudos pedagógicos nacionais* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos.
- Pinheiro, J. Q., Elali, G. A., & Fernandes, O. S. (2008). Ambiente: Vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In J. Q. Pinheiro & H. Günther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 217-238). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pinto, M. (1997). A infância como construção social. In Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmiento (Ed.), *As crianças contextos e identidades* (pp. 33-73). Editora Universidade do Minho Centro de estudos da criança. Recuperado de <https://hdl.handle.net/1822/40377>
- Pojo, E. C., & Vilhena, M. N. (2013). Crianças ribeirinhas da Amazônia paraense. In I. de O. Silva, A. P. S. e Silva, & A. A. Martins (Orgs.), *Infâncias do campo* (pp. 135-148). Autêntica Editora.

- Prestes, Z., & Tunes, E. (2012). A trajetória de obras de Vigotski: Um longo percurso até os originais. *Estudos De Psicologia (Campinas)*, 29(3), 327–340. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000300003>
- Price, E., Maguire, S., Firth, C., Lumber, R., Richardson, M., & Young, R. (2022). Factors associated with nature connectedness in school-aged children. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, 3, 100037. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100037>
- Profice, C. (2016). *Crianças e Natureza: Reconectar é preciso*. São Paulo: Pandorga.
- Richardson, M., Hamlin, I., Butler, C. W., Thomas, R., & Hunt, A. (2022). Actively noticing nature (not just time in nature) helps promote nature connectedness. *Ecopsychology*, 14(1), 8-16. <https://doi.org/10.1089/eco.2021.002320972013000200005&lng=pt&tlng=pt>
- Richardson, M., Hunt, A., Hinds, J., Bragg, R., Fido, D., Petronzi, D., & White, M. (2019). A measure of nature connectedness for children and adults: Validation, performance, and insights. *Sustainability*, 11(12), 3250. <https://doi.org/10.3390/su11123250>
- Rosa, C. D., Profice, C. C., & Collado, S. (2018). Nature experiences and adults' self-reported pro-environmental behaviors: The role of connectedness to nature and childhood nature experiences. *Frontiers in Psychology*, 9, 1055. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01055>
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. de S., & Oliveira, Z. de M. R. de (2009). Olhando a criança e seus outros: Uma trajetória de pesquisa em educação infantil. *Psicologia USP*, 20(3), 437–464. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642009000300008>
- Rua, J., Agueda, B. C., & de Simoni, J. C. (2021). Urbanidade, Urbanidades no Rural e Multidimensionalidade do Espaço: Tecendo algumas Reflexões sobre as Relações Urbano-Rurais. *Espaço Aberto*, 11(1), 153-170. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2021.42242>
- Sameroff, A. (2010). Uma teoria unificada do desenvolvimento: Uma integração dialética da natureza e da criação. *Desenvolvimento Infantil*, 81, 6-22. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378.x>
- Santos, A. C., Pontes, F. T. N., Sales, P. C. L., & Silva, P. R. R. (2022). Conexão com a natureza, atitudes ambientais e a percepção de educadores sobre áreas naturais protegidas. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 17(2), 10-23. <https://doi.org/10.18675/2177-580X.2022-13865>
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.09.006>
- Schultz, P. W. (2001). The structure of environmental concern: Concern for self, other people, and the biosphere. *Journal of environmental psychology*, 21(4), 327-339. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0227>

- Schultz, P. W., Shriver, C., Tabanico, J. J., & Khazian, A. M. (2004). Implicit connections with nature. *Journal of Environmental Psychology*, 24(1), 31-42. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(03\)00022-7](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(03)00022-7)
- Silva, A. P. S. (2022). As interações infância e ambiente. In M. I. G. Higuchi & D. S. da Silva (Orgs.), *Cronologias na relação pessoa-ambiente* (pp. 25–45). Curitiba, PR: CRV.
- Silva, J. A. P., & Moura, J. D. P. (2021). *A criança e sua corporeidade: Experiência e imaginação na/com a natureza em espaços construídos*. Editora Realize. <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/74207>
- Sobko, T., & Brown, G. T. (2021). The influence of connectedness to nature on psychological well-being: Evidence from the randomized controlled trial Play & Grow. *Challenges*, 12(1), 12. <https://doi.org/10.3390/challe12010012>
- Sousa, A. de L., Medeiros, J. de S., Albuquerque, D. da S., & Higuchi, M. I. G. (2015). Parque verde urbano como espaço de desenvolvimento psicossocial e sensibilização socioambiental. *Psico*, 46(3), 301–310. <https://doi.org/10.15448/19808623.2015.3.17423>
- Tillmann, S., Clark, A. F., & Gilliland, J. A. (2018). Children and nature: Linking accessibility of natural environments and children's health-related quality of life. *International journal of environmental research and public health*, 15(6), 1072 <https://doi.org/10.3390%2Fijerph15061072>
- Tiriba, L., & Profice, C. C. (2018). Crianças Tupinambá: Rios, colinas, bancos de areia e matas como lugares do brincar cotidiano. *Revista Teias*, 19(52), 28-47. <https://doi.org/10.12957/teias.2018.30926>
- Tiriba, L., & Profice, C. C. (2019). Crianças da natureza: Vivências, saberes e pertencimento. *Educação & Realidade*, 44(2), e88370. <https://doi.org/10.1590/2175-623688370>
- Toutonge, E., & Freitas, M. N. M. (2022). As crianças e a natureza em contextos rurais Amazônicos. *Revista Exitus*, 12(1), e022005. <https://doi.org/10.24065/22379460.2022v12n1ID1693>
- Vella, K., Dobson, M., Rodgers, S., Om, C., Bircanin, F., Dema, T., ... & Brereton, M. (2023). Wired, wild, wonderful: A scoping review of early childhood nature connections fostered by digital technologies. *International Journal of Child-Computer Interaction*, 100619. <https://doi.org/10.1016/j.ijcci.2023.100619>
- Wilson, E. O. (1984). *Biophilia*. Cambridge: Harvard University Press.
- Wu, H., Ji, R., & Jin, H. (2023). Parental factors affecting children's nature connectedness. *Journal of Environmental Psychology*, 87, 101977. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2023.101977>
- Zacarias, E. F. J. (2018). *Vínculo com a natureza em pais-mães e suas implicações no comportamento parental* (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Zacarias, E. F. J. (2021). *"Gosto mais de tá no rio, pegar banzeiro..."*: Elementos para constituição da identidade de lugar em crianças de uma comunidade do Amazonas (Tese de doutorado) Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Zaradic, P. A., & Pergams, O. R. (2007). Videophilia: Implications for childhood development and conservation. *Journal of Developmental Processes*, 2(1), 130-144.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

a) Perfil dos entrevistados (as)
Nome: _____ Idade: _____ Data de Nascimento: _____ Sexo: _____ Nome e idade da criança: _____ Telefone de Contato () _____ Tempo de Moradia na comunidade: _____ Motivo pela escolha de local de moradia: _____
b) Percepção dos Pais/Responsáveis sobre a natureza
<ul style="list-style-type: none">- Diga três palavras que vem à sua mente quando você pensa no que é natureza:- Como você descreveria a percepção da sua criança sobre a natureza?<ul style="list-style-type: none">() Admiração() Medo() Curiosidade() IndiferençaOutro (especificar) _____ - Quanto tempo/ horas por dia a sua criança passa ao ar livre? E fora de casa?- Você pensa que seu filho prefere ficar mais dentro ou fora de casa? Cite motivos para esta escolha:- Você acha que seu filho(a) prefere brincar sozinho ou com outras crianças? Cite motivos para esta escolha:- Quais são as principais atividades da sua criança ao usar dispositivos eletrônicos?<ul style="list-style-type: none">() Assistir vídeos/TV

Jogar jogos eletrônicos

Usar redes sociais

Estudar/pesquisar

- Quais atividades a sua criança costuma fazer ao ar livre?

- Quais elementos da natureza você acha que sua criança mais aprecia?

Animais

Plantas

Rios e cachoeira

Trilhas e florestas

Outro (especificar) _____

- Você considera importante que a sua criança tenha contato com a natureza? Por quê?

- Você já observou mudanças positivas no comportamento do seu filho (a) após momentos de interação com a natureza? Se sim, descreva.

- Quais as dificuldades para proporcionar mais contato com a natureza para a criança no local em que você vive?

- Para você quais são as vantagens em residir longe do contexto urbano de Manaus e estar mais próximo do contexto rural? E quais as desvantagens?

Você costumava brincar ao ar livre quando era criança? Pode me contar sobre uma memória marcante/significativa que você tem dessa época?

- Você gostaria de acrescentar alguma outra informação sobre a rotina, o comportamento ou a saúde da sua criança?

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para as crianças

Perfil dos entrevistados (as)
Nome da criança: _____ Nome dos pais: _____ Sexo: _____ _____
Percepção das crianças sobre a natureza
<p>Olá! Meu nome é Larissa e estou muito feliz por poder conversar com você hoje. Eu gostaria de saber mais sobre o que você pensa e sente quando está na natureza. Vamos fazer uma atividade em dois momentos. Agora vou lhe fazer algumas perguntas e lhe mostrar alguns cartões. Pode ficar tranquilo, não existem respostas certas ou erradas e se você não entender algo, é só perguntas. Depois que terminarmos essa primeira parte, lhe explico a segunda, ok? Vamos começar?</p> <p>- Diga três palavras que vem à sua mente quando você pensa no que é natureza: - Como você descreveria a sua relação com a natureza?</p> <p><input type="checkbox"/> Admiração <input type="checkbox"/> Medo <input type="checkbox"/> Curiosidade <input type="checkbox"/> Indiferença Outro (especificar)</p> <p>- Você acha que a natureza é importante para você? O que faz você achar isso? - O que você mais gosta de fazer quando está na natureza? - Tem alguma atividade ou brincadeira que você gosta mais de fazer quando está ao ar livre? - Quais elementos da natureza você mais aprecia?</p> <p><input type="checkbox"/> Animais <input type="checkbox"/> Plantas <input type="checkbox"/> Rios e cachoeira <input type="checkbox"/> Trilhas e florestas Outro (especificar)</p>

- Alguma vez aconteceu algo muito legal ou especial enquanto você brincava perto de casa?

Perguntas para a caminhada guiada associada ao uso das fotografias

Para começarmos a segunda parte da nossa atividade, posso te fazer um convite? Você pode me mostrar sua comunidade e os lugares onde você costuma brincar quando está fora de casa? Durante essa caminhada, vou lhe fazer algumas perguntas para entender um pouco mais sobre suas brincadeiras. Suas respostas são muito importantes para mim, e não há respostas certas ou erradas. Vamos começar? Caso você tenha alguma dúvida, pode perguntar.

- Existem lugares que você gosta mais de brincar? Você pode me mostrar esses lugares? Gostaria de tirar fotos deles com você.
- O que torna esse lugar tão legal para brincar? O que você mais gosta nele?
- Como você se sente quando está brincando nesse lugar?
- Quando você vem brincar neste lugar, você vem sozinha? Se não, quem costuma vir com você?
- Como você se sente quando está em contato com a natureza?
- Existe mais alguma coisa que você gostaria de me contar sobre suas experiências na natureza?



APÊNDICE C

TERMO DE ANUÊNCIA PARA O REPRESENTANTE DA COMUNIDADE

Prezado(a) Sr. Presidente da Associação de Moradores do Ramal do Igarapé do Leão e da Cachoeira,

Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, venho por meio deste solicitar a autorização para realizar a pesquisa intitulada “Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico” na comunidade Ramal/Cachoeira do Leão, sob minha responsabilidade Larissa Takashima e orientação da Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque.

A pesquisa será conduzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e tem como objetivo principal compreender a relação de crianças com a natureza a partir de suas experiências em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas. Com sua anuência e concordância dos pais e das respectivas crianças.

A pesquisa contará com seu apoio e mediação para apresentar-me os pais que tenham filhos ainda crianças na faixa etária entre 8 e 10 anos. Asseguramos que todos os cuidados serão tomados para manter o sigilo dos participantes. As informações serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e os dados serão mantidos confidenciais.

Solicito, portanto, sua concordância para realizar esta pesquisa na comunidade e assim poder explicar a pesquisa aos responsáveis, e convidá-los a participar. Aos pais será entregue um termo solicitando a autorização para participar, juntamente com um termo de assentimento para as próprias crianças em linguagem adequada. A participação será voluntária, respeitando a decisão do mesmo que os pais tenham autorizado.

Informo que todos os procedimentos éticos serão rigorosamente respeitados e a pesquisa só será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética da UFAM.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Autorização Pós-informação

Eu, **Luiz Antônio Coêlho**, após a leitura deste documento estou suficientemente informado/a, ficando de acordo com a pesquisa “*Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico*”, que se realizará na comunidade Ramal do Igarapé do Leão e da Cachoeira que fica localizada na Am 010, km 37 - zona rural e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância e assino este termo em duas vias, sendo que uma das quais foi-me entregue.

**Assinatura do representante da associação dos
moradores do Ramal do Leão e da Cachoeira**

CNPJ N° 63.693.428/0001-87 Email:
associacaodoramaldoleao@gmail.com Telefone: 92-
99982-2537/92-99101-2161

Local, _____, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisadora Responsável



APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS/RESPONSÁVEIS DA CRIANÇA

Prezados Pais/Mães/Responsáveis,

Venho com todo respeito solicitar do/a senhor/a autorização para seu/sua filho/a participar de uma pesquisa que será realizada na comunidade Ramal/cachoeira do leão. Abaixo descrevo os detalhes da pesquisa e como vai acontecer:

Título da pesquisa: Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico.

Pesquisadoras responsáveis: Larissa Tsumie Takashima Eto e Dayse da Silva Albuquerque

Benefícios da Pesquisa: Esse tipo de pesquisa tem por objetivo compreender a relação de crianças com a natureza a partir de suas experiências em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas. Se você aceitar e autorizar a participação de seu/sua filho/a, contribuirá para a promoção de conscientização dos benefícios do contato com a natureza para as crianças, seus pais e comunidade, e no desenvolvimento de programas educativos que visem um maior cuidado para com a natureza.

Como será a participação de seu/sua filho/a: Eles/elas me apresentarão seus locais preferidos de lazer e brincadeiras dentro da comunidade, para identificar atividades relativas ao contato com a natureza, após identificado será realizado a fotografia desses lugares escolhidos pela criança e serão feitas algumas perguntas relacionadas a estes espaços.

Sobre os cuidados éticos: a atividade será realizada com crianças entre 08 e 10 anos de idade, que residem em contexto rural, especificamente na comunidade ramal/cachoeira do leão. A participação de todos é voluntária. Seu/sua filho/a nada pagará, nem lhe será pago pela sua participação. Mesmo se o senhor/a autorizar e o seu/sua filho/a não quiser participar, não haverá nenhum prejuízo para ele ou ela. Asseguro que não sofrerá nenhum risco ao seu/sua filho/a, mas se sentir algum desconforto, mesmo tendo aceitado previamente, ele/ela poderá sair sem problemas. Os resultados serão divulgados ao final da pesquisa, e suas informações serão confidenciais, sem a identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre a participação da criança.

Sobre algum imprevisto: Caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, a pesquisadora suspenderá a atividade para

prestar o acompanhamento psicológico necessário aos envolvidos, visando o bem-estar deles. Como é previsto nas regras éticas, a pesquisadora garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que porventura venha a comprometer a criança ou a coletividade, em função da pesquisa aqui detalhada, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano.

Sobre contato e dúvidas: Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a orientadora da pesquisa Dayse Albuquerque na Faculdade de Psicologia no endereço Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 - Campus Universitário, Setor Sul – Coroado CEP 69077-000 - Manaus/AM - Telefone - (92) 3305-1181 Ramal 4069, e e-mail: daysealbuquerque@ufam.edu.br ou com a pesquisadora Larissa Takashima no telefone (92) 99490-0903 e e-mail: takashimalarissa@gmail.com. Também é possível entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, ManausAM, CEP: 69.057-070, telefone fixo 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com.

Como proceder para autorizar a participação de meu/filho/a: Se concordar, queira assinar essa no espaço abaixo. A ele/ela será solicitado também a sua concordância para participar da pesquisa num formulário próprio.

Muito obrigada,

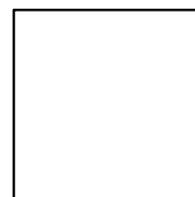
Larissa Tsumie Takashima Eto

Takashimalarissa@gmail.com

(92) 99490-0903

Manaus,

/ /



Assinatura do(a) participante

Impressão dactiloscópica

Assinatura a pesquisadora Responsável

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS** Escola de Enfermagem de Manaus/UFAM Rua Teresina, 495– Adrianópolis –
CEP: 69057-070 – Manaus-AM Fone: (92) 3305-1181, Ramal 2004 – E-mail:
cep@ufam.edu.br

Página 2 de 2

APÊNDICE E

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS CRIANÇAS CONVITE PARA PARTICIPAR DE UMA PESQUISA

Olá, meu nome é **Larissa Takashima** – sou aluna do Mestrado da Universidade Federal do Amazonas no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Estou fazendo uma pesquisa chamada “Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico” e gostaria de convidar você para participar. Sua ajuda é muito importante para entendermos como você brinca perto da sua casa e quais elementos da natureza usa nas suas brincadeiras.

Como será sua participação: Você fará uma caminhada comigo e me mostrará seus lugares favoritos para brincar. Depois, vamos identificar juntos os elementos da natureza usados nessas brincadeiras e como você se sente ao brincar na natureza. Vou pedir que você tire fotos desses lugares durante o nosso passeio. Isso vai durar parte do seu dia. Você não terá nenhum custo e não receberá pagamento.

O que você precisa saber sobre seus direitos: Seus pais permitiram sua participação, mas se você não quiser participar, não tem problema. É seu direito decidir e você pode desistir a qualquer momento, sem prejuízo. Ninguém saberá que você está participando e suas informações serão mantidas em segredo. Se em algum momento você se sentir desconfortável, estarei aqui para ajudar.

O que eu farei com as informações que recebi na entrevista: Vou analisar as respostas de todas as crianças participantes. Nem você nem sua casa serão identificados. Os resultados serão publicados numa dissertação de mestrado e depois num artigo científico. Esses resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Os dados da pesquisa ficarão guardados por 5 anos. Seus pais têm meu contato e do comitê de ética em pesquisa.

Como fazer para dar minha concordância: Se você concorda com tudo isso que está escrito, assine este termo de consentimento em duas vias. Uma via fica comigo e outra contigo.

Concordância voluntária para participar da pesquisa

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico”, de forma clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que posso pedir mais informações a qualquer momento e que meu responsável pode mudar a decisão de participar se quiser. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Declaro também que recebi uma via do termo de assentimento e tive a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Assinatura do/a participante voluntário

Local, _____, ____/____/____

ANEXOS

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO

25/09/2024, 14:21

SEI/UFAM - 2253772 - Declaração



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Centro de Serviço de Psicologia Aplicada - FAPSI

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que prestaremos apoio, se necessário, aos participantes da pesquisas intitulada: **Entre folhas e brincadeiras: experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico**, da discente Larissa Tsumie Takashima Eto, sob orientação da professora Dra. Dayse da Silva Albuquerque, do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação (DTF-FACED). Trata-se de um estudo em nível de mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Grupo de Pesquisa Yandê Kaa Pura - YKP.

Atenciosamente,

Manaus, 25 de setembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Sócrates Baçal de Oliveira, Coordenador**, em 25/09/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2253772** e o código CRC **A1BFD560**.

Av. General Rodrigo Otávio, 6200 - Bairro Coroado I Campus Universitário, Setor Sul, Bloco X -
Telefone: (92) (92) 3305-1181 / Ramal 2583
CEP 69080-900 Manaus/AM - cspa.fapsi@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23105.040981/2024-31

SEI nº 2253772

TERMO DE ANUÊNCIA PARA O REPRESENTANTE DA COMUNIDADE

Prezado(a) Srº Presidente da Associação de Moradores do Ramal do Igarapé do Leão e da Cachoeira,

Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, venho por meio deste solicitar a autorização para realizar a pesquisa intitulada "Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico" na comunidade Ramal/Cachoeira do Leão, sob minha responsabilidade Larissa Takashima e orientação da Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque.

A pesquisa será conduzida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e tem como objetivo principal compreender a relação de crianças com a natureza a partir de suas experiências em contexto rural na região metropolitana de Manaus-Amazonas. Com sua anuência e concordância dos pais e das respectivas crianças.

A pesquisa contará com seu apoio e mediação para apresentar-me os pais que tenham filhos ainda crianças. Asseguramos que todos os cuidados serão tomados para manter o sigilo dos participantes. As informações serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e os dados serão mantidos confidenciais.

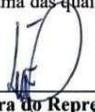
Solicito, portanto, sua concordância para realizar esta pesquisa na comunidade e assim poder explicar a pesquisa aos responsáveis, e convidá-los a participar. Aos pais será entregue um termo solicitando a autorização para participar, juntamente com um termo de assentimento para as próprias crianças em linguagem adequada. A participação será voluntária, respeitando a decisão do mesmo que os pais tenham autorizado.

Informo que todos os procedimentos éticos serão rigorosamente respeitados e a pesquisa só será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética da UFAM.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Autorização Pós-informação

Eu, **Luiz Antônio Coêlho**, após a leitura deste documento estou suficientemente informado/a, ficando de acordo com a pesquisa "Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico", que se realizará na comunidade Ramal do Igarapé do Leão e da Cachoeira que fica localizada na Am 010, km 37 - zona rural e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância e assino este termo em duas vias, sendo que uma das quais foi-me entregue.


Assinatura do Representante

Associação dos Moradores do Ramal do Igarapé do Leão e da Cachoeira

CNPJ Nº 63.693.428/0001-87

Email: associacaodoramaldoleao@gmail.com

Telefone: 92-99982-2537/92-99101-2161

Local, MANAUS, 10 107 2024

PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE FOLHAS E BRINCADEIRAS: EXPERIÊNCIAS INFANTIS COM A NATUREZA EM CONTEXTO RURAL AMAZÔNICO

Pesquisador: LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82963524.1.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.118.372

Apresentação do Projeto:

Segundo a pesquisadora responsável, conforme descrito no documento acima referido,

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2400408.pdf, 30/09/2024 10:29:19,

a pesquisa tem como foco a compreensão das interações das crianças com a natureza a partir de suas vivências em contextos rurais na região metropolitana de Manaus, Amazonas.

Como hipótese, postula que há uma relação positiva entre o contato frequente das crianças com a natureza em contextos rurais na Amazônia e o desenvolvimento humano integral, incluindo aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. Espera-se que as experiências vivenciadas pelas crianças nesse ambiente natural contribuam para uma maior valorização da biodiversidade, consciência ecológica, bem como para a promoção de atitudes de preservação ambiental e conexão com o mundo natural.

O estudo é do tipo qualitativo descritivo-exploratório com abordagem multimétodos. A amostra será composta por 20 participantes, moradores de uma comunidade rural na região metropolitana de Manaus, sendo 10 pais e 10 crianças entre 8 e 10 anos, independente do gênero. A comunidade foi escolhida devido à sua rica proximidade com a natureza, oferecendo um ambiente ideal para observar as interações entre crianças e o meio natural. O recrutamento será realizado através de contato com a associação de moradores, e da técnica de bola de neve.

Para coleta de dados, conforme descrita no documento

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Continuação do Parecer: 7.118.372

o projeto de pesquisa larissa takashima.docx, 30/09/2024 10:18:33, serão utilizados: 1) observação naturalística; 2) recursos fotográficos; 3) caminhada pelo local (walk-through) e, 4) entrevista semiestruturada com os pais, associada à produção de imagens com as crianças.

Os pais/cuidadores de cada criança participante serão informados sobre os procedimentos éticos e de pesquisa, e convidados a participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE), em caso afirmativo. Na oportunidade, os pais/cuidadores serão convidados a preencher um formulário/questionário, para levantamento de informações sobre as percepções dos mesmos no que diz respeito aos benefícios da interação criança-natureza na comunidade, bem como eles mediam tal interação. Após aprovação dos pais, será apresentado para as crianças, em linguagem apropriada para sua faixa etária a intenção de pesquisa, bem como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecimento (TALE). Haverá, ao final do processo, um encontro para a devolutiva.

Serão utilizados como critérios de inclusão: 1) Crianças residentes em zona rural da comunidade ramal do leão; 2) com a faixa etária entre 8 até 10 anos; 3) crianças alfabetizadas.

Os critérios de Exclusão: 1) crianças que estejam visitando a comunidade; 2) Crianças que não tenham o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) aprovado pelos pais; 3) Crianças que não estejam engajadas na participação das etapas de coletas de dados, faltas nos encontros e desinteresse na pesquisa.

Serão utilizados como critérios de inclusão: 1) Crianças residentes em zona rural da comunidade ramal do leão; 2) com a faixa etária entre 8 até 10 anos; 3) crianças alfabetizadas.

Os critérios de Exclusão: 1) crianças que estejam visitando a comunidade; 2) Crianças que não tenham o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) aprovado pelos pais; 3) Crianças que não estejam engajadas na participação das etapas de coletas de dados, faltas nos encontros e desinteresse na pesquisa.

Serão utilizados como critérios de inclusão: 1) Crianças residentes em zona rural da comunidade ramal do leão; 2) com a faixa etária entre 8 até 10 anos; 3) crianças alfabetizadas.

Os critérios de Exclusão: 1) crianças que estejam visitando a comunidade; 2) Crianças que não tenham o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) aprovado pelos pais; 3) Crianças que não estejam engajadas na participação das etapas de coletas de dados, faltas nos encontros e desinteresse na pesquisa.

A análise dos dados será realizada através de uma análise temática (AT), que busca identificar e analisar códigos que se repetem entre os participantes, com o objetivo de elencar as semelhanças e diferenças entre os discursos.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Continuação do Parecer: 7.118.372

Desfecho Primário: A identificação e compreensão das percepções das crianças em contextos rurais na Amazônia em relação à natureza, incluindo suas interações, experiências, atitudes e valores em relação ao ambiente natural.

Desfecho Secundário: Identificação dos principais fatores que influenciam a relação das crianças em contextos rurais na Amazônia com a natureza, incluindo aspectos culturais, sociais e ambientais. Exploração das atividades cotidianas das crianças que envolvem a natureza e como essas experiências moldam atitudes e valores em relação ao meio ambiente. Contribuição para o desenvolvimento de práticas educacionais e políticas públicas que promovam um contato mais saudável e sustentável das crianças com a natureza em contextos rurais. Compreensão das dinâmicas de interação entre crianças e natureza no contexto amazônico para a efetivação dos direitos das crianças de maneira mais eficaz e contextualizada.

O Cronograma de Execução está detalhado no projeto básico, e no documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2400408.pdf, 30/09/2024 10:29:19 e prevê a etapa de coleta dos dados para o período entre 01/11/2021 e 31/03/2022.

O orçamento Financeiro prevê um custo de R\$ 12.050,00.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a relação de crianças com a natureza a partir de suas experiências em contexto rural no estado do Amazonas.

Objetivos Secundários:

Verificar as percepções de natureza de crianças a partir de suas experiências em contexto rural no Estado do Amazonas;

Descrever as relações estabelecidas por crianças com elementos da natureza em contexto rural no Estado do Amazonas;

Identificar os benefícios do contato com a natureza para o desenvolvimento integral de crianças em contexto rural no Estado do Amazonas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora responsável no documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2400408.pdf, 30/09/2024 10:29:19,

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Continuação do Parecer: 7.118.372

Riscos:

Toda pesquisa que envolve seres humanos está propensa a riscos e, para que não ocorra constrangimentos e desconfortos ao longo das entrevistas será necessária uma análise de risco, anterior à aplicação de cada atividade. Será prestada assistência inicial pela própria pesquisadora, e a mesma prestará assistência psicológica a todos os participantes que se sentirem afetados ao longo da pesquisa. Além disso, a Resolução 510/2016, que trata especificamente de pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais, enfatiza a necessidade de cuidados éticos específicos para essas áreas de pesquisa. Essa resolução destaca que a pesquisa deve ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes. Recentemente, a Lei 14.874/2024 foi publicada, dispondo sobre a pesquisa com seres humanos e instituindo o Sistema Nacional de Pesquisa com Seres Humanos. Essa legislação reforça a importância de um sistema estruturado para garantir a proteção e os direitos dos participantes de pesquisa, além de fornecer diretrizes adicionais para a condução ética de estudos envolvendo seres humanos (Brasil, 2024). O estudo será conduzido com rigor ético, seguindo as diretrizes estabelecidas pelas resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como pela Lei 14.874/2024, garantindo a segurança e o bem-estar dos participantes em todas as etapas da pesquisa.

Benefícios:

Em relação aos benefícios, ressaltar a promoção de reflexão em torno da temática proposta e, o reconhecimento e valorização dos participantes e comunidade com o seu ambiente e aproximação com a natureza e seus possíveis benefícios. Além da importância dos mesmos em se tornarem agentes ativos de transformações dentro desse mesmo espaço e de forma direta ou indireta contribuir para a preservação e cuidado com tais elementos encontrados desse ambiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de protocolo de 2ª versão do projeto ENTRE FOLHAS E BRINCADEIRAS: EXPERIÊNCIAS INFANTIS COM A NATUREZA EM CONTEXTO RURAL AMAZÔNICO, da pesquisadora LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO, discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da FAPSI/UFAM, sob orientação da prof. Dr.^a Dayse da Silva Albuquerque, em resposta ao Parecer PB_PARECER_LARISSATAKASHIMA.pdf.

A pendência em relação à pesquisadora responsável, foi sanada.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Continuação do Parecer: 7.118.372

A pendência em relação ao Termo de Anuência de serviço de apoio psicológico foi sanada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA.

TERMOS DE ANUÊNCIA: ADEQUADO.

METODOLOGIA PROPOSTA: ADEQUADA.

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E DE ASSENTIMENTO: ADEQUADOS.

Recomendações:

¿Vide campo de Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações¿

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O(A) pesquisador(a) deve enviar por Notificação os relatórios parciais e final. (item XI.d. da Res 466/2012-CNS), por meio da Plataforma Brasil e manter seu cronograma atualizado, solicitando por Emenda eventuais alterações antes da finalização do prazo inicialmente previsto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2400408.pdf	30/09/2024 10:29:19		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAODEAPOIO_LARISSATAKASHIMA.pdf	30/09/2024 10:28:55	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_LARISSATAKASHIMA.pdf	30/09/2024 10:27:30	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto__de_Pesquisa_Larissa_Takashi ma.pdf	30/09/2024 10:18:33	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_larissa_TAKASHIMA.pdf	30/09/2024 10:18:00	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
Outros	curriculo_lattes.pdf	15/08/2024 09:28:45	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	15/08/2024 09:26:22	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	15/08/2024 09:25:57	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
Outros	termo_de_anuencia.pdf	15/08/2024 09:15:23	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.118.372

Folha de Rosto	folha_de_rosto_larissa_takashima.pdf	15/08/2024 09:01:22	LARISSA TSUMIE TAKASHIMA ETO	Aceito
----------------	--------------------------------------	------------------------	---------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 02 de Outubro de 2024

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 06 de 06